

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

Número do processo: 23824.000570/2022-25

2. Descrição da necessidade

Copeiragem e Portaria - Serviços Terceirizados

Objetivando o regular desenvolvimento das atividades finalísticas institucionais do IFCE *campus* Paracuru, qual seja, oferecer educação pública, gratuita e de qualidade, faz-se necessário que esta autarquia, em suas várias unidades, disponha de serviços acessórios para os quais não há recursos humanos, uma vez que a principal missão das atividades meio e apoio é garantir a operacionalização integral de forma contínua, eficiente, fácil, segura e confiável. Para atingir esse objetivo a Administração Pública, vem buscando, de forma racional, obter o resultado desejado para cumprimento dessa missão, com a contratação de serviços terceirizados especializados em razão da falta de uma estrutura específica para execução de tarefas que, embora sejam consideradas auxiliares, são imprescindíveis para o funcionamento da instituição, como é o caso dos serviços terceirizados de copeira e porteiro.

As disposições contidas na Lei nº 9.632, publicada no DOU de 08/05/98, que trata da extinção de Cargos da Administração Pública Federal prevê que a contratação das atividades correspondentes será mediante a execução indireta. O Decreto nº 2.271 de 7 de junho de 1997 e as Instruções Normativas de nº 02 de 30 de abril de 2008 e nº 03 de 15 de outubro de 2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, disciplinam a contratação e a execução indireta dos serviços terceirizados, cujas categorias profissionais não mais ingressarão na Administração Pública Federal, visto que não haverá concurso público para o provimento destes cargos.

Dos Serviços de Copeira

Especificamente sobre os serviços continuados de copeira, com fornecimento de mão de obra uniformizada, para atender as necessidades do IFCE *campus* Paracuru, toma-se por base o essencial atendimento às diretrizes do programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, que visa oferecer alimentação escolar e ações de educação alimentar nutricional a estudantes de todas as etapas do ensino básico, incluindo o ensino técnico subsequente. O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE tem princípios e diretrizes determinados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC, órgão responsável pela assistência financeira do PNAE. Tais princípios e diretrizes garantem o oferecimento de uma alimentação escolar saudável e adequada e estão estabelecidos na Resolução do Conselho Deliberativo do FNDE, de nº 26 de 17/06/2013 e alterada pela Resolução de nº 04 de 02/04/2015 nos artigos 25 a 27, 29, 31 e 32, conforme disposto na Lei 11.947 de 16/06/2009 e suas alterações.

Dos serviços de Porteiro

O serviço de porteiro é de grande importância para o IFCE *campus* Paracuru, pois é esse o profissional que será o primeiro encarregado de cuidar da segurança e vistoriar o ingresso de pessoas, bens e correspondências na instituição, ou seja, é o responsável por observar e monitorar a entrada e saída de pessoas e volumes, bens e veículos e de orientar a comunidade na entrada principal da Instituição. O porteiro há ser comunicativo, ético e atencioso. Por causa de sua grande responsabilidade, o profissional deve ser de confiança e possuir o perfil adequado para exercer suas funções. Traçando um bom perfil, temos alguns requisitos profissionais importantes para o melhor trabalhar a harmonia entre aqueles que frequentam a instituição diariamente ou fazem uso dela esporadicamente.

Abaixo, algumas características desejáveis para um bom profissional de portaria:

1. Boa apresentação pessoal;
2. Cordialidade e simpatia;
3. Responsabilidade e disciplina;
4. Ética e Honestidade;
5. Sigilo e Discrição;
6. Boa comunicação verbal e escrita;

7. Atenção e pro-atividade, e
8. Boa memória visual.

Tomando o porteiro como aquele funcionário que está na linha de frente da edificação, ele deve ser capaz de perceber os primeiros sinais de risco e de tomar as iniciativas para garantir a defesa do patrimônio e das pessoas que trabalham ou frequentam o *campus*, além disso, o porteiro também deve estar qualificado para interagir de maneira eficiente com as novas tecnologias, essenciais para a segurança hoje em dia.

Os presentes serviços terão natureza contínua, em regime de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, ou conforme jornada de trabalho definida pelo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, por 12(doze) meses ininterruptos, prorrogáveis por até 60 (sessenta) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

Os serviços deverão ser executados no IFCE *campus* Paracuru, localizado na Rodovia CE-341, s/n – Km 02 - Bairro Parque Novo Paracuru - CEP 62680-000 - Paracuru - CE, podendo, a critério da Administração, ser prestado em outros locais na cidade de Paracuru que, porventura, venham a ser geridos pelo IFCE, respeitados os limites de acréscimo à eventual demanda, conforme preceitua o Art. 65, II, § 1º da Lei 8666/93.

Diante do exposto, o IFCE *campus* Paracuru visa a contratação dos serviços de copeiro que atenda a necessidade de mão de obra para controle e distribuição de merenda escolar e de porteiro, que estará na linha de frente da instituição e deve ser capaz passar as primeiras orientações e informações à comunidade e de perceber os primeiros sinais de risco e de tomar as iniciativas iniciais para garantir a defesa do patrimônio e das pessoas.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Ensino	Manoel Paiva de Araújo Neto
Departamento de Administração e Planejamento	José Borges Leal Filho

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Dos principais requisitos

Para a contratação dos serviços continuados de Portaria e Copeiragem, com fornecimento de mão de obra exclusiva, para o IFCE *campus* Paracuru, destaca-se:

COPEIRAGEM

Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) : 5134-25

Convenção Coletiva de Trabalho -CCT : CE000092/2022

Salário base : 1ª FAIXA - R\$ 1.262,14

Regime de horas de trabalho : 44 horas semanais, de segunda-feira a sábado, podendo a Administração definir o melhor horário.

Quantidade de posto de serviço : 01

ISSQN da cidade de Paracuru -CE : 3%

Vale Transporte : O IFCE *campus* Paracuru não pagará vale transporte, visto que no endereço da nossa Instituição não existe linha de transporte regulamentada, portanto este item é zerado na planilha.

PORTARIA

Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) : 5174-10

Convenção Coletiva de Trabalho -CCT : CE000092/2022

Salário base : 5ª FAIXA - R\$ 1.409,72

Regime de horas de trabalho : 44 horas semanais, de segunda-feira a sábado, podendo a Administração definir o melhor horário.

Quantidade de posto de serviço : 01

ISSQN da cidade de Paracuru -CE : 3%

Vale Transporte : O IFCE *campus* Paracuru não pagará vale transporte, visto que no endereço da nossa Instituição não existe linha de transporte regulamentada, portanto este item é zerado na planilha.

4.2. Das considerações gerais

Para atender tal demanda, necessita-se da elaboração de edital conciso e com cláusulas capazes de mitigar o máximo de riscos, bem como a realização de licitação, formalização de contrato e designação de fiscalização para assegurar o adimplemento das obrigações da(s) futura(s) CONTRATADA(S).

4.3. Do Regime de Dedicção Exclusiva de Mão de Obra

A contratação dos serviços será em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, sendo exigido quanto à forma de prestação dos serviços que: a) Os empregados da(s) CONTRATADA(S) fiquem à disposição nas dependências das CONTRATANTES para a prestação dos serviços; b) A(S) CONTRATADA(S) não compartilhe(m) os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; e c) A(S) CONTRATADA(S) possibilite(m) a fiscalização pelas CONTRATANTES quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

4.4. Da Capacidade Técnica

A(s) empresa(s) prestadora(s) do serviço deverá(ão) comprovar que possui(em) aptidão e capacidade técnica para execução dos serviços, por meio de atestado ou declaração de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha(m) executado contrato (s) de serviços continuados em características e quantidades compatíveis com o objeto desta licitação

Será aceito o somatório de atestados, a fim de comprovar a quantidade mínima de postos exigida, desde que referentes a contratos executados concomitantemente. O (s) atestado (s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária especificadas no contrato social registrado na Junta Comercial competente, bem como no Cadastro de Pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB. As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados ou declarações de capacidade técnica apresentados.

4.5. Do Uso de Controles Internos da Instituição para Gerenciamento de Riscos

O IFCE Campus Paracuru, para a contratação dos serviços terceirizados de Portaria e Copeiragem, opta como instrumento de controle interno para o gerenciamento de riscos da contratação, a Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação - conforme disposto em Caderno de Logística elaborado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, prevista no art. 18, §1º, I da IN SEGES/MP nº 05/2017.

A Administração, levando em consideração a atual relação custo-benefício decidiu pela utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação - pois a adoção do instrumento de Pagamento Pelo Fato Gerador, tendo em vista a sua ainda recente regulamentação, exigirá gastos de recursos (tanto financeiros como temporais) com capacitação dos servidores para a fiscalização efetiva, assim como poderá onerar ainda mais a Administração, levando em conta que os licitantes, no momento do processo licitatório, poderão prever um maior custo em suas propostas, caso considerem que o risco operacional na prestação de serviços foi majorado a partir da aplicação desse controle pela Administração.

Além disso, ressalta-se que o IFCE campus Paracuru, conta ainda com um quadro reduzidíssimo de pessoal, resquícios da fase de implantação, o que concentra e dificulta ainda mais os trabalhos de fiscalização dos contratos. Tal situação dificulta a eficácia e eficiência dos atores nos trabalhos de monitoramento dos serviços, exigindo um esforço e uma dedicação maior dos servidores.

Portanto, atualmente, há maior dificuldade na realização da fiscalização com base no Pagamento Pelo Fato Gerador, tendo em vista que esse instrumento exige maior conhecimento, tempo e dedicação da fiscalização para a verificação da efetiva ocorrência de cada fato durante a execução do contrato.

A adoção do Pagamento Pelo Fato Gerador poderá ser analisada posteriormente pela Administração, quando da chegada de servidores e quando o custo-benefício apresentar-se mais favorável orçamentariamente para o IFCE *campus* Paracuru.

4.6. Dos Serviços de Natureza Continuada

Em observância ao Ofício-Circular nº 44/2019/PROAP/REITORIA-IFCE - SEI nº 0963445, expõem-se a seguir as razões pelas quais se considera a prestação dos serviços de Portaria e Copeiragem a serem prestados no IFCE *campus* Paracuru, como de natureza continuada, por meio do atendimento dos seguintes requisitos estampados no art. 15, da Instrução Normativa nº 05/2017 /SEGES /MPDG e na Instrução Normativa nº 4/2020 do IFCE:

I - O serviço, por sua essencialidade, visa atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro?

Sim, é essencial e contínua a necessidade das atividades realizadas pelos serviços de Portaria e Copeiragem, já que o primeiro viabiliza a segurança, a observação e o atendimento mais atencioso na entrada da unidade de ensino e o segundo disponibilizará os serviços de copeira nas dependências do *campus*, contribuindo principalmente para a adequada distribuição e controle dos itens da merenda escolar, o que atende diretamente ao funcionamento das atividades institucionais em relação aos discentes.

II - Assegura a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade?

Sim, a função dos serviços de Portaria e Copeiragem facilita o funcionamento das atividades finalísticas do IFCE *campus* Paracuru.

III - Sua interrupção pode comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional?

Sim, caso ocorra a interrupção dos serviços de Portaria e Copeiragem, haverá o comprometimento das atividades institucionais, uma vez que a falta desses profissionais compromete a segurança, a observação e o atendimento mais atencioso na entrada da unidade de ensino e a adequada distribuição e controle dos itens da merenda escolar.

4.7. Da Prestação da Garantia

Deverá ser exigida a prestação de garantia pela(s) CONTRATADA(S), no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato do Campus Paracuru, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária, a ser comprovada no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da data da celebração do contrato. No caso de Seguro Garantia, a apólice deverá apresentar cobertura para eventos referentes a inadimplemento das obrigações previdenciárias, trabalhistas e com o FGTS e sua vigência deve encerrar-se, no mínimo, 03 (três) meses após o término do ajuste contratual. Qualquer alteração no valor contratual ensejará a sua atualização.

4.8. Da Duração do Contrato

A duração inicial pretendida referente aos serviços elencados neste Estudo será com vigência de 36 (trinta e seis) meses e poderá ser prorrogado por sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses, de acordo com o previsto no art. 57, inc. II, da Lei nº 8.666/93.

Tal prazo justifica-se pela a Equipe de Planejamento entendeu que a fixação de um prazo de vigência superior a 12 (doze) meses para serviços de prestação continuada proporcionará condições mais vantajosas para a Administração e para as empresas, gerando estabilidade no negócio devido maior prazo para amortização dos custos de investimento para a prestação dos serviços, reduzindo as incertezas do fornecedor e custos processuais com renovações, bem como:

1. Incentivo às interessadas a ofertarem valores menores para os itens, uma vez que ao firmarem contrato por um maior período de tempo, poderão diluir custos de implementação de sua estrutura por 36 meses, em vez dos 12 meses usuais, inclusive nos casos em que devem ser empregados equipamentos pelos quais as empresas receberão somente o valor depreciado;
2. Redução de custos de gestão dos contratos ao diminuir o quantitativo de termos aditivos de prorrogação ou mesmo a realização de novos certames licitatórios a cada 12 meses;
3. Alinhamento às inovações trazidas pela Lei 14.133/2021 (nova lei de licitações e contratos) em seu Art. 106:
“A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos (...)”.
4. Possibilidade de se firmar contratos com prazo inicial superior a 12 (doze) meses, conforme Art. 57, II da Lei 8.666/1993, com amparo em farta jurisprudência, como são os casos de:

Acórdão nº 3.320/2013-TCU-Segunda Câmara

O prazo de vigência de contratos de serviços contínuos deve ser estabelecido considerando-se as circunstâncias de forma objetiva, fazendo-se registrar no processo próprio o modo como interferem na decisão e quais suas consequências. Tal registro é especialmente importante quando se fizer necessário prazo inicial superior aos doze meses entendidos como regra pelo TCU. Há necessidade de se demonstrar o benefício decorrente do prazo estabelecido.

Acórdão 1.214/2013 - TCU/Plenário

199. Porém, o Grupo de estudos compreende que essa regra deve ser entendida de maneira que reste claro que o prazo de vigência fixado atende à sua finalidade, que é a obtenção do melhor preço e das condições mais vantajosas para a administração.

200. É pertinente concluir que, quanto maior o prazo de vigência desses contratos, maior é a segurança das empresas para ofertar seus preços, tendo em vista a estabilidade que lhes é oferecida no negócio. Com isso, é esperado um aumento da concorrência, com a expectativa de melhores preços e a participação de empresas melhor qualificadas para prestar os serviços.

201. Ademais, o prazo de vigência de 60 (sessenta) meses só traz benefícios à administração, visto que os procedimentos atualmente adotados para a prorrogação serão significativamente reduzidos.

202. É fato que é necessário avaliar periodicamente se o contrato ainda permanece vantajoso e se ainda há interesse da administração em sua manutenção, como tem sido exigência nas prorrogações sucessivas.

203. Não obstante a vigência do contrato ser firmada por 60 (sessenta) meses, não existe impedimento para que seja fixado que sua manutenção será avaliada a cada doze meses, tanto sob o ponto de vista econômico quanto à qualidade dos serviços prestados. Com a adoção desse procedimento, ficam mantidas as mesmas condições atualmente adotadas para prorrogar esses contratos.

ON 38/2011-AGU

Nos contratos de prestação de serviços de natureza continuada deve-se observar que:

- a) o prazo de vigência originário, de regra, é de até 12 meses;
- b) excepcionalmente, este prazo poderá ser fixado por período superior a 12 meses nos casos em que, diante da peculiaridade e /ou complexidade do objeto, fique tecnicamente demonstrado o benefício advindo para a administração.

5. Prática também utilizada em outros órgãos públicos, como são os casos de:

TCU. Pregão Eletrônico nº 64/2015

A presente licitação tem como objeto a contratação, pelo período de 30 (trinta) meses, de serviços continuados de limpeza e conservação nas dependências do Tribunal de Contas da União – TCU, Brasília-DF, em modelo de contrato por desempenho /resultado, em regime de empreitada por preço unitário.

DNIT. Pregão Eletrônico nº 284/2019

A contratação por 30 meses visa à maior segurança, tanto para a empresa contratada, como para o DNITSP. Prazos mais longos significam maior quantidade de serviços e maior remuneração global, causando a diminuição dos preços unitários (economia de escala no tempo).

CENTRAL DE COMPRAS - ME. Pregão Eletrônico SRP nº 21/2021

Registro de preços para eventual contratação da prestação de serviços de condução de veículos de representação, de serviços comuns e/ou especiais, em caráter permanente, para atendimento dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional sediadas no Distrito Federal.

O prazo de vigência do contrato é de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

CENTRAL DE COMPRAS - ME. Pregão Eletrônico SRP nº 10/2020

Registro de preço para contratação de empresa para prestação de serviços de apoio administrativo, recepção e secretariado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal - APF direta, autárquica e fundacional, no âmbito do Distrito Federal - DF, com execução realizada mediante alocação pela contratada de empregados com os cargos de Auxiliar Administrativo, Assistente Administrativo, Recepcionista, Recepcionista Bilíngue, Secretário Executivo I, Secretário Executivo II e Técnico em Secretariado, com disponibilização de solução tecnológica para gestão e fiscalização contratual, por meio de aplicação web e aplicativo mobile.

Os contratos adotarão como regime de execução a empreitada por preço global, com prazos de vigência de 30 meses, sendo 28 de execução dos serviços, podendo ser prorrogados por interesse das partes até o limite de 60 meses, com base no inciso II do artigo 57 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

4.9. Da Transição Contratual

Não há necessidade de a CONTRATADA promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, uma vez que as técnicas utilizadas são de domínio comum, conhecidas da grande maioria, senão de todas as empresas do ramo e não há propriedade intelectual a proteger.

4.10. Descrição das atividades a serem realizadas - PORTARIA:

1. recepcionar e orientar alunos, servidores e visitantes ;
2. zelar pela guarda do patrimônio, observando o comportamento e movimentação de pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios, acidentes e outras anormalidades;
3. controlar o fluxo de pessoas e veículos, identificando-os e encaminhando-os aos locais desejados;
4. receber mercadorias, volumes diversos e correspondências;
5. fazer manutenções simples nos locais de trabalho;
6. fiscalizar a entrada e saída de pessoas, observando o movimento das mesmas dentro da instituição, procurando identificá-las e encaminhá-las aos setores pertinentes, evitando o acesso de pessoas estranhas nas dependências da instituição;
7. receber correspondências e encomendas enviadas à instituição, encaminhando-as aos destinatários, para evitar extravios e outras ocorrências desagradáveis;
8. manter serviço permanente de portaria;
9. auxiliar no serviço de segurança interna da instituição;
10. ausentar-se da portaria somente com conhecimento e autorização do fiscal do contrato;
11. evitar entreter-se em conversas, com colegas de serviço, ou outros usuários da instituição, assim como o uso de telefones ou equipamentos eletroeletrônicos que venham a prejudicar a atenção devida ao serviço;
12. contatar proprietários dos veículos irregularmente estacionados;

13. não permitir o acesso de vendedores de qualquer natureza, sem prévia autorização da Administração;
14. não permitir que pessoas estranhas ao serviço permaneçam no local de trabalho e/ou realizem ligações telefônicas desse ambiente;
15. controlar a entrada e saída de equipamentos pertencentes ao patrimônio da instituição, não permitindo a saída de qualquer material, móvel e/ou equipamento, sem prévia autorização da Administração;
16. comunicar-se, transmitir recados, lidar com o público e operar rádio, interphones e sistema telefônico (ramal);
17. comunicar às autoridades competentes qualquer irregularidade verificada;
18. zelar pela ordem, segurança e organização da área sob sua responsabilidade;
19. desempenhar com presteza as demais atribuições pertinentes ao cargo.

4.10.1. UNIFORME - PORTEIRO:

- a) 02 Calças Social;
- b) 02 Camisas tipo social de mangas curtas, contendo emblema da empresa de forma visível;
- c) 02 Pares de sapatos social na cor preta;
- d) 02 Pares de meias social;
- e) 01 Boné ou quepe com emblema da empresa;
- f) 01 Cinto em couro, na cor preta, de boa qualidade;
- g) 01 Crachá com foto e identificação; e
- h) 01 Capa de chuva.

Fornecimento de um conjunto completo no início da prestação dos serviços, devendo ser substituído a cada 12 meses ou a qualquer tempo, completa ou parcialmente, sempre que não se apresentar em condições adequadas de utilização.

4.11. Descrição das atividades a serem realizadas - COPEIRAGEM:

1. Preparar café diariamente no período da manhã e da tarde para todas os setores da Contratante, bem como chás, sucos, leite e congêneres quando solicitado;
2. Recolher as garrafas vazias e distribuir as cheias de café/chá nos diversos setores da Contratante de acordo com as instruções fornecidas;
3. Distribuir café, leite, chás de infusão, água mineral, sucos, biscoitos, etc. em eventos e reuniões, sempre que solicitado pela Administração da Contratante;
4. Executar de forma completa e eficiente os serviços de limpeza e conservação dos equipamentos e utensílios, instalações e dependências das copas;
5. Os serviços de limpeza e conservação deverão ser executados de maneira contínua, sem causar prejuízo ao andamento normal dos serviços, ficando sob a total responsabilidade da CONTRATADA toda e qualquer área que esteja por ela sendo utilizada;
6. Recolocar rigorosamente em seus devidos lugares, todos os materiais de copa ou qualquer outro existente, principalmente copos, xícaras e talheres usados, bem como providenciar para que todas as janelas sejam fechadas, as luzes apagadas e equipamentos elétricos desligados.
7. Lavagem diária de todos os talheres, copos, pratos etc., quando utilizados;
8. Lavagem semanal de todos os talheres, copos, pratos etc.;
9. As copas deverão ser varridas e lavadas tantas vezes quantas forem necessárias.

4.11.1. UNIFORME - COPEIRA:

Conjunto completo contendo as seguintes peças:

- a). 02 Calças comprida ou saia, em tecido a escolher, na cor a combinar;
- b). 02 Camisa de manga curta, em tecido a escolher, na cor preta, botões frontais e gola estilo camisa, contendo emblema da empresa de forma visível;
- c). 02 Avental em plástico resistente, na cor branca, com tiras no pescoço e nas laterais para amarrar;
- d). 03 Touca copa\cozinha em rendinha com aba, na cor a combinar;
- e). 02 Pares de sapato social antiderrapante, sem salto e confortável, na cor preta;
- f). 02 Pares de meias soquete fina, na cor preta; e
- g) 01 Crachá com foto e identificação.

Fornecimento de um conjunto completo no início da prestação dos serviços, devendo ser substituído a cada 12 meses ou a qualquer tempo, completa ou parcialmente, sempre que não se apresentar em condições adequadas de utilização.

4.12. Equipamento de Proteção Individual (EPI)

Não necessitará.

4.13. Equipamento e Materiais

Não necessitará.

4.14. Especificidades dos Serviços Para o IFCE *campus* Paracuru:

Para as duas funções, a jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, em dias úteis, de segunda à sábado, poderá haver redistribuição de jornada semanal de segunda a sexta-feira, a fim de compensar as horas não trabalhadas ao sábado, hipótese que não ensejará direito de hora extra.

Não será permitido que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista.

Para controle da jornada de trabalho, será utilizado folha de frequência que será acompanhada por um representante designado pela a Administração do IFCE *campus* Paracuru.

5. Levantamento de Mercado

Procedemos à análise de contratações similares, inclusive de outros órgãos e entidades, mediante consulta a outros documentos licitatórios, com o escopo de identificar e buscar novas metodologia, tecnologias, inovações e soluções de mercado, que melhor atendessem às necessidades e interesses da Administração Pública.

Na contratação em análise, não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns.

Considerando as possibilidades de mercado, identificamos 03 (três) soluções, ao final indicando a mais viável econômica e administrativamente:

Solução 1: Contratação de serviços por execução indireta por tarefa

Considerando que o serviço é de natureza contínua, essa condição torna inviável a contratação de serviços por tarefa, uma vez que as atividades necessitam ser realizadas de forma corriqueira, contínua e desempenhadas com presteza. Portanto, não seria economicamente viável para a(s) contratada(s) alternar(em) seus empregados nas dependências da unidade de forma a não caracterizar contratação com dedicação exclusiva de mão de obra, pois seria necessário a admissão de inúmeras pessoas para fazer o rodízio, onerando, dessa forma, ainda mais a contratação.

Solução 2: Contratação de empresa(s) especializada(s) sob demanda

Tal solução se refere à prestação de serviço sem a necessidade de posto cativo na unidade. Trata-se de serviços executados a partir de solicitação da Administração de acordo com a demanda. Cabe destacar que tal modalidade prejudica o atendimento imediato de atividades que necessitam ser realizadas de forma corriqueira, contínua e desempenhadas com presteza, cuja condição não poderia esperar o deslocamento de trabalhadores da(s) contratada(s), bem como elaboração de orçamento para aprovação. O lapso temporal de atendimento repercutiria no funcionamento das instituições, uma vez que as demandas recorrentes e eventos supervenientes ficariam à espera de deslocamento da(s) empresa(s) para atendimento.

Solução 3: Contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de Portaria e Copeiragem, com fornecimento de mão de obra exclusiva

Nessa solução, como o serviço foi caracterizado como de natureza continuada, sendo uma necessidade contínua e permanente da Administração, é mister que a mão de obra esteja à disposição diária e prontamente nas dependências do Campus contratante.

Conclusão

A escolha da solução 3 - terceirização com dedicação exclusiva de mão de obra - vai ao encontro do disposto na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, e se apresenta como a melhor opção para a Administração, tendo em vista a necessidade da realização de tais atividades diariamente e de forma ininterrupta. A solução adotada será aquela praticada usualmente no mercado, sem que haja soluções tecnológicas inovadoras, exigida, sempre, conformidade com padrões de qualidade e sustentabilidade.

Por fim, salienta-se que a contratação objeto deste Estudo está compatível com as boas práticas e casos exitosos presentes na Administração Pública, assim como está em conformidade com as orientações dos órgãos de controle

6. Descrição da solução como um todo

A solução que atende os interesses e necessidades da Administração é a contratação de pessoa(s) jurídica(s) especializada(s) para a prestação de serviços continuados de Portaria e Copeiragem, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de uniformes, a serem executados nas dependências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE *campus* Paracuru, com vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o máximo de 60 (sessenta) meses.

Os serviços a contratar a partir deste estudo são enquadrados como serviços comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado. A contratação deverá ser realizada por licitação na modalidade Pregão Eletrônico e tipo menor preço por grupo, para possibilitar competitividade aos participantes e, dessa forma, maior economicidade na contratação.

Cabe salientar que para a escolha da opção em tela, ponderou-se analisando outras metodologias de contratações de outros *campi* desta instituição e de instituições externas e entende-se que este modelo se adequa ao nosso porte de organização. E, por fim, ressaltasse que o modelo proposto também se amolda às cobranças atuais dos órgãos de controle, quanto a uma gestão de serviços por resultados.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Grupo	Item	CATSERV	Descrição	unidade de medida	Quantidade
2	1	8729	Prestação de Serviços de Portaria - 44h	Posto de serviço /mês	1
	2	14397	Prestação de serviços de copeiragem – 44h	Posto de serviço /mês	1

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 90.486,12

A estimativa dos valores das contratações foi formulada à partir da composição das Planilhas de Custos e Formação de Preços, elaboradas pela equipe de planejamento, tendo por base a Convenção Coletiva de Trabalho e o Caderno de logística Conta-vinculada, conforme tabela abaixo:

Grupo	Item	CATSERV	Descrição	unidade de medida	Quantidade	Valor mensal	Valor anual
2	1	8729	Prestação de Serviços de Portaria - 44h	Posto de serviço/mês	1	R\$ 3.985,79	R\$ 47.829,48
	2	14397	Prestação de serviços de Copeiragem – 44h	Posto de serviço/mês	1	R\$ 3.554,72	R\$ 42.656,64
Valor total estimado do grupo 02							R\$ 90.486,12

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando que os serviços terceirizados a serem contratados não requerem um alto nível de especialização e que as empresas que atuam no mercado prestam todos os serviços elencados neste estudo, não sendo especializadas em apenas um tipo de serviço, mas sim, na administração de recursos humanos e também na locação de mão de obra, optou-se pelo não parcelamento do objeto, tornando a contratação técnica, econômica e administrativamente viável, sobretudo, mais vantajosa para a Administração, no mesmo entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU, previsto no Acórdão nº 1214/2013 – Plenário do TCU:

No caso dos serviços terceirizados, a partir da experiência relatada pelos agentes públicos que participaram do grupo de estudos, como regra, não se revela benéfico o parcelamento para a execução de serviços com menor nível de especialização, como aqueles prestados por garçom, mensageiro, motorista, recepcionista etc. Isso porque as empresas que atuam no mercado prestam todos esses tipos de serviço, sendo especializadas não em algum deles especificamente, mas na administração de mão de obra. Assim, um eventual parcelamento não ampliaria a competitividade das licitações e potencialmente aumentaria o custo da contratação, uma vez que se empresas diversas ganharem a prestação de diferentes serviços dessa natureza, o custo fixo por posto de trabalho será maior. Além disso, aumentaria a dificuldade de gerenciamento dos contratos por parte da administração, que teria de se relacionar com um maior número de empresas.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A contratação objeto deste estudo não necessita de contratação correlata ou interdependente, pois contempla a execução do serviço como um todo.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A referida contratação do IFCE *campus* Paracuru encontra-se também vinculada ao Programa Anual de Contratações - PAC/PGC 2022 - do Ministério da Economia. O referido programa busca consolidar todas as contratações/aquisições que o órgão ou entidade elenca em um exercício orçamentário-financeiro e pretende realizar no exercício subsequente.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Espera-se com essa contratação permitir que a instituição siga seu funcionamento de forma eficiente, fornecendo aos usuários as condições adequadas para o pleno desenvolvimento das atividades. Cada um dos serviços que se pretende contratar engloba atividades acessórias essenciais à realização das atividades finalísticas da instituição, na prestação dos melhores serviços na educação pública, compreendendo o ensino, a pesquisa e a extensão.

Os benefícios diretos e indiretos da contratação podem ser percebidos, por exemplo, na economicidade, uma vez que o procedimento licitatório permite a contratação de empresa especializada por preço competitivo no mercado, uma vez que há concorrência entre as empresas do ramo de atividades, com a oferta de menor preço pelos serviços, considerados os requisitos mínimos previamente estabelecidos no edital da licitação.

A realização da contratação da demanda de serviços continuados tem impactos indiretos para os usuários internos e externos da instituição quando possibilita a prestação de serviços de forma mais segura, eficiente e célere ao público, melhorando o tratamento humanitário da qualidade dos serviços, sempre embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade.

13. Providências a serem Adotadas

Não há providências a serem adotadas para a implementação dos serviços.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Exige-se a observação dos critérios estabelecidos na legislação vigente pela empresa prestadora dos serviços, como treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A Equipe de Planejamento da Contratação identificada abaixo chegou a conclusão da viabilidade da contratação em razão dos motivos apresentados ao longo da elaboração deste Estudo Preliminar, que servirá de base para a elaboração do Termo de Referência e Edital do processo licitatório a ser realizado em breve, sendo a futura contratação viável e necessária ao cumprimento da missão institucional do IFCE *campus* Paracuru.

16. Responsáveis

MARCELO DA SILVA DE SOUZA

Coordenador de Administração

MARCUS VINICIUS DE HOLANDA GOES

Assistente em Administração

THIAGO AVELINO DA SILVA

Contador

JOSE BORGES LEAL FILHO

Chefe do Departamento de Administração e Planejamento

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO CE000092-2022.pdf (239.04 KB)
- Anexo II - Planilha Porteiro atualizada.xlsx (51.39 KB)
- Anexo III - Planilha Copeira atualizada.xlsx (51.05 KB)

**Anexo I - CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
CE000092-2022.pdf**

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2022/2022

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: CE000092/2022
DATA DE REGISTRO NO MTE: 11/02/2022
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR005653/2022
NÚMERO DO PROCESSO: 13624.100537/2022-05
DATA DO PROTOCOLO: 11/02/2022

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMP DE ASSEIO E CONS DO ESTADO DO CEARA, CNPJ n. 11.088.721/0001-11, neste ato representado(a) por seu ;

E

SINDICATO DOS EMPREG EM EMPRES DE ASSEIO E CONSERVACAO, CNPJ n. 23.443.849/0001-35, neste ato representado(a) por seu ;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Empregados em Empresas de Asseio e Conservação e Terceirização de Mão de Obra**, com abrangência territorial em **CE**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAIS

Ficam assegurados os seguintes pisos salariais aos empregados que compõem a categoria profissional, a partir de 1º de janeiro de 2022:

1ª FAIXA: (R\$ 1.262,14)

ZELADOR

COPEIRO

SERVENTE

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

FAXINEIRO

SERVENTE DE PEDREIRO

EMPILHADOR

AUXILIAR DE DEPÓSITO

OPERADOR DE INCINERADOR

EMPACOTADOR DE SUPERMERCADO

ESTAGIÁRIO MENOR

COVEIRO

2ª FAIXA: (R\$ 1.290,75)

GARAGISTA

ASCENSORISTA

CONTÍNUO

OFFICE-BOY/MENSAGEIRO

CANALHEIRO/CHAPISTA

DEDETIZADOR

MANOBRISTA

CATALISADOR

COSTUREIRA

AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

CAPATAZ

JARDINEIRO

PODADOR

CARREGADOR

AUXILIAR DE DEDETIZADOR

MAQUEIRO

LAVADEIRA

AUX. DE AGENTE DE COMÉRCIO AMBULANTE DIURNO E NOTURNO

CONTROLADOR DIURNO E NOTURNO

FRENTISTA TERCEIRIZADO

3ª FAIXA: (R\$ 1.312,61)

LEITURISTA

GAIOLEIRO

TRATORISTA

OPERADOR DE EMPILHADEIRA

OPERADOR DE ENGARRAFADEIRA

FATURISTA

AUXILIAR DE OPERADOR

AUXILIAR DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA E HIDRÁULICA

TELETIPISTA

COLETOR DE CACHORRO

4ª FAIXA: (R\$ 1.373,86)

MERENDEIRA

AUXILIAR DE MERENDEIRA

MANIPULADORA DE ALIMENTOS E SUA AUXILIAR

5ª FAIXA: (R\$ 1.409,72)

SUPERVISOR DE SERVIÇO

SERVIÇO BUROCRÁTICO

DATILÓGRAFO

INSTRUTOR DE MENOR

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

AGENTE ADMINISTRATIVO

AUXILIAR DE SERVIÇO EDUCACIONAL

CUIDADOR

AUXILIAR OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS

BARBEIRO TERCEIRIZADO

CHEFES DE EQUIPES

RECEPCIONISTA

ADMINISTRADOR

PORTEIRO

ENCARREGADO DE TURMA

OPERADOR DE TRIAGEM

OPERADOR DE ATENDIMENTO

COORDENADOR DE ATENDIMENTO

6ª FAIXA: (R\$ 1.605,99)

ALMOXARIFE

PEDREIRO

ELETRICISTA

MECÂNICO

TAIFEIRO

COZINHEIRO

PINTOR

ENCANADOR/BOMBEIRO

MARCENEIRO

PINTOR DE AUTOS

ELETRICISTA DE AUTOS

MONTADOR DE AUTOS

SOLDADOR DE AUTOS

CHEFE DE MANUTENÇÃO

AUXILIAR TÉCNICO I

OPERADOR DE REDE DE AGUA E ESGOTO

AUXILIAR OPERACIONAL DE MANUTENÇÃO

AGENTE COMERCIAL I

TECNICO ELETRICISTA

TECNICO EM REFRIGERAÇÃO

7ª FAIXA: (R\$ 1.679,62)

ASSISTENTE DE APOIO A GESTÃO

AGENTE COMERCIAL II

8ª FAIXA: (R\$ 1.699,32)

AUXILIAR TÉCNICO II

TÉCNICO EM TELECOMUNICAÇÕES

TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

TÉCNICO EM MECÂNICA

OPERADOR DE ELEVATÓRIA

COORDENADOR DE COMÉRCIO AMBULANTE

ATENDENTE ESPECIALIZADA DE PORTARIA (6h)

AUXILIAR OPERACIONAL DE MANUTENÇÃO II

AGENTE COMERCIAL III.

ATENDENTE COMERCIAL

9ª FAIXA: (R\$ 1.794,13)

ATENDENTE ESPECIALIZADA DE PORTARIA (8h)

MECANICO II

ELETRICISTA II

SOLDADOR II

ENCANADOR II

10ª FAIXA: (R\$ 1.932,35)

ENCARREGADO DE LAVANDERIA PRISIONAL

11ª FAIXA: (R\$ 1.968,34)

AGENTE DE DISCIPLINA PRISIONAL

12ª FAIXA: (R\$ 1.999,42)

TECNICO DE PITOMETRIA I

13ª FAIXA: (R\$ 2.109,65)

COORDENADOR DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS (8H)

14ª FAIXA: (R\$ 2.228,70)

OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA.

PROTOCOLISTA

ARQUIVISTA

15ª FAIXA: (R\$ 2.443,92)

TECNICO DE PITOMETRIA II

16ª FAIXA: (R\$ 2.592,00)

SUPERVISOR DE EQUIPE DE APOIO A GESTÃO

17ª FAIXA: (R\$ 2.695,92)

ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO PRISIONAL

18ª FAIXA: (R\$ 2.853,10)

AGENTE DE DISCIPLINA PRISIONAL LÍDER

19ª FAIXA: (R\$ 2.917,65)

TÉCNICO EM ELETRÔNICA PRISIONAL

20ª FAIXA: (R\$ 3.057,91)

OPERADOR DE LOGISTICA (8H)

ENCARREGADO DE FUNÇÃO

21ª FAIXA: (R\$ 3.466,17)

ENCARREGADO DE LIMPEZA PRISIONAL

22ª FAIXA: (R\$ 3.504,71)

ENCARREGADO DE ALMOXARIFADO PRISIONAL

23ª FAIXA: (R\$ 3.532,39)

SUPERVISOR DE DISCIPLINA PRISIONAL

24ª FAIXA: (R\$ 3.767,13)

ESPECIALISTA EM GERENCIAMENTO DE RECURSOS DE SEGURANÇA –

OPERADOR NÍVEL I

25ª FAIXA: (R\$ 3.774,60)

APOIO ADMINISTRATIVO ESPECIALIZADO (6H)

26ª FAIXA: (R\$ 4.192,65)

PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO

27ª FAIXA: (R\$ 4.502,63)

ESPECIALISTA EM GERENCIAMENTO DE RECURSOS DE SEGURANÇA –

OPERADOR NÍVEL II

28ª FAIXA: (R\$ 4.621,60)

ENCARREGADO ADMINISTRATIVO PRISIONAL

29ª FAIXA: (R\$ 5.403,17)

ESPECIALISTA EM GERENCIAMENTO DE RECURSOS DE SEGURANÇA – COORDENADOR

30ª FAIXA: (R\$ 5.835,38)

GERENTE DE OPERAÇÃO PRISIONAL

31ª FAIXA: (R\$ 6.006,86)

GERENTE GERAL PRISIONAL

32ª FAIXA: (R\$ 6.480,11)

ESTATÍSTICO TERCEIRIZADO

ADVOGADO TERCEIRIZADO

VETERINARIO TERCEIRIZADO

33ª FAIXA: (R\$ 7.504,39)

ANALISTA DE SEGURANÇA BANCARIA E PATRIMONIAL – NÍVEL I

34ª FAIXA: (R\$ 9.005,93)

ANALISTA DE SEGURANÇA BANCARIA E PATRIMONIAL – NÍVEL II

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O reajuste salarial dos empregados terceirizados que estejam abrangidos por esta CCT, inclusive os denominados “fora de faixa”, não importando a nomenclatura usada para a função que desempenhe, **será reajustado com 10,06% (dez vírgula zero seis por cento) a incidir sobre o piso salarial de dezembro de 2021.**

PARÁGRAFO SEGUNDO – Toda e qualquer importância paga à empresa de prestação de serviços pelo trabalho prestado pelo empregado, como integrante de sua remuneração, será a ele repassada, na forma ajustada no contrato de trabalho, de modo a evitar apropriação indébita dos valores pelos representantes da empresa, seus prepostos ou à sua ordem, devendo ser adotadas pelo sindicato dos trabalhadores, as medidas necessárias à reparação do direito do trabalhador.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As antecipações de salários, gerais e lineares, ocorridas entre 1º de janeiro de 2021 a dezembro do mesmo ano, poderão ser deduzidas por ocasião do reajuste em janeiro de 2022, não se confundindo com aumentos espontâneos, que se incorporam aos salários.

PARÁGRAFO QUARTO – As entidades sindicais que assinam este instrumento não concordam com qualquer alteração que busque reduzir o salário do empregado mediante a mudança de nomenclatura da sua faixa salarial. Devendo tais práticas serem de pronto denunciadas para que as partes acordantes busquem as medidas pertinentes.

PARÁGRAFO QUINTO - Fica assegurado aos empregados que laboram em presídios o adicional de risco de vida, o mesmo nominado nos editais de licitação como periculosidade, no percentual de 30% (trinta por cento), incidente sobre a remuneração.

PARÁGRAFO SEXTO– **DISPENDIO FINANCEIRO** - A presente CCT acarretará em um dispêndio financeiro de 10,07% (dez vírgula zero sete por cento) sobre os preços praticados em 31/12/2021, obtido pela média da alteração salarial (pisos salariais); do vale alimentação; da cesta básica e do plano de saúde, dentre outros.

PARÁGRAFO SÉTIMO– As diferenças salariais das folhas de janeiro e fevereiro de 2022, deverão ser pagas, respectivamente, nas folhas de março e abril de 2022. A diferença de vale alimentação, cestas básicas, auxílio creche e outros valores, excetuando salários, serão pagas até o final de abril de 2022, devendo a empresa multa de 2% (dois por cento) do valor do salário, por dia de atraso, revertido em benefício do empregado prejudicado. Ademais, as diferenças das verbas rescisórias dos empregados dispensados antes da homologação do presente instrumento coletivo de trabalho serão pagas até abril de 2022.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - DA OBRIGATORIEDADE DE CONCESSÃO DE REAJUSTES PELOS TOMADORES

Fica desde já ajustado que todos os tomadores de serviços, sejam eles do âmbito privado ou público (Estadual, Municipal ou Federal), deverão efetuar o repasse para as empresas prestadoras de serviços dos reajustes de todas as cláusulas econômicas existentes na presente norma coletiva (piso salarial, reajuste salarial, vale-alimentação, plano de saúde, ajuda de custo, auxílio-creche, vale-transporte, dentre outros)

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DOS SALÁRIOS

Fica assegurado que os pagamentos dos salários serão efetuados de forma a que estejam efetivamente disponibilizados aos empregados, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fica estipulada uma multa, de 2% (dois por cento) do valor do salário, por dia de atraso, revertido em benefício do empregado prejudicado, salvo se a mora se operar por culpa do empregado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os pagamentos serão efetuados preferencialmente nos locais de trabalho, dentro do horário de expediente, ou logo após. Em caso de depósito em estabelecimento bancário, de crédito ou seu correspondente, deverá ser realizado próximo ao local de trabalho, nos termos dos arts. 464 e 465 da CLT.

CLÁUSULA SEXTA - COMPROVANTE DE SALÁRIOS

As empresas fornecerão, aos seus empregados, comprovantes de pagamentos da remuneração laboral (contracheques) como documento pessoal, formalmente preenchidos, discriminando os valores recebidos e seus respectivos descontos até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trabalho realizado. Servirá de recibo para a empresa como prova do pagamento em dinheiro. O depósito bancário terá força de recibo, nos termos do art. 464 da CLT.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As empresas também poderão fornecer os contracheques com a discriminação das verbas de forma eletrônico/digital, assegurando ao trabalhador o acesso direto do seu contracheque eletrônico/digital até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trabalho, sendo garantido ao empregado o direito de opção quanto ao recebimento contracheque físico ou eletrônico/virtual.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A imposição de assinatura de recibo sem o respectivo pagamento, constitui ato ilícito, cabendo ao SEEACONCE e SEACEC, em conjunto ou separadamente, adotar as medidas administrativas ou judiciais para coibir a ilegalidade.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA SÉTIMA - DA NÃO REDUÇÃO DO PISO SALARIAL - DO TRABALHO EM TEMPO PARCIAL

O tomador de serviço não poderá pagar a empresa prestadora de serviço valor, por empregado, menor do que o piso salarial da categoria previsto nesta convenção coletiva de trabalho, a não ser que no ato da contratação tenha sido contratado o empregado em regime de tempo parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fica garantido para o empregado contratado em regime de tempo parcial, vale alimentação e todos os demais benefícios desta convenção coletiva de trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O parâmetro para o cálculo do salário do empregado contratado em regime de tempo parcial deverá ser o piso salarial da categoria previsto no presente instrumento coletivo de trabalho e de acordo com sua função/faixa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fica estabelecido que o regime de tempo parcial previsto nesta cláusula é aquele definido no art. 58 - A da Consolidação das Leis do Trabalho, sendo vedado a utilização de qualquer outro tipo de regime de tempo parcial.

PARÁGRAFO QUARTO - Os trabalhadores que laborarem em regime de jornada distinto do estabelecido no art. 58-A da CLT, ou seja, acima de 30hs semanais sem possibilidade de horas extras; ou acima de 26hs semanais considerando a possibilidade de 6hs extraordinárias; não poderão receber valores inferiores ao piso salarial da categoria previsto na convenção coletiva de trabalho.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

13º Salário

CLÁUSULA OITAVA - PAGAMENTO DO 13º SALÁRIO

As empresas pagarão o 13º salário na forma estipulada em Lei.

Parágrafo primeiro – Poderão as empresas, se preferirem, antecipar a primeira parcela do 13º salário juntamente na data do retorno das férias anuais.

Parágrafo segundo – Fica estipulada uma multa, de 2% (dois por cento) do valor do salário, por dia de atraso, revertido em benefício do empregado prejudicado, salvo se a mora se operar por culpa do empregado.

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA NONA - HORA-EXTRA

As horas extras laboradas, quando se tratar da escala normal de trabalho (44 horas semanais) utilizará como divisor para se alcançar o seu valor, 220 horas, sendo as referidas horas pagas com o acréscimo de 75% (setenta e cinco por cento). Se a hora em sobrejornada for prestada aos domingos e ou feriados, incidirão sobre a hora normal o percentual de 100% (cem por cento) na forma da Súmula 146 do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO– Na escala 12X36, quando existir o labor extraordinário será utilizado como divisor para se encontrar a referida hora 220 horas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em caso de mais de 02 (duas) horas extraordinárias ao dia, deverá haver anuência do Sindicato Profissional, exceto nos casos eventuais e emergências, nos termos do art. 61 da CLT.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Sobre as horas extras prestadas em ambientes insalubres e/ou em horário noturno incidirão sobre as aludidas os adicionais respectivos.

PARÁGRAFO QUARTO – Sobre as horas extras prestadas com habitualidade incidirão o repouso semanal remunerado, conforme estabelecido no art. 7º da Lei 605/49, com a redação que lhe deu a Lei nº 7.415/85.

PARÁGRAFO QUINTO – Consoante previsão legal, sobre a hora extra poderá incidir os dois adicionais previstos no parágrafo terceiro, desde que aconteçam os fatos geradores (insalubridade e adicional noturno), no entanto o cálculo dos dois adicionais terá sempre como base o valor único do salário do trabalhador, evitando a adição do valor do primeiro adicional ao salário e sobre o resultante deste o cálculo do segundo.

Adicional Noturno

CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL NOTURNO

Para os empregados que trabalhem em horário noturno, assim considerado o desenvolvido entre 22:00h às 05:00h do dia seguinte, fica assegurado o adicional noturno na base de 21% (vinte e um por cento), calculados sobre o valor da hora normal.

Adicional de Insalubridade

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Fica assegurado aos empregados que exercerem tarefas em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, os percentuais previstos em lei, assim também consideradas as normas emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego sobre medicina e segurança do trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - assegura-se ao trabalho executado em hospitais, clínicas, postos de saúde, laboratórios, ambulatorios e racão, o adicional de insalubridade de 20% (vinte por cento), sobre o piso salarial de cada empregado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As atividades exercidas em estação de tratamento e limpeza de esgoto público ou privado serão remuneradas a insalubridade no percentual de 40% (quarenta por cento) previsto nas Normas Regulamentares do Ministério do Trabalho e Emprego, incidente sobre o piso salarial do empregado;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Na rede hospitalar onde haja internação e tratamento de doenças infecto-contagiosas, o grau de insalubridade aplicado será o máximo, o percentual de 40% (quarenta por cento), incidente sobre o piso salarial do empregado;

PARÁGRAFO QUARTO - Quando o trabalho desenvolvido implicar na incidência de um índice diverso de insalubridade que o previsto, será o mesmo determinado através de perícia, podendo ser acompanhado por peritos da outra parte. Em caso de conflito entre os laudos oferecidos, serão os documentos encaminhados ao Ministério do Trabalho e Emprego para a solução do confronto.

PARÁGRAFO QUINTO - Permanecendo inalteradas as condições de trabalho, a empresa que suceder a outra prestadora de serviço obriga-se à continuidade do pagamento do adicional de insalubridade ao empregado, no mesmo percentual anteriormente pago pela prestadora de serviço sucedida

Ajuda de Custo

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - TRABALHO REALIZADO FORA DA SEDE

Com o intuito de custear despesas decorrentes de viagem/deslocamento para a realização de trabalho fora do local de serviço habitualmente prestado pelo trabalhador, em deslocamentos superiores a 100 Km de

distância do local de prestação de serviço, será pago a título de diária a importância de R\$ 100,34 (cem reais e trinta e quatro centavos).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Se o deslocamento for menor que o estabelecido no “caput” desta cláusula e houver necessidade de pernoite do empregado ou o mesmo ultrapassar sua jornada normal de trabalho é devida a diária em referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se já existe o pagamento de diária mais favorável do que o valor estabelecido nesta cláusula, deve ser mantida a condição mais vantajosa para o empregado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fica convencionados que os trabalhadores albergados por esta CCT e que recebam ajuda de custo para manutenção e/ou combustível de motos, terão reajuste de 10,06% (dez vírgula zero seis por cento) sobre o respectivo benefício.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VALE REFEIÇÃO

A alimentação será fornecida pela empresa aos trabalhadores até 1º (primeiro) dia do mês in natura ou por meio de vale ou cartão refeição/alimentação aos trabalhadores, inclusive para os trabalhadores que laborem jornada superior a 6 (seis) horas, diurna ou noturna.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A alimentação “*in natura*” deverá observar as prescrições, junto ao tomador e a empresa, de qualidade e quantidade calórica e protéica previstas no Programa de Alimentação do Trabalhador.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As empresas prestadoras de serviço se obrigam a contratar a alimentação “*in natura*” de empresas credenciadas ao PAT, podendo ser ainda credenciadas ao SESC ou SESI, incumbindo-se a empregadora da fiscalização de sua qualidade e quantidade, como condição de confecção e fornecimento, de modo a garantir sua qualidade nutricional e conservação, com o fim de preservar a saúde do trabalhador.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando realizada na modalidade de vale ou cartão refeição/alimentação, as empresas fornecerão o vale no valor mínimo de **R\$ 23,11 (vinte e três reais e onze centavos reais)**, correspondendo aos dias efetivamente trabalhados.

PARÁGRAFO QUARTO – As empresas que já disponibilizavam valor superior ao mínimo fixado da CCT de R\$ 23,11 (vinte e três reais e onze centavos), reajustarão o respectivo vale alimentação no percentual de 10,06% (dez vírgula zero seis por cento) sobre o valor anteriormente pago, não podendo ser o valor do vale ser inferior ao valor estabelecido no parágrafo terceiro.

PARÁGRAFO QUINTO – Os vales ou cartões refeição/alimentação, serão preferencialmente entregues nos locais de trabalho. Caso não haja condições e os mesmos forem entregues na sede da empresa, esta fornecerá vales transporte para o deslocamento do empregado do local de trabalho para a empresa e também para o seu retorno.

PARÁGRAFO SEXTO – Se o empregado faltar ao trabalho e tiver recebido vale ou cartão refeição/alimentação, caberá a empresa descontar o vale referente ao dia que faltou, na forma da lei, sem prejuízo da possibilidade do desconto ser efetuado nos vales do mês seguinte ou crédito no cartão eletrônico, ressalvadas as condições mais favoráveis ao trabalhador, sendo vedado o desconto em folha de pagamento, sob pena de incidir em multa por descumprimento de CCT.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O fornecimento de vales ou cartões alimentação/refeição será incluído nos contratos públicos novos, assim considerados os pactuados, por meio de licitação, a partir da Convenção Coletiva do ano de 2006. Nos Contratos públicos em curso, apresentará o empregador a presente Convenção Coletiva, de modo a ajustar a previsão de custos eventualmente alterada em decorrência da presente cláusula. Em caso de recusa da tomadora, manter-se-á, a condição vigente até o encerramento do pacto, devendo ser comunicada aos sindicatos convenientes, que adotarão as medidas que julgarem necessárias à defesa das suas categorias.

PARÁGRAFO OITAVO - O fornecimento de vales ou cartões alimentação/refeição para os trabalhadores que laboram somente 06 (seis) horas será incluído nos contratos públicos e privados novos, assim considerados os pactuados, por meio de licitação instauradas, a partir da assinatura e registro da Convenção Coletiva do ano de 2011. Nos contratos públicos em curso, apresentará o empregador a presente Convenção Coletiva, de modo a ajustar a previsão de custos eventualmente alterada em decorrência da presente cláusula. Em caso de recusa da tomadora, manter-se-á, a condição vigente até o encerramento do pacto, devendo ser comunicada aos sindicatos convenientes, que adotarão as medidas que julgarem necessárias à defesa das suas categorias.

PARÁGRAFO NONO - Excetuam-se da condição do parágrafo primeiro os estabelecimentos prisionais, diante da peculiaridade da prestação de serviço.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Os empregados autorizam o desconto **em folha** de 1% (um por cento) do valor total dos vales, cartões ou refeições recebidos.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Será garantido ao empregado que labore horas extras em quantidade mínima de duas um vale adicional denominado "vale lanche" com o valor facial de R\$ 11,55 (onze reais e cinquenta e cinco centavos).

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Ficam as empresas autorizadas a fornecerem o vale-alimentação em pecúnia quando, por algum motivo extraordinário, não for possível concretizar o fornecimento do vale-alimentação por meio de cartão no tempo previsto na presente cláusula. Nessas situações o fornecimento de vale-alimentação em pecúnia não terá natureza salarial, não se incorporando ao salário e deverá ser fornecido no prazo estabelecido no caput desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA CESTA BÁSICA

Fica instituído o pagamento a título de cesta básica no valor mensal de R\$ 88,04 (oitenta e oito reais e quatro centavos), devendo o referido valor ser pago até o 1º (primeiro) dia do mês.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CONCESSÃO DE VALES - TRANSPORTES

Os vales-transporte necessários para o deslocamento dos empregados no trajeto residência/trabalho/residência, devidos para os dias de efetivo trabalho, serão entregues pelos empregadores até o 1º (primeiro) dia útil de cada mês.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – para os empregados beneficiados com vales-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), incidente sobre o salário-base, na forma da lei.

PARÁGRAFO SEGUNDO – aos empregados que trabalhem em regime de revezamento de 12x36, ou seja, somente trabalhem 15 (quinze) dias durante o mês, o desconto será de 3% (três por cento) sobre o salário-base, aplicado o tratamento legal, no que couber.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os vales-transporte serão preferencialmente entregues nos locais de trabalho. Caso não haja condições e os mesmos forem entregues na sede da empresa, esta fornecerá vales-transporte para o deslocamento do empregado do local de trabalho para a empresa e também para o seu retorno.

PARÁGRAFO QUARTO – Poderá a empresa substituir os vales-transporte por cartão eletrônico (*pass card*), obrigando-se a disponibilizar o crédito correspondente até o primeiro dia útil do mês da respectiva prestação de serviços. Em caso de atraso, conferir-se-á o mesmo tratamento dado à falta de vales-transporte impresso.

PARÁGRAFO QUINTO – Se o empregado faltar ao trabalho e tiver recebido vales-transporte para o seu deslocamento, caberá a empresa descontar o vales-transporte referente ao dia que faltou, na forma da lei, sem prejuízo da possibilidade do desconto ser efetuado nos vales-transporte do mês seguinte, no crédito do cartão eletrônico ou ajustadas em condições mais favoráveis ao trabalhador.

PARÁGRAFO SEXTO – Ficam as empresas autorizadas a fornecerem o vale-transporte em pecúnia, quando por algum motivo não for possível concretizar o fornecimento do vale-transporte físico ou passcard no tempo previsto na presente cláusula. Nessas situações o fornecimento de vale-transporte em pecúnia não terá natureza salarial, não se incorporando ao salário e deverá ser fornecido no prazo estabelecido no CAPUT desta cláusula.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PLANO DE SAÚDE E CONVÊNIOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Fica acordado a instituição de PLANO DE SAÚDE, que será contratado pelas Empresas preferencialmente com operadora de plano de saúde conveniada ao SEACEC, na segmentação mínima AMBULATORIAL + HOSPITALAR SEM OBSTETRÍCIA em acomodação ENFERMARIA, de modo a permitir que os trabalhadores em atividade, exceto os já aposentados que não estejam em atividade junto às Empresas representadas pelo SEACEC, possam, mediante adesão voluntária e expressa, usufruir dos serviços de saúde ofertados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O PLANO DE SAÚDE contratado será, para o ano de 2022, no valor de R\$ 81,99 (oitenta e um reais e noventa e nove centavos), sendo que a participação no subsídio do seu custeio será na razão de 50% (cinquenta por cento) para o empregador e 50% (cinquenta por cento) para o empregado, valor este que será descontado em folha de pagamento mediante autorização prévia e por escrito do empregado, sendo que a taxa de adesão será custeada integralmente pelo empregado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso o empregado venha a aderir a plano de maior cobertura, de empresa conveniada pelo sindicato ou outra, será de sua responsabilidade o pagamento que acrescer.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Caso o empregador já tenha contratado PLANO DE SAÚDE, não estará obrigado a aderir ao plano de saúde referido, ficando assegurado ao empregado as garantias mínimas de preço e participação estipuladas nesta cláusula.

PARÁGRAFO QUARTO – O empregado poderá incluir seus dependentes no Plano de Saúde, com o pagamento total às suas expensas, podendo os valores correspondentes ser descontados em folha de pagamento, mediante autorização prévia e por escrito do mesmo.

PARÁGRAFO QUINTO – As empresas dispõem do prazo de até 90 (noventa) dias a contar do registro desta convenção para disponibilizar aos empregados a adesão ao plano de saúde.

PARÁGRAFO SEXTO – A participação facultativa do empregado no plano de saúde não configurará salário “in natura”, não se incorporando à remuneração do trabalhador para quaisquer efeitos, não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou do FGTS e nem constitui rendimento tributável do empregado.

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - AUXILIO FUNERAL

As empresas concederão auxílio-funeral, a ser pago ao dependente ou dependentes do empregado falecido, durante a vigência do contrato de trabalho, em valor equivalente a 03 (três) pisos salariais da categoria, na faixa que o empregado falecido estiver enquadrado, que será pago imediatamente após o óbito.

PARÁGRAFO ÚNICO – Na falta de dependentes do empregado, farão jus ao recebimento do benefício do auxílio-funeral os sucessores do empregado falecido, na forma da lei civil.

Auxílio Creche

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - AUXILIO CRECHE

As empresas deverão pagar auxílio creche mensal as suas empregadas a incidir no mês do nascimento da criança até o 6º mês de vida da mesma no valor de R\$ 222,36 (duzentos e vinte e dois reais e trinta e seis centavos) mensais.

Outros Auxílios

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - COMPLEMENTO PREVIDENCIÁRIO

As empresas efetuarão o pagamento da complementação da diferença existente entre os valores recebidos da Previdência Social e a média da remuneração percebida pelo empregado nos últimos doze meses que antecedem o início da concessão do benefício, enquanto o mesmo estiver de licença por motivo de acidente de trabalho, recebendo benefício previdenciário, não possuindo a quantia paga pela empresa, natureza salarial.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CONVÊNIOS COM FARMACIA

As empresas buscarão firmar convênios com farmácias objetivando a aquisição de medicamentos e produtos afins para desconto mensal em folha de pagamento, a ser procedido nas mesmas condições obtidas na negociação.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DESVIO DE FUNÇÃO

Não será permitida a utilização do empregado para o exercício de atividades distintas das quais tenha sido contratado e incompatível com a função que exerce, excetuando-se quando se tratar de substituição eventual para exercício de funções similares.

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CARTA DE REFERÊNCIA

No ato da homologação da demissão sem justa causa, as empresas fornecerão aos seus empregados Carta de Referência, relativa ao respectivo Contrato de Trabalho, no sentido de contribuir para que os empregados consigam novos empregos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

A empresa se compromete a enviar relação mensal dos contratos de trabalho rescindidos ao sindicato laboral e custear o transporte e alimentação daqueles empregados lotados e/ou que residam no interior para receber sua rescisão.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - CARTÃO OU CONTROLE DE PONTO ÚNICO

O horário de trabalho poderá ser registrado pelos empregados em cartão, papeleta, livro de ponto, cartão magnético ou, ainda, por outros meios eletrônicos, conforme a legislação em vigor.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica autorizada, no presente Instrumento Normativo, a adoção de sistemas alternativos eletrônicos de controle de jornada de trabalho, inclusive por meio de transmissão de dados por telefone e/ou rádio transmissor, pelas empresas abrangidas por esta Norma, desde que não haja infração legal ou prejuízo ao trabalhador, bem como seja garantido amplo acesso aos horários registrados no registro

de ponto, seja por recibo de registro de ponto ou por qualquer outro meio que garanta a lisura do controle de jornada e a transparência para o trabalhador.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O horário que será anotado nos controles é o de efetiva entrada e de saída do trabalhador, devendo ser observado o rigor das anotações especialmente em casos em que não há rendição do posto de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As empresas obrigam-se a utilizar, no controle de entrada e saída dos empregados, apenas um único cartão ou controle de ponto, para horas normais e horas extraordinárias.

PARÁGRAFO QUARTO - Em face da natureza da atividade da prestação de serviços a terceiros, fora da sede das empresas, a ficha de registro de empregados, as folhas de ponto e os demais livros poderão ficar na empresa ou no posto em que o serviço é realizado, prevalecendo a regra que melhor satisfizer a viabilidade operacional do Empregador, inclusive quanto à documentação pessoal do Empregado.

PARÁGRAFO QUINTO – Quando a prestação dos serviços pelo empregado ocorrer fora da sede das empresas, o registro do horário de trabalho (entrada e saída) dos empregados deverá ser realizado tão somente por cartão, papeleta, livro de ponto e cartão magnético.

PARÁGRAFO SEXTO - Ademais, quando a prestação dos serviços pelo empregado ocorrer fora da sede das empresas, será computado e registrado como horário de trabalho, o tempo de deslocamento do empregado do local da prestação dos serviços até a sede das empresas ou até o local que não mais esteja à disposição da empresa.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Plano de Cargos e Salários

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - PISOS FUTUROS

No caso de haver licitação onde sejam solicitados trabalhadores para exercício de funções não incluídas nas faixas e pisos definidos na cláusula anterior, caberá aos sindicatos convenientes fazer o enquadramento da nova função, por meio de aditivo à presente convenção coletiva.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caso a nova função não se enquadre em nenhuma das faixas existentes, deverão os convenientes criar nova(s) faixa(s), de modo a promover o tratamento adequado à atividade a ser realizada, utilizando-se da descrição constante na Classificação Brasileira de Ocupação – CBO.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Para a validade do acordo estabelecidos **no Caput** desta cláusula, deve o mesmo ser realizado em tempo hábil, em até 30 (trinta) dias do edital de licitação correspondente, assegurando-se ampla divulgação para todos os interessados;

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA ESTABILIDADE APOSENTADORIA

Fica vetada a dispensa arbitrária ou sem justa causa do empregado que estiver a, no máximo, 20 (vinte) meses de sua aposentadoria, desde que seu contrato com a empresa tenha, pelo menos, igual duração.

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DO EMPREGADO ESTUDANTE

O empregado estudante, matriculado e cursando regularmente qualquer nível do Sistema Educacional, deverá comunicar previamente à empresa a condição, através de declaração fornecida pelo estabelecimento de ensino.

Parágrafo Primeiro – o empregado estudante não poderá prestar serviço extraordinário, durante o período letivo.

Parágrafo Segundo - o empregado estudante terá abonada a sua ausência ao trabalho durante o horário de prestação de exames curriculares ou vestibulares, desde que comunique à empresa com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito horas) comprovando posteriormente sua realização no mesmo prazo, através de declaração fornecida pelo estabelecimento de ensino.

Parágrafo Terceiro - As empresas concederão férias a seus empregados estudantes em períodos que coincidam com as férias escolares regulares, e devendo o benefício ser solicitado pelo empregado, por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Controle da Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - JORNADA DE TRABALHO

A jornada de Trabalho dos empregados, inclusive, porteiros diurnos e noturnos, será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Parágrafo único- A jornada normal de trabalho poderá ser acrescida de 2 (duas) horas suplementares, mediante ajuste escrito com o empregado e serão remuneradas com adicional de 75% (setenta e cinco por cento).

Faltas

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - FALTAS JUSTIFICADAS

Além dos casos previstos no art. 473 da CLT, poderá o empregado faltar ao serviço, sem que lhe seja efetuado qualquer tipo de desconto salarial, 02 (dois) dias quando do falecimento de dependente, assim já declarados previamente perante a empresa, previdência social ou receita federal.

Parágrafo Único – Em caso do sepultamento ou velório das pessoas indicadas no caput, ocorrer em localidade que diste mais de 100 km (cem quilômetros) da residência do empregado o afastamento autorizado será de 03 (três) dias, comprovando o fato nas 24 horas após o retorno ao serviço.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ABONO DE FALTAS PARA ASSISTÊNCIA MATERNA

Serão abonadas as faltas da empregada, limitadas a 12 (doze) dias anuais, em decorrência da necessidade de assistir seus filhos ou outros dependentes menores de 12 (doze) anos e/ou inválidos, desde que declarados perante a empresa, ficando a empregada obrigada ao fornecimento de atestado ou declaração médica para comprovação do fato.

Parágrafo Único- O limite estabelecido no *caput* poderá ser prorrogado, desde que comprovada a necessidade da assistência maternal por médico que realizou o atendimento ou o acompanhamento.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - JORNADA DE TRABALHO ESPECIAL

A jornada de trabalho poderá ser doze horas seguidas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, não sendo devidas horas extraordinárias, em razão da natural compensação, observados ou indenizados, com a concessão de intervalo de 30 minutos para repouso e alimentação e os demais 30(trinta) minutos restantes serão indenizado. Na hipótese da não concessão deste intervalo, o empregador se obriga a remunerar integralmente o período correspondente como indenização.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Considera-se já remunerado o trabalho realizado nos domingos e feriados que porventura coincidam com a escala prevista nesta cláusula, face à natural compensação pelo desconto nas 36 (trinta e seis) horas seguintes.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Em caso de trabalho noturno as horas serão de 60 minutos, mas remunerados no percentual de 21% para os períodos laborados entre 22:00h à 05:00h.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Se a Jornada 12x36 ocorrer em ambiente insalubre é desnecessária a licença prévia da autoridade competente na área de higiene do trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO. A indenização do intervalo intrajornada será no percentual de 75% sobre a hora normal de trabalho.

PARÁGRAFO QUINTO. Em todas as escalas que venham a ser praticadas haverá a utilização do divisor de 220 horas mensais.

PARÁGRAFO SEXTO –Fica estabelecido que os empregados que trabalharem nesta escala e no período noturno farão jus a 15 (quinze) horas extras mensais cada um.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DIA DA CATEGORIA PROFISSIONAL

Fica estabelecido o dia 05 (cinco) de outubro como o dia da categoria profissional abrangida por esta convenção. No referido dia pode haver labor dos empregados que perceberão a remuneração referente ao dia em comento em dobro.

PARÁGRAFO ÚNICO – Em possuindo o tomador público de serviço dia específico e que seja feriado devidamente gozado entre os meses de janeiro e outubro de 2022, não haverá o pagamento em dobro na forma do “caput” desta cláusula tendo em vista o feriado já gozado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - REUNIÃO DE TRABALHO

As reuniões de trabalho, de comparecimento obrigatório, deverão ser realizadas durante o expediente dos empregados.

Parágrafo Único - Caso ultrapassarem a jornada normal de trabalho, as horas excedentes serão remuneradas como extraordinárias, ou compensadas na semana seguinte

Férias e Licenças

Remuneração de Férias

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - FÉRIAS

As empresas obrigam-se a avisar ou comunicar a seus empregados, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, o início da fruição das férias.

Parágrafo Primeiro - O início do gozo das férias não poderá coincidir com o repouso remunerado, feriados nem com os dias já compensados.

Parágrafo Segundo - As empresas que cancelarem a concessão de férias já comunicadas, pagarão todas as despesas que porventura o empregado tenha realizado quando do seu planejamento, desde que devidamente comprovadas.

Parágrafo Terceiro - As férias deverão ser pagas e gozadas até o 8º (oitavo) mês após o término do período aquisitivo, sob pena de pagamento em dobro

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - FÉRIAS PROPORCIONAIS

As férias proporcionais pagas quando da rescisão do contrato de trabalho, deverão ser acrescidas do adicional de 1/3 (um terço) sobre a maior remuneração paga.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Equipamentos de Proteção Individual

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO - EPI

Aos trabalhadores que executam suas tarefas no serviço de coleta de lixo urbano e no aterro sanitário, serão fornecidos pelas empresas, gratuitamente, os equipamentos de proteção necessários (EPI'S), tais como: luvas, sapatos ou botas, capacetes e outros, consoante com o que dispõe a Portaria n.º 3.214 de 1978 em sua NR-06.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso o empregado tenha seu contrato de trabalho rescindido, fica ele obrigado a devolver os equipamentos recebidos, na condição em que se encontrarem.

Uniforme

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - VESTIÁRIO

As empresas manterão cabinas, nos locais de prestação de serviço, destinadas à mudança ou troca de roupas, dotadas de reais condições de segurança, higiene e asseio, nos termos das Normas Regulamentadoras, expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - USO DE UNIFORMES

Quando o uso de uniformes for exigido pela empresa, fica a mesma obrigada a fornecer ao empregado, gratuitamente, de uma só vez, para o período de 01 (um) ano, 02 (dois) uniformes completos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - responderá o empregado pela reposição resultante de extravio ou mau uso dos uniformes, quando devidamente comprovado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Um terceiro uniforme completo será entregue, para o empregado, caso fique comprovado o desgaste natural de qualquer daqueles anteriormente entregues.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Aos trabalhadores que executam suas tarefas no serviço de coleta de lixo urbano e no aterro sanitário, serão fornecidos pelas empresas, gratuitamente, 04 (quatro) uniformes completos.

PARÁGRAFO QUARTO - Caso o empregado tenha seu contrato de trabalho rescindido, fica ele obrigado a devolver os uniformes na condição em que se encontrarem.

CIPA – composição, eleição, atribuições, garantias aos cipeiros

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - ELEIÇÕES DA CIPA

As empresas obrigam-se a cumprir com rigor as normas legais vigentes, notadamente as da NR-O5 da Portaria Ministerial 3.214/78 no tocante à CIPA e suas eleições.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Serão aceitos como válidos os atestados médicos e odontológicos apresentados pelo empregado para justificar sua ausência por motivo de doença, fornecidos, em ordem de preferência, por médicos contratados diretamente pela empresa ou mediante convênio/SESC e, à sua falta, os atestados emitidos por médicos vinculados ao SUS (Sistema Único de Saúde). Em último caso, serão aceitos os atestados emitidos por médico do sindicato ou particular.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os atestados médicos serão entregues pelo empregado nos locais de trabalho onde a empresa tenha supervisor, chefe de equipe ou encarregado, em envelope lacrado, a ser encaminhado ao setor de pessoal da empresa ou ao serviço médico.

PARÁGRAFO SEGUNDO – No período máximo de 24h (vinte quatro horas) contados do início das faltas do empregado em razão da doença, deve o mesmo comunicar a empresa o fato, seja através de terceiros ou por qualquer meio de comunicação que possibilite ao empregador tomar conhecimento do motivo da falta do empregado.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os trabalhadores deverão ainda enviar o atestado médico de forma virtual no WhatsApp e/ou e-mail disponibilizado pela empresa no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da emissão do mesmo.

PARÁGRAFO QUARTO – O atestado deverá ser entregue, pessoalmente ou por outrem, nos locais de trabalho onde a empresa tenha supervisor, chefe de equipe ou encarregado, em envelope lacrado, nas 24 (vinte e quatro) horas após o retorno do empregado ao serviço, devendo a pessoa que recebeu o atestado dar visto na via do empregado.

PARÁGRAFO QUINTO – O prazo estabelecido no parágrafo terceiro só será válido após a devida comunicação de forma individual e expressa do empregador ao trabalhador, informando o referido prazo e WhatsApp e/ou e-mail para envio dos atestados médicos.

Primeiros Socorros

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DO TRANSPORTE DO ACIDENTADO

As empresas obrigam-se a garantir o transporte gratuito do empregado acidentado do local de trabalho até o local do atendimento médico. Na impossibilidade de deslocamento do acidentado, após o atendimento médico, o transporte será estendido até a sua residência.

Outras Normas de Proteção ao Acidentado ou Doente

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - FORNECIMENTO DE DOCUMENTOS A PREVIDÊNCIA SOCIAL

A documentação exigida pela Previdência Social será fornecida pelos empregadores, quando solicitada pelo empregado, em 05 (cinco) dias úteis.

PARÁGRAFO ÚNICO – Por ocasião da homologação da rescisão contratual, os empregados que desempenharem suas funções em condições especiais, recebendo os adicionais previstos legalmente para as atividades respectivas, receberão cópia do PPP.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DA COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO

A empresa deverá comunicar o acidente de trabalho à previdência social nas 24 horas que sucederem ao acidente e, em caso de óbito, imediatamente, às autoridades competentes. Da comunicação a que se refere esta cláusula, receberão cópias o acidentado ou seus dependentes, bem como o Sindicato Profissional e os órgãos do Ministério do Trabalho e Emprego.

Relações Sindicais

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DO ACESSO DO DIRIGENTE SINDICAL

Será facilitado o acesso aos diretores do Sindicato dos Trabalhadores para a realização de visitas às sedes das empresas, a fim de tratar de assuntos relacionados com a categoria e os associados.

Liberação de Empregados para Atividades Sindicais

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - DA LIBERAÇÃO DOS DIRETORES DO SINDICATO PROFISSIONAL

Fica assegurada a liberação remunerada de 6 (seis) diretores membros da diretoria do sindicato profissional, até o término da vigência da presente convenção coletiva de trabalho, sem prejuízo do tempo de serviços e das parcelas componentes de suas remunerações, em número de 1 (um) diretor sindical por empresa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A lista de nomeação, ou os nomes dos diretores liberados, será enviada ao sindicato patronal no prazo de 03 (três) dias após a assinatura da presente convenção.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Respeitado o número de um diretor por empresa, poderá o sindicato laboral requerer a substituição do diretor liberado, desde que o faça com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DA MENSALIDADE SOCIAL

As mensalidades devidas ao Sindicato Profissional, como mensalidade social, serão descontada nos termos do art. 545 da CLT, devendo ser autorizado pelo empregado por escrito.

Parágrafo primeiro – O desconto da mensalidade equivalerá a 2% (dois por cento) do piso salarial da 1ª faixa remuneratória indicada na cláusula terceira e serão repassados os valores até o 5º (quinto) dia útil após o desconto, na tesouraria do Sindicato Profissional ou por meio de depósito bancário.

Parágrafo segundo - As empresas apresentarão comprovante de depósito bancário e/ou boleto bancário com a relação de empregados contribuintes.

Parágrafo terceiro - As empresas que não obedecerem o prazo estabelecido ficam sujeitas ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor retido.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL LABORAL

Em consonância com os termos da Nota Técnica Nº. 2, de 26 de outubro de 2018, da Coordenação de Liberdades Sindicais (Conalis), do Ministério Público do Trabalho- MPT, bem como com os termos do Enunciado Nº. 24, da Câmara de Coordenação e Revisão (CCR), igualmente, do MPT, e com os termos do acordo judicial celebrado nos autos do Processo nº. 0001879-27.2016.5.07.0013, originário da 13ª. Vara do Trabalho de Fortaleza-CE, as empresas abrangidas por esta CCT, descontarão dos salários de seus trabalhadores, não associados, a título de contribuição negocial, nos meses de março, maio e julho de 2022, a importância de R\$ 30,00 (trinta reais), em cada um dos meses mencionados, obrigando-se a recolher a quantia resultante do desconto, diretamente na tesouraria do Seeaonce ou através de boletos gerados no website do Sindicato Profissional: www.seeaonce.org.br, até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica assegurado o direito de se opor ao desconto de que trata o caput, desta Cláusula, a todos os trabalhadores, não associados, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que ele for efetuado, a ser apresentada de maneira pessoal, formal e expressamente diretamente ao Seeaonce, em 03 (três) vias de igual teor e forma, devidamente assinada e preenchida pelo trabalhador; ficando vedada às empresas qualquer conduta, direta ou indireta, visando à sua fomentação, caracterizando-se a sua inobservância em ato antissindical, para todos os efeitos legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As empresas encaminharão ao sindicato laboral, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, após o desconto referido no *caput* desta cláusula, as cópias das guias de recolhimento da contribuição negocial devidamente pagas e autenticadas, com a respectiva relação dos(as) trabalhadores(as) contribuintes.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O atraso no recolhimento da contribuição negocial sujeitará a empresa ao pagamento do valor principal acrescido de correção monetária com base na variação da TR, juros de 1% (um por cento) ao mês, além de multa equivalente a 2% (dois por cento).

PARÁGRAFO QUARTO - A multa estabelecida no parágrafo anterior será aplicada sobre o valor original acrescido de correção e juros.

PARÁGRAFO QUINTO – Em havendo ação judicial ou imputação de prejuízo decorrente da aplicação da presente cláusula com a citação do sindicato patronal, qualquer responsabilidade que ao mesmo seja imputada deverá ser arcada pelo sindicato laboral, podendo o sindicato patronal denunciar a lide na forma da Lei.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

As empresas do setor das categorias econômicas aqui representadas, deverão recolher até o mês de março de 2022 a CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL patronal para a expansão dos serviços de custeio desta campanha salarial, no valor abaixo destacado, de acordo com seu enquadramento empresarial abaixo destacado:

PORTE DA EMPRESA	VALOR (R\$)
CPF e MEI	223,00
ME e EPP	380,00
MÉDIO	760,00
NORMAL	980,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento previsto no caput deverá ser realizado através de boleto bancário ou na sede do Sindicato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O recolhimento da contribuição assistencial patronal efetuado fora do prazo mencionado no parágrafo anterior, será acrescido de multa de 2% (dois por cento) nos primeiros 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Por mês subsequente de atraso, além da multa estabelecida no parágrafo anterior, serão devidos juros de mora de 1 % (um por cento).

PARÁGRAFO QUARTO - A Entidade Sindical Patronal, como parte integrante do sistema SICOMÉRCIO e, conforme previsto no estatuto social, efetivará a partilha da receita advinda da contribuição assistencial, da seguinte forma:

- a) 10% (dez por cento) à CNC;
- b) 20% (vinte por cento) para a Federação;
- c) 70% (setenta por cento) para o Sindicato.

PARÁGRAFO QUINTO – Em havendo ação judicial ou imputação de prejuízo decorrente da aplicação da presente cláusula com a citação do sindicato laboral, qualquer responsabilidade que ao mesmo seja imputada deverá ser arcada pelo sindicato patronal, podendo o sindicato laboral denunciar a lide na forma da Lei.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL

As empresas abrangidas pelo Sindicato das Empresas de Asseio e conservação do Estado do Ceará deverão recolher o valor de R\$ 1.200,00 (hum mil, duzentos reais), parcelado em duas vezes, nos meses de Julho/2022 e Outubro/2022, a título de contribuição confederativa, que deverá ser repassado com boleto bancário ou na sede do Sindicato, até o dia 10 de julho e 10 de outubro de 2022, de acordo com o Art. 8º Inciso IV, da Constituição Federal e demais normas legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os atrasos no prazo de recolhimento estão sujeitos às mesmas penalidades previstas na Cláusula anterior.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Em havendo ação judicial ou imputação de prejuízo decorrente da aplicação da presente cláusula com a citação do sindicato laboral, qualquer responsabilidade que ao mesmo seja imputada deverá ser arcada pelo sindicato patronal, podendo o sindicato laboral denunciar a lide na forma da Lei.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - RELAÇÃO DE EMPREGADOS

As empresas enviarão à entidade sindical profissional, mensalmente, a partir da competência do mês de março até o mês de dezembro, a relação dos empregados abrangidos pela contribuição sindical (imposto), na forma da legislação pertinente.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL

As empresas que pretendam participar de licitações promovidas por órgãos da administração pública, direta, indireta ou contratação por setores privados, deverão apresentar certidão de regularidade para com suas obrigações sindicais.

Parágrafo Primeiro- Essa certidão será expedida pelo SEACEC/SEEACONCE, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a devida solicitação, com validade de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo- Consideram-se obrigações sindicais, para fins de expedição da citada certidão, o recolhimento da contribuição sindical (profissional e econômica), bem como de todas as taxas e contribuições aqui inseridas, de acordo e nos termos das cláusulas que as prevêm.

Disposições Gerais

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - MULTA POR DESCUMPRIMENTO

Na hipótese de descumprimento de qualquer cláusula da presente Convenção Coletiva de Trabalho, sem previsão de sanção pecuniária específica, fica a parte infratora sujeita à multa equivalente ao prejuízo proporcionado, não sendo inferior, em qualquer caso, ao valor do maior piso salarial a ser pago em favor da parte prejudicada.

Outras Disposições

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - ENCARGOS SOCIAIS

Com o objetivo de assegurar a exequibilidade dos contratos prestados pelas empresas assistidas por esta CCT e a consequente adimplência do cumprimento das obrigações decorrentes dos ENCARGOS SOCIAIS e TRABALHISTAS, fica convencionado que deve ser praticado pelas empresas albergadas nesta convenção o percentual mínimo de encargos sociais e trabalhistas conforme ANEXO I que passa a fazer parte integrante desta CCT.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - SESMT

Fica facultado para as empresas albergadas por esta Convenção Coletiva de Trabalho a terceirização dos seus SESMT'S em conformidade com a Norma Regulamentadora nº 4 e suas posteriores alterações.

PARÁGRAFO ÚNICO - SESMT COLETIVO

Fica facultada às empresas a constituição de Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT COLETIVO, organizado e administrado pelo SEACEC, visando à promoção da saúde e da integridade do trabalhador da categoria nos seus locais de trabalho, em conformidade com o disposto no item 4.14.3 da NR 4 do Ministério do Trabalho.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - ESFORÇOS NO CUMPRIMENTO DA PRESENTE CONVENÇÃO POR ÓRGÃO TOMADOR DE SERVIÇOS

As partes que pactuam o presente instrumento se comprometem a realizarem todos os esforços necessários para o efetivo cumprimento das cláusulas acertadas pelos órgãos públicos tomadores de serviço, principalmente no que tange aos reajustes salariais e demais cláusulas financeiras.

PARÁGRAFO ÚNICO – Não obstante os esforços realizados como demonstrado no “caput” desta cláusula a presente convenção deve ser cumprida na forma da Lei.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - TERMO DE QUITAÇÃO ANUAL DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Fica estabelecido que o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas (art. 507-B da CLT), que é uma faculdade dos empregados e empregadores, será firmado pelo Sindicato Laboral, desde que a empresa esteja cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO : O termo previsto no caput da presente cláusula discriminará as obrigações de dar e fazer cumpridas mensalmente e dele constará a quitação anual dada pelo empregado, com eficácia liberatória das parcelas nele especificadas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Por cada termo de quitação anual firmado pelo Sindicato Laboral, será pago pelos empregadores a referida Entidade Sindical Laboral os valores discriminados na tabela abaixo, que serão reajustados anualmente. Ademais, fica vedado o desconto pelos empregadores de qualquer valor do trabalhador para fins de emissão do termo de quitação anual.

TABELA DE VALORES QUITAÇÃO ANUAL

QUANTIDADE POR TERMO DE QUITAÇÃO	VALOR POR TERMO DE QUITAÇÃO
01 A 100	R\$ 70,00
101 A 200	R\$ 60,00
201 ACIMA	R\$ 50,00

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os empregadores e empregados que desejarem a emissão do termo de quitação anual de obrigações trabalhistas (art. 507-B da CLT), deverão agendar o comparecimento com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, junto ao Sindicato Profissional através do website www.seeaconce.org.br, ou pelo telefone: 85 3453.8900 ou pessoalmente na sede do Ente Sindical.

PARÁGRAFO QUARTO: Para a emissão do termo de quitação anual, previsto nesta cláusula, os empregadores deverão comprovar junto a Entidade Sindical Laboral o seu respectivo pagamento, em até 01 (um) dia útil anterior a data designada para emissão do termo de quitação anual, sob pena de não emissão do referido termo de quitação anual.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - FORO COMPETENTE

As controvérsias resultantes da aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho, caso não solucionadas de forma autônoma, serão dirimidas pela Justiça do Trabalho no Estado do Ceará, na cidade de Fortaleza.

E por serem considerados firmes e valiosos, tendo sido acordadas as condições e termos da presente Convenção Coletiva, (01) uma via encaminhada para registro e arquivo na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Ceará.

FABIANO BARREIRA DA PONTE
Presidente
SINDICATO DAS EMP DE ASSEIO E CONS DO ESTADO DO CEARA

JOSENIAS GOMES PEREIRA
Presidente
SINDICATO DOS EMPREG EM EMPRES DE ASSEIO E CONSERVACAO

ANEXOS
ANEXO I - ENCARGOS SOCIAIS

ANEXO I

ENCARGOS SOCIAIS	Segunda a sexta	Segunda a sábado	12x36
GRUPO "A"	36,80%	36,80%	36,80%
INSS	20,00%	20,00%	20,00%
FGTS	8,00%	8,00%	8,00%
SAT	3,00%	3,00%	3,00%
SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	2,50%	2,50%
SESC SESI	1,50%	1,50%	1,50%
SENAC / SENAI	1,00%	1,00%	1,00%
SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%
INCRA	0,20%	0,20%	0,20%
GRUPO "B" custo de Reposições	10,95%	10,90%	11,09%
FÉRIAS GOZADAS	7,59%	7,59%	7,60%
AUXILIO DOENÇA	2,21%	2,21%	2,22%
AUXILIO DOENÇA MAIS DE 15 DIAS	0,13%	0,13%	0,13%
ACIDENTE DE TRABALHO	0,03%	0,03%	0,03%
AUXILIO PATERNIDADE	0,01%	0,01%	0,01%
FALTAS LEGAIS	0,66%	0,66%	0,66%
TREINAMENTO NR 5	0,32%	0,27%	0,44%
GRUPO "C" das verbas indenizatórias	11,95%	11,94%	11,96%
1/3 FÉRIAS CONSTITUCIONAL	2,53%	2,53%	2,53%
13o. SALÁRIO	9,25%	9,24%	9,26%
AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,12%	0,12%	0,12%
COMPLEMENTO AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,05%	0,05%	0,05%
GRUPO "D" VERBAS RESCISÓRIAS	12,42%	12,42%	12,42%
AVISO PRÉVIO INDENIZADO	4,33%	4,33%	4,34%
REFLEXOS NO AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,84%	0,84%	0,84%
MULTA DO FGTS	4,08%	4,08%	4,09%
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ARTIGO 1o Lei 110/91	1,02%	1,02%	1,02%
INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,67%	0,67%	0,67%
FÉRIAS INDENIZADAS OU PROPORCIONAIS	1,11%	1,11%	1,11%
1/3 DE FÉRIAS INDENIZADAS OU PROP	0,37%	0,37%	0,37%

GRUPO "E"	0,72%	0,72%	0,73%
ABONO PECUNIÁRIO	0,54%	0,54%	0,55%
1/3 CONSTITUCIONAIS DO ABONO	0,18%	0,18%	0,18%
GRUPO "F"	10,26 %	10,24%	10,31%
FGTS S/AVISO PREVIO	0,35%	0,35 %	0,35%
INCIDÊNCIA GRUPO A S/AV PREVIO IND	1,25%	1,25%	1,25%
INCIDENCIA SOBRE SAL MATERNIDADE	0,20%	0,20%	0,20%
INCIDENCIA SOBRE 13 SAL AVISO PREVIO	0,03%	0,03%	0,03%
INCIDÊNCIA DO GRUPO "A" S/ O GRUPO "B"+C	8,43%	8,41%	8,48%
TOTAL DOS ENCARGOS	83,10%	83,02%	83,33%

ANEXO II - ATA DE ASSEMBLEIA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
Rodovia CE-341, s/n Km 02, - Bairro Parque Novo Paracuru - CEP 62680-000 - Paracuru - CE - www.ifce.edu.br

MAPA DE PREÇOS - SAC-PAR

MAPA DE PREÇO DO UNIFORME DE PORTEIRO

Art. 5º, incisos I e II da IN nº 73/2020	dados licitatórios	item	descrição	unidade	qtd	preço unitário	preço total	média dos preços unitários
Panel de preços	PE 8/2021 - UASG: 160441 - item 98	1	calça social masculina	unidade	2	RS 39,00	RS 78,00	RS 39,63
Contratações similares	PE 24/2021 - UASG: 160545 - item 155					RS 43,89	RS 87,78	
Contratações similares	PE 1/2022 - UASG: 160049 - item 10					RS 35,99	RS 71,98	
Panel de preços	PE 24/2021 - UASG: 160545 - item 150	2	Camisa tipo social de mangas curtas, contendo emblema da empresa de forma visível	unidade	2	RS 47,00	RS 94,00	RS 60,33
Panel de preços	PE 59/2021 - UASG: 160482 - item 67					RS 66,98	RS 133,96	
Sites especializado	PE 6/2021 - UASG: 257049 - item 336					RS 67,00	RS 134,00	
Panel de preços	PE 1/2022 - UASG: 160026 - item 26	3	Par de sapatos social na cor preta	par	2	RS 80,50	RS 161,00	RS 82,43
Contratações similares	PE 12/2021 - UASG: 160447 - item 208					RS 89,79	RS 179,58	
Contratações similares	PE 7/2021 - UASG: 160049 - item 126					RS 76,99	RS 153,98	
Panel de preços	PE 24/2021 - UASG: 160545 - item 170	4	Par de meias social	unidade	1	RS 9,68	RS 9,68	RS 12,88
Panel de preços	PE 5/2022 - UASG: 110404 - item 6					RS 18,26	RS 18,26	
Contratações similares	PE 26/2021 - UASG: 254445 - item 1					RS 10,71	RS 10,71	
Contratações similares	PE 12/2021 - UASG: 783810 - item 68	5	Bonê ou quepe com emblema da empresa	unidade	1	RS 16,50	RS 16,50	RS 22,98
Panel de preços	PE 3/2022 - UASG: 257051 - item 19					RS 20,55	RS 20,55	
Panel de preços	PE 21/2021 - UASG: 160086 - item 39					RS 31,89	RS 31,89	
Panel de preços	PE 5/2022 - UASG: 110404 - item 7	6	Cinto em couro, na cor preta, de boa qualidade	unidade	1	RS 55,93	RS 55,93	RS 47,45
Panel de preços	PE 35/021 - UASG: 070023 - item 4					RS 56,43	RS 56,43	
Panel de preços	PE 24/2021 - UASG: 160545 - item 168					RS 30,00	RS 30,00	
Contratações similares	PE 1/2021 - UASG: 786700 - item 140	7	Crachá com foto e identificação	unidade	1	RS 4,64	RS 4,64	RS 5,04
Contratações similares	PE 4/2021 - UASG: 158141 - item 28					RS 6,40	RS 6,40	
Contratações similares	PE 36/2021 - UASG: 090019 - item 2					RS 4,09	RS 4,09	
Panel de preços	PE 7/2021 - UASG: 160044 - item 19	8	Capa de chuva	unidade	1	RS 49,11	RS 49,11	RS 33,20
Contratações similares	PE 14/2021 - UASG: 70016 - item 10					RS 30,00	RS 30,00	
Contratações similares	PE 6/2022 - UASG: 154043 - item 4					RS 20,50	RS 20,50	

MAPA DE PREÇO DO UNIFORME DA COPEIRA

Art. 5º, inciso I e II da IN nº 73/2020.	dados licitatórios	item	descrição	unidade	qtd	preço unitário	preço total	média dos preços unitários
Panel de preços	PE 35562/2021 - UASG: 910809 - item 2	1	Calça feminina, em tecido a escolher, na cor a combinar	unidade	2	RS 42,00	RS 84,00	RS 86,79
Panel de preços	PE 1/2021 - UASG: 927346 - item 2					RS 73,57	RS 147,14	
Panel de preços	PE 36/2020 - UASG: 160249 - item 46					RS 144,80	RS 289,60	
Panel de preços	PE 9/2022 - UASG: 070010 - item 2	2	Camisa de manga curta, em tecido a escolher, na cor preta, botões frontais e gola estilo camisa	unidade	2	RS 22,75	RS 45,50	RS 32,01
Panel de preços	PE 9/2022 - UASG: 070010 - item 1					RS 22,78	RS 45,56	
Panel de preços	DISP LICI 54/2021 - UASG: 160413 - item 1					RS 50,50	RS 101,00	
Panel de preços	PE 1/2022 - UASG: 158273 - item 198	3	Avental em plástico resistente, na cor branca, com tiras no pescoço e nas laterais para amarrar	par	2	RS 31,73	RS 63,46	RS 23,82
contratação similares	PE 24/2021 - UASG: 160545 - item 144					RS 28,75	RS 57,50	
contratação similares	PE 6/2021 - UASG: 160367 - item 11					RS 10,98	RS 21,96	
Panel de preços	PE 3/2021 - UASG: 160385 - item 17	4	Touca copa/cozinha em rendinha com aba, na cor a combinar	unidade	3	RS 9,09	RS 27,27	RS 15,03
Panel de preços	PE 2/2021 - UASG: 160426 - item 355					RS 11,00	RS 33,00	
Panel de preços	PE 4/2020 - UASG: 168007 - item 60					RS 25,00	RS 75,00	
contratção	PE 27/2021 - UASG: 155912 - item 12	5	Pares de sapato social antiderrapante, sem salto e confortável, na cor preta	par	2	RS 65,90	RS 131,80	RS 75,63
contratção	PE 11/2021 - UASG: 160327 - item 70					RS 80,00	RS 160,00	
contratação similares	PE 22/2021 - UASG: 160111 - item 7					RS 81,00	RS 162,00	
contratação similares	PE 27/2021 - UASG: 160327 - item 55	6	Pares de meias feminina fina	par	2	RS 9,95	RS 19,90	RS 10,43
contratação similares	PE 188/2021 - UASG: 120195 - item 7					RS 15,85	RS 31,70	
contratação similares	PE 22/2021 - UASG: 160111 - item 9					RS 5,49	RS 10,98	
Contratações similares	PE 1/2021 - UASG: 786700 - item 140	7	Crachá com foto e identificação	unidade	1	RS 4,64	RS 4,64	RS 5,04
Contratações similares	PE 4/2021 - UASG: 158141 - item 28					RS 6,40	RS 6,40	
Contratações similares	PE 36/2021 - UASG: 090019 - item 2					RS 4,09	RS 4,09	



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo da Silva de Souza, Técnico em Gestão Financeira**, em 13/05/2022, às 15:00, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3724064** e o código CRC **A95D4583**.

ORÇAMENTOS

COPEIRA

MÉDIA

R\$ 86,79

MEDIANA

R\$ 73,57

MENOR

R\$ 42

Quantidade total de registros: 3

Registros apresentados: 1 a 3

FILTROS APLICADOS

Descrição

Esfera

CALÇA FEMININA\, CALCA FEMININA Federal

RESULTADO 1

DADOS DA COMPRA**Identificação da Compra:** 35562/2021**Número do Item:** 00002**Objeto da Compra:** Pregão Eletrônico - Composição de Ata de Registro de Preços para aquisição de uniformes, para reposição dos estoques das Regionais da Eletrobras Eletronorte.**Quantidade Ofertada:** 390**Valor Proposto Unitário:** R\$ 52**Valor Unitário do Item:** R\$ 42**Código do CATMAT:** 32190**Descrição do Item:** CALÇA FEMININA, CALCA FEMININA**Descrição Complementar:****Unidade de Fornecimento:** UNIDADE**Modalidade da Compra:** Pregão**Forma de Compra:** SISRP**Marca:** VICUNHA**Data do Resultado:** 29/05/2021**DADOS DO FORNECEDOR****Nome do Fornecedor:** M. L. OLIVERA**CNPJ/CPF:** 28803808000126**Porte do Fornecedor:** Micro Empresa**DADOS DO ÓRGÃO****Número da UASG:** 910809 - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A**Órgão:** FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A.**Órgão Superior:** MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

RESULTADO 2

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00001/2021

Número do Item: 00002

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Escolha da proposta mais vantajosa para aquisição de uniformes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Quantidade Ofertada: 54

Valor Proposto Unitário: R\$ 116,56

Valor Unitário do Item: R\$ 73,57

Código do CATMAT: 32190

Descrição do Item: CALÇA FEMININA, CALÇA FEMININA

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISPP

Marca: FARP

Data do Resultado: 21/10/2021

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: FARP INDUSTRIA DE ROUPAS LTDA

CNPJ/CPF: 00177445000141

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 927346 - CONSELHO REG DE CORRETORES DE IMOVEIS 5ª REG

Órgão: CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

Órgão Superior: CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

RESULTADO 3

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00036/2020

Número do Item: 00046

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Registro de preços para eventual Aquisição de fardamento e peças de uniformes especiais e sob medida em proveito da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), visando atender às necessidades do Corpo de Cadetes da AMAN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e Anexos.

Quantidade Ofertada: 550

Valor Proposto Unitário: R\$ 217,99

Valor Unitário do Item: R\$ 144,8

Código do CATMAT: 32190

Descrição do Item: CALÇA FEMININA, CALÇA FEMININA

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: EL SOL

Data do Resultado: 25/08/2021

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: CHARLIE EQUIPAMENTOS EIRELI

CNPJ/CPF: 24972979000128

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160249 - ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS/RJ

Órgão: COMANDO DO EXERCITO

Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R\$ 32,01	R\$ 22,78	R\$ 22,75

Quantidade total de registros: 3

Registros apresentados: 1 a 3

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço	Descrição	Esfera	Período da Compra
480171	CAMISA UNIFORME\, MATERIAL:MALHA ALGODÃO FIO 30.1\, TIPO MANGA:CURTA\, TIPO COLARINHO:GOLA OLÍMPICA COM RIBANA\, COR:BRANCA\, TAMANHO:P,M,G E XG\, TIPO USO:UNISSEX\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:LOGOTIPO DO ORGÃO CONFORME MODELO\, TIPO CAMISA:COSTURA DUPLA\, APLICAÇÃO:FARDAMENTO ESCOLAR, CAMISA MASCULINA\, MATERIAL:POLIVISCOSE\, MODELO MANGA:CURTA\, TIPO GOLA:PÓLO\, TAMANHO:SOB MEDIDA\, USO:UNIFORME, CAMISA UNIFORME\, MATERIAL:MALHA PV (75% POLIÉSTER + 25% VISCOSE)\, TIPO MANGA:CURTA\, TIPO COLARINHO:GOLA REDONDA\, TAMANHO:SOB MEDIDA\, TIPO USO:UNIFORME\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:IMPRESSÃO FRENTE E COSTAS, CAMISA UNIFORME\, MATERIAL:MALHA PIQUET\, TIPO MANGA:CURTA COM PUNHO\, TIPO COLARINHO:GOLA POLO\, COR:CINZA\, TAMANHO:SOB MEDIDA\, TIPO USO:UNIFORME	Federal	Comprado Últimos 30 dias

RESULTADO 1

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00009/2022

Número do Item: 00002

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de consumo (coletes e camisas), de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência (ANEXO I do Edital).

Quantidade Ofertada: 380

Valor Proposto Unitário: R\$ 50

Valor Unitário do Item: R\$ 22,75

Código do CATMAT: 480171

Descrição do Item: CAMISA UNIFORME, MATERIAL:MALHA PIQUET, TIPO MANGA:CURTA COM PUNHO, TIPO COLARINHO:GOLA POLO, COR:CINZA, TAMANHO:SOB MEDIDA, TIPO USO:UNIFORME

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: REINO

Data do Resultado: 29/03/2022

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: REINO KIDS MODA INFANTIL LTDA

CNPJ/CPF: 42754927000167

Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 070010 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

Órgão: JUSTICA ELEITORAL

Órgão Superior: JUSTICA ELEITORAL

RESULTADO 2

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00009/2022

Número do Item: 00001

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de consumo (coletes e camisas), de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência (ANEXO I do Edital).

Quantidade Ofertada: 130

Valor Proposto Unitário: R\$ 50

Valor Unitário do Item: R\$ 22,78

Código do CATMAT: 480171

Descrição do Item: CAMISA UNIFORME, MATERIAL:MALHA PIQUET, TIPO MANGA:CURTA COM PUNHO, TIPO COLARINHO:GOLA POLO, COR:CINZA, TAMANHO:SOB MEDIDA, TIPO USO:UNIFORME

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: REINO

Data do Resultado: 29/03/2022

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: REINO KIDS MODA INFANTIL LTDA

CNPJ/CPF: 42754927000167

Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 070010 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

Órgão: JUSTICA ELEITORAL

Órgão Superior: JUSTICA ELEITORAL

RESULTADO 3

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00054/2022

Número do Item: 00001

Objeto da Compra: A aquisição do material para atender o Hotel de Trânsito de Santa Maria, Referente ao Requisição nº 0058, do HTSM/B Adm Gu SM de 28 de março de 2022 CAMISAS GOLA POLO

Quantidade Ofertada: 80

Valor Proposto Unitário: -

Valor Unitário do Item: R\$ 50,5

Código do CATMAT: 480171

Descrição do Item: CAMISA UNIFORME, MATERIAL:MALHA PIQUET, TIPO MANGA:CURTA COM PUNHO, TIPO COLARINHO:GOLA POLO, COR:CINZA, TAMANHO:SOB MEDIDA, TIPO USO:UNIFORME

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Dispensa de Licitação

Forma de Compra: SISPP

Marca: SEM MARCA

Data do Resultado: 01/04/2022

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: ALAIDE ALVES DOS SANTOS

CNPJ/CPF: 03177123000190

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160413 - COMANDO DA 3ª DIV DO EX - BASE ADM DA GUAR SM

Órgão: COMANDO DO EXERCITO

Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA



Sistema Integrado de
Administração de
Serviços Gerais

ATA SRP

Ministério da
Economia

Consultas

Ambiente: **PRODUÇÃO**

Visualizar Item SRP

12/05/2022 22:00:59

Órgão

26403 - INST.FED.DE EDUC., CIENC E TEC.DO AMAZONAS

UASG Gerenciadora

158273 - INST.FED.AMAZ./CAMPUS S.GABRIEL DA CACHOEIRA

Modalidade de Licitação

Pregão Eletrônico

Modo de Disputa

Aberto/Fechado

Nº da Licitação

00001/2022

Nº da IRP

00002/2022

Nº do Processo

23858000018202240

Compra Nacional

Sim

Gerenciada/Autorizada ME/SGD

Não

Nº do Item

198

Tipo do Item

Material

Tipo de Objeto do Item

Bens Comuns

Item

150734 - Avental

Descrição Detalhada

AVENTAL DE CINTURA, tecido Oxford, com tiras reguláveis na cintura, tamanho curto, com bolso, na cor verde claro.

Quantidade Publicada

6

Unidade de Fornecimento

Unidade

Detalhes do Item

Solicitações do Item

UASGs do Item

Fornecedores do Item

Fornecedores

Classificação	Fornecedor	Marca do Material	Quantidade Homologada	Quantidade Autorizada	Valor Unitário Homologado (R\$)	Valor Unitário Renegociado (R\$)	Ação
1º	03.835.661/0001-25 - NM CONFECCOES LTDA	Habib decorações	6	0	31,7300	-	Visualizar

Pesquisar Item SRP

Nova Consulta



Sistema Integrado de
Administração de
Serviços Gerais

ATA SRP

Ministério da
Economia

Consultas

Ambiente: **PRODUÇÃO**

Visualizar Item SRP

12/05/2022 22:05:01

Órgão

52121 - COMANDO DO EXERCITO

UASG Gerenciadora

160545 - HOSPITAL DA G. S. GABRIEL DA CACHOEIRA

Modalidade de Licitação

Pregão Eletrônico

Modo de Disputa

Aberto

Nº da Licitação

00024/2021

Nº da IRP

00023/2021

Nº do Processo

64598005990202115

Compra Nacional

Sim

Gerenciada/Autorizada ME/SGD

Não

Nº do Item

144

Tipo do Item

Material

Tipo de Objeto do Item

Bens Comuns

Item

150734 - Avental

Descrição Detalhada

Nome: Avental O,

Quantidade Publicada

180

Unidade de Fornecimento

Unidade

Detalhes do Item

Solicitações do Item

UASGs do Item

Fornecedores do Item

Fornecedores

Classificação	Fornecedor	Marca do Material	Quantidade Homologada	Quantidade Autorizada	Valor Unitário Homologado (R\$)	Valor Unitário Renegociado (R\$)	Ação
1º	03.177.123/0001-90 - ALAIDE ALVES DOS SANTOS	PRIMICIAS	180	0	28,7500	-	Visualizar

Pesquisar Item SRP

Nova Consulta

Ambiente: **PRODUÇÃO**

Visualizar Item SRP

13/05/2022 10:51:11

Órgão UASG Gerenciadora

Modalidade de Licitação Modo de Disputa N° da Licitação N° da IRP N° do Processo Compra Nacional Gerenciada/Autorizada ME/SGD

N° do Item Tipo do Item Tipo de Objeto do Item Item

Descrição Detalhada

AVENTAL, MATERIAL PVC - CLORETO DE POLIVINILA, MODELO FORRADO, TIPO IMPERMEÁVEL, PREFERENCIALMENTE NA COR BRANCA, COMPRIMENTO 120 CM, LARGURA 70 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TIRAS DE AMARRAR FIXAS.

Quantidade Publicada Unidade de Fornecimento

Detalhes do Item Solicitações do Item UASGs do Item **Fornecedores do Item**

Fornecedores

Classificação	Fornecedor	Marca do Material	Quantidade Homologada	Quantidade Autorizada	Valor Unitário Homologado (R\$)	Valor Unitário Renegociado (R\$)	Ação
1º	12.811.487/0001-71 - MULTISUL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA	plastcor	100	0	10,9800	-	Visualizar

[Pesquisar Item SRP](#) [Nova Consulta](#)



Sistema Integrado de
Administração de
Serviços Gerais

ATA SRP

Ministério da
Economia

Consultas

Ambiente: **PRODUÇÃO**

Visualizar Item SRP

12/05/2022 22:29:19

Órgão

52121 - COMANDO DO EXERCITO

UASG Gerenciadora

160327 - INSTITUTO MILITAR DE ENGENHARIA/RJ

Modalidade de Licitação

Pregão Eletrônico

Modo de Disputa

Aberto

Nº da Licitação

00011/2021

Nº da IRP

00012/2021

Nº do Processo

64613011499202198

Compra Nacional

Sim

Gerenciada/Autorizada ME/SGD

Sim

Nº do Item

55

Tipo do Item

Material

Tipo de Objeto do Item

Bens Comuns

Item

57991 - Meia de vestuario feminino

Descrição Detalhada

Meia de vestuario feminino, meia de vestuario feminino

Quantidade Publicada

82

Unidade de Fornecimento

Unidade

Detalhes do Item

Solicitações do Item

UASGs do Item

Fornecedores do Item

Fornecedores

Classificação	Fornecedor	Marca do Material	Quantidade Homologada	Quantidade Autorizada	Valor Unitário Homologado (R\$)	Valor Unitário Renegociado (R\$)	Ação
1º	08.223.023/0001-77 - BRASIL DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI	SELENE	82	0	9,9500	-	Visualizar

Pesquisar Item SRP

Nova Consulta



Sistema Integrado de
Administração de
Serviços Gerais

ATA SRP

Ministério da
Economia

Consultas

Ambiente: **PRODUÇÃO**

Visualizar Item SRP

12/05/2022 22:32:13

Órgão

52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

UASG Gerenciadora

120195 - CENTRO DE AQUISIÇÕES ESPECIFICAS

Modalidade de Licitação

Pregão Eletrônico

Modo de Disputa

Aberto/Fechado

Nº da Licitação

00188/2021

Nº da IRP

00148/2021

Nº do Processo

67106001199202119

Compra Nacional

Sim

Gerenciada/Autorizada ME/SGD

Não

Nº do Item

7

Tipo do Item

Material

Tipo de Objeto do Item

Bens Comuns

Item

57991 - Meia de vestuario feminino

Descrição Detalhada

MEIA-CALÇA SOCIAL LISA COR DA PELE

Quantidade Publicada

3110

Unidade de Fornecimento

UNIDADE

Detalhes do Item

Solicitações do Item

UASGs do Item

Fornecedores do Item

Fornecedores

Classificação	Fornecedor	Marca do Material	Quantidade Homologada	Quantidade Autorizada	Valor Unitário Homologado (R\$)	Valor Unitário Renegociado (R\$)	Ação
1º	08.223.023/0001-77 - BRASIL DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI	TRIFIL	3110	0	15,8500	-	Visualizar

Pesquisar Item SRP

Nova Consulta



Sistema Integrado de
Administração de
Serviços Gerais

ATA SRP

Ministério da
Economia

Consultas

Ambiente: **PRODUÇÃO**

Visualizar Item SRP

12/05/2022 22:35:48

Órgão

52121 - COMANDO DO EXERCITO

UASG Gerenciadora

160111 - COMANDO DA 4A BDA DE INFANTARIA MOTORIZADA

Modalidade de Licitação

Pregão Eletrônico

Modo de Disputa

Aberto/Fechado

Nº da Licitação

00022/2021

Nº da IRP

00017/2021

Nº do Processo

64301011234202111

Compra Nacional

Sim

Gerenciada/Autorizada ME/SGD

Não

Nº do Item

9

Tipo do Item

Material

Tipo de Objeto do Item

Bens Comuns

Item

57991 - Meia de vestuario feminino

Descrição Detalhada

Meia 3/4 transparente:

- a) Meia social, estilo clássico, tipo 3/4, transparente, na tonalidade da pele, em tecido sintético de malha simples,
b) Sem costuras, desenhos e detalhes em renda ou quaisquer outras aplicações.

Quantidade Publicada

140

Unidade de Fornecimento

Unidade

Detalhes do Item

Solicitações do Item

UASGs do Item

Fornecedores do Item

Fornecedores

Classificação	Fornecedor	Marca do Material	Quantidade Homologada	Quantidade Autorizada	Valor Unitário Homologado (R\$)	Valor Unitário Renegociado (R\$)	Ação
1º	31.461.288/0001-25 - MAGAZINE TUFICK LTDA	Trifil	140	0	5,4900	-	Visualizar

Pesquisar Item SRP

Nova Consulta



Sistema Integrado de
Administração de
Serviços Gerais

ATA SRP

Ministério da
Economia

Consultas

Ambiente: **PRODUÇÃO**

Visualizar Item SRP

12/05/2022 22:18:29

Órgão

26443 - EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES

UASG Gerenciadora

155912 - HOSPITAL UNIV JULIO MARIA BANDEIRA DE MELLO

Modalidade de Licitação

Pregão Eletrônico

Modo de Disputa

Aberto/Fechado

Nº da Licitação

00027/2021

Nº da IRP

00018/2021

Nº do Processo

23771000447202196

Compra Nacional

Não

Gerenciada/Autorizada ME/SGD

Não

Nº do Item

12

Tipo do Item

Material

Tipo de Objeto do Item

Bens Comuns

Item

58017 - Sapato feminino

Descrição Detalhada

Sapato feminino, sapato feminino

Quantidade Publicada

152

Unidade de Fornecimento

Par

Detalhes do Item

Solicitações do Item

UASGs do Item

Fornecedores do Item

Fornecedores

Classificação	Fornecedor	Marca do Material	Quantidade Homologada	Quantidade Autorizada	Valor Unitário Homologado (R\$)	Valor Unitário Renegociado (R\$)	Ação
1º	18.386.337/0001-44 - SILVENINA UNIFORMES LTDA	MARLUVAS	152	0	65,9000	-	Visualizar

Pesquisar Item SRP

Nova Consulta



Sistema Integrado de
Administração de
Serviços Gerais

ATA SRP

Ministério da
Economia

Consultas

Ambiente: **PRODUÇÃO**

Visualizar Item SRP

12/05/2022 22:22:03

Órgão

52121 - COMANDO DO EXERCITO

UASG Gerenciadora

160327 - INSTITUTO MILITAR DE ENGENHARIA/RJ

Modalidade de Licitação

Pregão Eletrônico

Modo de Disputa

Aberto

Nº da Licitação

00011/2021

Nº da IRP

00012/2021

Nº do Processo

64613011499202198

Compra Nacional

Sim

Gerenciada/Autorizada ME/SGD

Sim

Nº do Item

70

Tipo do Item

Material

Tipo de Objeto do Item

Bens Comuns

Item

58017 - Sapato feminino

Descrição Detalhada

Sapato feminino, sapato feminino

Quantidade Publicada

49

Unidade de Fornecimento

Par

Detalhes do Item

Solicitações do Item

UASGs do Item

Fornecedores do Item

Fornecedores

Classificação	Fornecedor	Marca do Material	Quantidade Homologada	Quantidade Autorizada	Valor Unitário Homologado (R\$)	Valor Unitário Renegociado (R\$)	Ação
1º	08.223.023/0001-77 - BRASIL DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI	PICCADILLY	49	0	80,0000	-	Visualizar

Pesquisar Item SRP

Nova Consulta



Sistema Integrado de
Administração de
Serviços Gerais

ATA SRP

Ministério da
Economia

Consultas

Ambiente: **PRODUÇÃO**

Visualizar Item SRP

12/05/2022 22:25:00

Órgão

52121 - COMANDO DO EXERCITO

UASG Gerenciadora

160111 - COMANDO DA 4A BDA DE INFANTARIA MOTORIZADA

Modalidade de Licitação

Pregão Eletrônico

Modo de Disputa

Aberto/Fechado

Nº da Licitação

00022/2021

Nº da IRP

00017/2021

Nº do Processo

64301011234202111

Compra Nacional

Sim

Gerenciada/Autorizada ME/SGD

Não

Nº do Item

7

Tipo do Item

Material

Tipo de Objeto do Item

Bens Comuns

Item

58017 - Sapato feminino

Descrição Detalhada

Sapato preto de salto médio feminino:

a) tipo escarpim, de couro, cor preta, pouco decotado, bico arredondado;

b) apresenta salto médio e largo com 50 mm de altura na cor preta; e

c) solado de couro.

Quantidade Publicada

110

Unidade de Fornecimento

Par

Detalhes do Item

Solicitações do Item

UASGs do Item

Fornecedores do Item

Fornecedores

Classificação	Fornecedor	Marca do Material	Quantidade Homologada	Quantidade Autorizada	Valor Unitário Homologado (R\$)	Valor Unitário Renegociado (R\$)	Ação
1º	31.461.288/0001-25 - MAGAZINE TUFICK LTDA	Picadilly	110	0	81,0000	-	Visualizar

Pesquisar Item SRP

Nova Consulta

MÉDIA

R\$ 15,03

MEDIANA

R\$ 11,00

MENOR

R\$ 9,09

Quantidade total de registros: 3

Registros apresentados: 1 a 3

FILTROS APLICADOS

Descrição

TOUCA\, MATERIAL:PALA DE BRIM\, COR:BRANCA\, APLICAÇÃO:COZINHA INDUSTRIAL\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CÍRCULO DA TOUCA TECIDO TIPO REDE

Esfera

Federal

RESULTADO 1

DADOS DA COMPRA**Identificação da Compra:** 00003/2021**Número do Item:** 00017**Objeto da Compra:** Pregão Eletrônico - Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual, para o 3º Batalhão de Comunicações e Organizações Militares integrantes do GCALC (Grupo de Controle de Aquisições, Licitações e Contratos) da 3ª Região Militar.**Quantidade Ofertada:** 183**Valor Proposto Unitário:** R\$ 10,41**Valor Unitário do Item:** R\$ 9,09**Código do CATMAT:** 332423**Descrição do Item:** TOUCA, MATERIAL:PALA DE BRIM, COR:BRANCA, APLICAÇÃO:COZINHA INDUSTRIAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CÍRCULO DA TOUCA TECIDO TIPO REDE**Descrição Complementar:****Unidade de Fornecimento:** UNIDADE**Modalidade da Compra:** Pregão**Forma de Compra:** SISRP**Marca:** BRASCAMP**Data do Resultado:** 15/02/2022**DADOS DO FORNECEDOR****Nome do Fornecedor:** RP COMERCIAL LTDA**CNPJ/CPF:** 20604417000170**Porte do Fornecedor:** Pequena Empresa**DADOS DO ÓRGÃO****Número da UASG:** 160385 - 3 BATALHAO DE COMUNICACOES DO EXERCITO/RS**Órgão:** COMANDO DO EXERCITO**Órgão Superior:** MINISTERIO DEFESA

RESULTADO 2

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00002/2021

Número do Item: 00355

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Eventual aquisição de gêneros alimentícios e materiais de abastecimento

Quantidade Ofertada: 106

Valor Proposto Unitário: R\$ 12,27

Valor Unitário do Item: R\$ 11

Código do CATMAT: 332423

Descrição do Item: TOUCA, MATERIAL:PALA DE BRIM, COR:BRANCA, APLICAÇÃO:COZINHA INDUSTRIAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CÍRCULO DA TOUCA TECIDO TIPO REDE

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: RS PAN

Data do Resultado: 30/09/2021

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: INOVARE EQUIPAMENTOS E PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO LTDA

CNPJ/CPF: 31206933000163

Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160426 - DEPOSITO DE SUBSISTENCIA SANTO ANGELO/RS

Órgão: COMANDO DO EXERCITO

Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA

RESULTADO 3

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00004/2020

Número do Item: 00060

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Aquisição de Equipamentos de Segurança Individual - EPI.

Quantidade Ofertada: 300

Valor Proposto Unitário: R\$ 57,17

Valor Unitário do Item: R\$ 25

Código do CATMAT: 332423

Descrição do Item: TOUCA, MATERIAL:PALA DE BRIM, COR:BRANCA, APLICAÇÃO:COZINHA INDUSTRIAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CÍRCULO DA TOUCA TECIDO TIPO REDE

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: PREMAX

Data do Resultado: 02/06/2021

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: FORTCLEAN COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI

CNPJ/CPF: 36327075000129

Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 168007 - INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL/FMCE

Órgão: INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL

Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA



Sistema Integrado de
Administração de
Serviços Gerais

ATA SRP

Ministério da
Economia

Consultas

Ambiente: **PRODUÇÃO**

Visualizar Item SRP

12/05/2022 20:53:06

Órgão

52131 - COMANDO DA MARINHA

UASG Gerenciadora

786700 - HOSPITAL NAVAL DE LADARIO

Modalidade de Licitação

Pregão Eletrônico

Modo de Disputa

Aberto

Nº da Licitação

00001/2021

Nº da IRP

00008/2020

Nº do Processo

63063003114202049

Compra Nacional

Sim

Gerenciada/Autorizada ME/SGD

Sim

Nº do Item

140

Tipo do Item

Material

Tipo de Objeto do Item

Bens Comuns

Item

439776 - Cartão identificação

Descrição Detalhada

Cartão identificação, material: pvc, comprimento: 54 mm, largura: 85 mm, tipo impressão: frente,verso, personalizado conforme modelo, características adicionais: protetor de crachá rígido,jacaré,regulador bolinha, aplicação: identificação de funcionários

Quantidade Publicada

1000

Unidade de Fornecimento

Unidade

Detalhes do Item

Solicitações do Item

UASGs do Item

Fornecedores do Item

Fornecedores

Classificação	Fornecedor	Marca do Material	Quantidade Homologada	Quantidade Autorizada	Valor Unitário Homologado (R\$)	Valor Unitário Renegociado (R\$)	Ação
1º	35.663.840/0001-19 - IDCONTROLL IDENTIFICACAO E TECNOLOGIA LTDA	propria	1000	0	4,6400	-	Visualizar

Pesquisar Item SRP

Nova Consulta



Sistema Integrado de
Administração de
Serviços Gerais

ATA SRP

Ministério da
Economia

Consultas

Ambiente: **PRODUÇÃO**

Visualizar Item SRP

12/05/2022 20:55:11

Órgão

26419 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO RS

UASG Gerenciadora

158141 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R GRANDE SUL

Modalidade de Licitação

Pregão Eletrônico

Modo de Disputa

Aberto

Nº da Licitação

00004/2021

Nº da IRP

00005/2021

Nº do Processo

23419000269202112

Compra Nacional

Não

Gerenciada/Autorizada ME/SGD

Não

Nº do Item

28

Tipo do Item

Material

Tipo de Objeto do Item

Bens Comuns

Item

439776 - Cartão identificação

Descrição Detalhada

Cartão identificação, material: pvc, comprimento: 54 mm, largura: 85 mm, tipo impressão: frente,verso, personalizado conforme modelo, características adicionais: protetor de crachá rígido,jacaré,regulador bolinha, aplicação: identificação de funcionários

Quantidade Publicada

1590

Unidade de Fornecimento

Unidade

Detalhes do Item

Solicitações do Item

UASGs do Item

Fornecedores do Item

Quantidade Homologada

1590

Data da Assinatura da Ata

20/07/2021

Vigência da Ata

20/07/2021 a 20/07/2022

Resumo das quantidades da Gerenciadora + Participantes

Contratada

0

Empenhada

0

Saldo para Contratação

1590

Saldo para Empenho

1590

Resumo das quantidades das Caronas

Máximo para Adesões

3180

Aguardando Autorização

500

Autorizada

0

Contratada

0

Empenhada

0

Saldo para Adesão

3180

Gestores vinculados

Nome	Telefone
ALANA BLUM SARAIVA NUNES	(54) 3449-3341

Nome	Telefone
LUANA LAZZARI	(54) 3260-2400
GILSON SEBASTIAO DERETTI JUNIOR	
ZAIONARA GORETI RODRIGUES DE LIMA	(53) 3233-8730
ROSANE SOARES DE CARVALHO DUARTE	(53) 3233-8730
ALESSANDRA RUIZ TREVISOL	(53) 3233-8730
SUELEN PATRICIA DOS SANTOS	(54) 3349-3363
SILVIA OZORIO ROSA	(51) 3415-8236
EDINETE RITA FOLLE CECCONELLO	(54) 3345-8025
ROSSANO AGLIARDI DESINI	(51) 3601-3516
JAQUELINE IAROSZESKI	(54) 3321-7523
MAIARA JULIANE FAUST	
MARCIO CRISTIANO DOS SANTOS	
FLAVIO WERLE DE CAMARGO	(54) 3449-3341
JESSICA RODRIGUES SZULZEVSKI	(55) 9675-3535
DEBORA GABRIEL DE MELO	(55) 9916-4186
ADRIANA DE OLIVEIRA	(51) 3547-9609
TATIANA WEBER	(54) 3449-3313
GRAZIELLE MARIN LEITE	(54) 3449-3363
VERONICA GOBBO	(51) 3930-6005
PATRICIA CZERVINSKI	(54) 3449-3333
PATRICIA CICHOTA	(54) 3345-8025
CLISMAN PIAZZETTA	(54) 3449-3363
WALTER FERNANDO SOUZA FERREIRA	(53) 3233-8703
KARINE DE OLIVEIRA FONSECA	(54) 3449-3333
CAUE HAASE PACHECO	(51) 3247-8400
CLAUDERSON PIAZZETTA	(54) 3449-3363
ADRIANO BARBOSA MENDONCA	(53) 3233-8728
DARLEI CECCONELLO	(54) 3345-8025
CAMILA LINO PEREIRA	(54) 3324-8141
PAULA ZONATTO	(54) 3455-3241
ALAOR RIBEIRO DE SOUZA	(51) 9239-8260
UADY ROCHA SESSIM	(51) 3601-3511
SUYANE LAMARI CABRAL	(51) 9997-7006
PEDRO DIAS DE CASTRO NOBREGA	
VINICIUS RAFAEL MACHADO	(54) 3204-2134
CAROLINE FORNASIER SANCHES	(54) 3449-3333
JAIR BRUSCHI JUNIOR	(51) 8119-1816
ANDRE MAREK	(54) 3324-8114
LEONARDO ROSA PAIXAO	(51) 3415-8533
LENON GOMES MEDEIROS	(51) 3930-6005
CAMILA VANESSA DOBROVOLSKI	(54) 3455-3241

Nome	Telefone
MARCOS ANTONIO PECCIN JUNIOR	(54) 3260-2442
CRISTIANE BRAUNER	
SILVANIA SEGATI	(54) 3345-8025
LELIEN FRITSCH	(51) 3247-8417
WESLEY DIAS DE LIMA	(51) 3637-4405
GREICE DANIELA BACK	(54) 3324-8141
MARCELO LAUER MOTA	(51) 3547-9609
MARCINE FLORIANO PREDIGER	(54) 3324-8141
RAFAELA SOARES DIONISIO DA SILVA	(21) 7138-0261
ANDRE LUIZ DA ROSA	
ANDREIA REGINA MALLMANN CARNEIRO	(54) 9948-4720
THIAGO GRASSEL DOS REIS	
ECLEIA BORCHARTT ZEMPER	
MARCELO BROCH	
ELENISSE CAMACHO MEDEROS TORRES	(97) 3471-1470
ALEXSANDER LEMOS FERREIRA	(51) 3320-7126

Locais de Entrega

Município/UF para Entrega	Quantidade
85111 - Alvorada/RS	110
85413 - Bento Gonçalves/RS	300
85898 - Canoas/RS	500
86371 - Erechim/RS	160
86550 - Farroupilha/RS	115
87734 - Osório/RS	150
88153 - Rio Grande/RS	200
89532 - Vacaria/RS	40
89591 - VERANÓPOLIS/RS	15

[Pesquisar Item SRP](#)[Nova Consulta](#)



Sistema Integrado de
Administração de
Serviços Gerais

ATA SRP

Ministério da
Economia

Consultas

Ambiente: **PRODUÇÃO**

Visualizar Item SRP

12/05/2022 21:01:22

Órgão

12000 - JUSTICA FEDERAL

UASG Gerenciadora

90019 - JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - SC

Modalidade de Licitação

Pregão Eletrônico

Modo de Disputa

Aberto/Fechado

Nº da Licitação

00036/2021

Nº da IRP

00010/2021

Nº do Processo

0001287-64.2021

Compra Nacional

Não

Gerenciada/Autorizada ME/SGD

Não

Nº do Item

2

Tipo do Item

Material

Tipo de Objeto do Item

Bens Comuns

Item

439776 - Cartão identificação

Descrição Detalhada

Material: Pvc 0, Aplicação: Identificação De Funcionários 0, Comprimento: 54 NaN, Largura: 85 NaN, Características Adicionais: Protetor De Crachá Rígido/Jacaré/Regulador Bolinha 0, Tipo Impressão: Frente/Verso, Personalizado Conforme Modelo 0,

Quantidade Publicada

300

Unidade de Fornecimento

Unidade

Detalhes do Item

Solicitações do Item

UASGs do Item

Fornecedores do Item

Fornecedores

Classificação	Fornecedor	Marca do Material	Quantidade Homologada	Quantidade Autorizada	Valor Unitário Homologado (R\$)	Valor Unitário Renegociado (R\$)	Ação
1º	11.383.230/0001-01 - AMAZONAS COMERCIO DE ADESIVOS E BRINDES LTDA	FAB. PROP/CONF. DESC	300	0	4,0900	-	Visualizar

Pesquisar Item SRP

Nova Consulta

ORÇAMENTOS

PORTEIRO

MÉDIA

R\$ 39,00

MEDIANA

R\$ 39,00

MENOR

R\$ 39

Quantidade total de registros: 1

Registros apresentados: 1 a 1

FILTROS APLICADOS

Descrição

Esfera

Período da
Compra

CALÇA MASCULINA\, MATERIAL:POLIÉSTER\, MODELO:SOCIAL\, TIPO BOLSO:LATERAL E TRASEIRO\, TAMANHO:38 A 58\, COR:PRETA\, QUANTIDADE PREGAS:2 UN\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM PREGA, CALÇA MASCULINA\, MATERIAL:OXFORD 100% POLIÉSTER\, MODELO:SOCIAL\, TIPO BOLSO:FRONTAIS EMBUTIDOS TIPO FACA E TRAZEIROS FUNDO EMB\, COR:AZUL MARINHO\, QUANTIDADE PREGAS:2 UN\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CÓS ENTRELACADO E FORRADO COM 4\,5 CM DE LARGURA\, F\, TIPO BRAGUILHA:COM ZIPPER\, QUANTIDADE BOLSOS:2 DIANTEIROS E 2 TRASEIROS

Federal

Comprado
Últimos 60 dias

RESULTADO 1

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00008/2021

Número do Item: 00098

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Eventual aquisição de Materiais de Aproveitamento.

Quantidade Ofertada: 300

Valor Proposto Unitário: R\$ 54,49

Valor Unitário do Item: R\$ 39

Código do CATMAT: 221720

Descrição do Item: CALÇA MASCULINA, MATERIAL:POLIÉSTER, MODELO:SOCIAL, TIPO BOLSO:LATERAL E TRASEIRO, TAMANHO:38 A 58, COR:PRETA, QUANTIDADE PREGAS:2 UN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM PREGA

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: BR

Data do Resultado: 21/02/2022

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: BRASIL DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI

CNPJ/CPF: 08223023000177

Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160441 - 28 GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA-MEX/SC

Órgão: COMANDO DO EXERCITO

Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA



Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais



ATA SRP



Ministério da Economia

Consultas

Ambiente: **PRODUÇÃO**

Visualizar Item SRP

12/05/2022 19:26:04

Órgão

52121 - COMANDO DO EXERCITO

UASG Gerenciadora

160545 - HOSPITAL DA G. S. GABRIEL DA CACHOEIRA

Modalidade de Licitação

Modo de Disputa

Nº da Licitação

Pregão Eletrônico

Aberto

00024/2021

Nº da IRP

00023/2021

Nº do Processo

64598005990202115

Compra Nacional

Sim

Gerenciada/Autorizada ME/SGD

Não

Nº do Item

155

Tipo do Item

Material

Tipo de Objeto do Item

Bens Comuns

Item

221720 - Calça masculina

Descrição Detalhada

Material: Poliéster 0, Modelo: Social 0, Tipo Bolso: Lateral E Traseiro 0, Quantidade Pregas: 2 NaN, Cor: Preta 0, Tamanho: 38 A 58 0, Características Adicionais: Com Prega 0,

Quantidade Publicada

145

Unidade de Fornecimento

Unidade

Detalhes do Item

Solicitações do Item

UASGs do Item

Fornecedores do Item

Fornecedores							
Classificação	Fornecedor	Marca do Material	Quantidade Homologada	Quantidade Autorizada	Valor Unitário Homologado (R\$)	Valor Unitário Renegociado (R\$)	Ação
1º	03.177.123/0001-90 - ALAIDE ALVES DOS SANTOS	PRIMICIAS	145	0	43,8900	-	<u>Visualizar</u>

Pesquisar Item SRP

Nova Consulta

Ambiente: **PRODUÇÃO**

Visualizar Item SRP

13/05/2022 10:23:54

Órgão UASG Gerenciadora

Modalidade de Licitação Modo de Disputa N° da Licitação N° da IRP N° do Processo Compra Nacional Gerenciada/Autorizada ME/SGD

N° do Item Tipo do Item Tipo de Objeto do Item Item

Descrição Detalhada

Calça masculina, material: poliéster, modelo: social, tipo bolso: lateral e traseiro, tamanho: 38 a 58, cor: preta, quantidade pregas: 2 un, características adicionais: com prega

Quantidade Publicada

Unidade de Fornecimento

[Detalhes do Item](#)

[Solicitações do Item](#)

[UASGs do Item](#)

[Fornecedores do Item](#)

Fornecedores

Classificação	Fornecedor	Marca do Material	Quantidade Homologada	Quantidade Autorizada	Valor Unitário Homologado (R\$)	Valor Unitário Renegociado (R\$)	Ação
1º	08.223.023/0001-77 - BRASIL DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS E SERVICOS EIRELI	BRASIL	177	0	35,9900	-	Visualizar

[Pesquisar Item SRP](#)

[Nova Consulta](#)

MÉDIA

R\$ 56,99

MEDIANA

R\$ 56,99

MENOR

R\$ 47

Quantidade total de registros: 2

Registros apresentados: 1 a 2

FILTROS APLICADOS

Descrição

Esfera

Período da
Compra

CAMISA MASCULINA\, MATERIAL:ALGODÃO\, TIPO:SOCIAL\, MODELO MANGA:CURTA\, TIPO PEITILHO:FECHAMENTO COM BOTÃO\, COR:BRANCA\, TAMANHO:M\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM BOLSO\, USO:MOTORISTA, CAMISA MASCULINA\, MATERIAL:65% POLIÉSTER E 35% ALGODÃO\, TIPO:SOCIAL\, MODELO MANGA:COMPRIDA\, TIPO GOLA:COLARINHO ENTRETRELADO\, COR:BRANCA\, TAMANHO:4\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:BOLSO LADO ESQUERDO, CAMISA MASCULINA\, MATERIAL:MICROFIBRA\, TIPO:SOCIAL\, MODELO MANGA:CURTA\, TIPO PEITILHO:FECHAMENTO COM BOTÃO\, COR:DIVERSAS\, TAMANHO:5

Federal

Comprado
Últimos 30 dias

RESULTADO 1

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00024/2021

Número do Item: 00151

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Eventual aquisição de material de copa, cozinha e vestuário para o HGuSGC.

Quantidade Ofertada: 150

Valor Proposto Unitário: R\$ 111

Valor Unitário do Item: R\$ 47

Código do CATMAT: 301361

Descrição do Item: CAMISA MASCULINA, MATERIAL:65% POLIÉSTER E 35% ALGODÃO, TIPO:SOCIAL, MODELO MANGA:COMPRIDA, TIPO GOLA:COLARINHO ENTRETRELADO, COR:BRANCA, TAMANHO:4, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:BOLSO LADO ESQUERDO

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: PRIMICIAS

Data do Resultado: 30/03/2022

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: ALAIDE ALVES DOS SANTOS

CNPJ/CPF: 03177123000190

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160545 - HOSPITAL DA G. S. GABRIEL DA CACHOEIRA

Órgão: COMANDO DO EXERCITO

Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA

RESULTADO 2

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00059/2021

Número do Item: 00067

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Aquisição de material personalizado para atender as necessidades do Comando da 1.ª Brigada de Infantaria de Selva.

Quantidade Ofertada: 590

Valor Proposto Unitário: R\$ 130,21

Valor Unitário do Item: R\$ 66,98

Código do CATMAT: 301361

Descrição do Item: CAMISA MASCULINA, MATERIAL:65% POLIÉSTER E 35% ALGODÃO, TIPO:SOCIAL, MODELO MANGA:COMPRIDA, TIPO GOLA:COLARINHO ENTRETELADO, COR:BRANCA, TAMANHO:4, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:BOLSO LADO ESQUERDO

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: GHC

Data do Resultado: 24/03/2022

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: GHC UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA

CNPJ/CPF: 10242466000157

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160482 - 1A. BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA/RR

Órgão: COMANDO DO EXERCITO

Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA

Ambiente: **PRODUÇÃO**

Visualizar Item SRP

13/05/2022 10:29:48

Órgão		UASG Gerenciadora				
36000 - MINISTERIO DA SAUDE		257049 - DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - PORTO VELHO				
Modalidade de Licitação	Modo de Disputa	Nº da Licitação	Nº da IRP	Nº do Processo	Compra Nacional	Gerenciada/Autorizada ME/SGD
Pregão Eletrônico	Aberto	00006/2021	00003/2021	25061001302202063	Sim	Sim

Nº do Item	Tipo do Item	Tipo de Objeto do Item	Item
336	Material	Bens Comuns	296831 - Camisa uniforme

Descrição Detalhada

Camisa uniforme, material: 100% algodão, tipo manga: longa com elástico nos punhos, tipo colarinho: esporte pespontado, quantidade bolsos: 1, tipo bolso: chapado, cor: branca, tamanho: m, características adicionais: vista com 7 botões, logotipos bordados no bolso e, tipo camisa: profissional

Quantidade Publicada	Unidade de Fornecimento
240	Unidade

Detalhes do Item	Solicitações do Item	UASGs do Item	Fornecedores do Item
------------------	----------------------	---------------	----------------------

Fornecedores

Classificação	Fornecedor	Marca do Material	Quantidade Homologada	Quantidade Autorizada	Valor Unitário Homologado (R\$)	Valor Unitário Renegociado (R\$)	Ação
1º	18.386.337/0001-44 - SILVENINA UNIFORMES LTDA	SILVENINA	240	0	67,0000	-	Visualizar

[Pesquisar Item SRP](#) [Nova Consulta](#)

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R\$ 80,50	R\$ 80,50	R\$ 80,50

Quantidade total de registros: 1

Registros apresentados: 1 a 1

FILTROS APLICADOS

Unidade de Fornecimento Descrição

PAR

SAPATO MASCULINO\, TIPO:SOCIAL\, MATERIAL:COURO\,
COR:PRETA\, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM CADARÇO

Esfera Período da Compra

Federal Comprado Últimos 30 dias

RESULTADO 1

DADOS DA COMPRA**Identificação da Compra:** 00001/2022**Número do Item:** 00026**Objeto da Compra:** Pregão Eletrônico - Aquisição de artigos de cama, mesa, banho e uniformes, para atender o Cmdo da 22ª Bda Inf Sl.**Quantidade Ofertada:** 30**Valor Proposto Unitário:** R\$ 80,5**Valor Unitário do Item:** R\$ 80,5**Código do CATMAT:** 235238**Descrição do Item:** SAPATO MASCULINO, TIPO:SOCIAL, MATERIAL:COURO, COR:PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM CADARÇO**Descrição Complementar:****Unidade de Fornecimento:** PAR**Modalidade da Compra:** Pregão**Forma de Compra:** SISRP**Marca:** MARIANO CALÇADOS**Data do Resultado:** 31/03/2022**DADOS DO FORNECEDOR****Nome do Fornecedor:** MGJ CONSULTORIA EM SEGURANCA E COMERCIO EXTERIOR LTDA**CNPJ/CPF:** 36773911000107**Porte do Fornecedor:** Micro Empresa**DADOS DO ÓRGÃO****Número da UASG:** 160026 - COMANDO DA 22ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA**Órgão:** COMANDO DO EXERCITO**Órgão Superior:** MINISTERIO DEFESA



Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais



ATA SRP



Ministério da Economia

Consultas

Visualizar Item SRP

Ambiente: **PRODUÇÃO** 12/05/2022 19:53:52

Órgão

52121 - COMANDO DO EXERCITO

Modalidade de Licitação

Pregão Eletrônico

Modo de Disputa

Aberto

Nº da Licitação

00012/2021

Nº da IRP

00006/2021

Nº do Processo

65307004637202117

Gerenciada/Autorizada ME/SGD

Não

UASG Gerenciadora

160447 - 1º BATALHÃO FERROVIÁRIO

Nº do Item

208

Tipo do Item

Material

Tipo de Objeto do Item

Bens Comuns

Item

235238 - Sapato masculino

Descrição Detalhada

Sapato masculino, tipo: social, material: couro, cor: preta, características adicionais: com cadarço

Quantidade Publicada

10

Unidade de Fornecimento

Par

Solicitações do Item

UASGs do Item

Fornecedores do Item

Fornecedores

Classificação	Fornecedor	Marca do Material	Quantidade Homologada	Quantidade Autorizada	Valor Unitário Homologado (R\$)	Valor Unitário Renegociado (R\$)	Ação
1º	31.206.933/0001-63 - INOVARE EQUIPAMENTOS E PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO LTDA	TOP FLEX	10	5	89,7900	-	Visualizar

Pesquisar Item SRP

Nova Consulta



Ambiente: **PRODUÇÃO**

Visualizar Item SRP

13/05/2022 10:32:48

Órgão		UASG Gerenciadora				
52121 - COMANDO DO EXERCITO		160049 - 10. DEPOSITO DE SUPRIMENTO/MEX - CE				
Modalidade de Licitação	Modo de Disputa	Nº da Licitação	Nº da IRP	Nº do Processo	Compra Nacional	Gerenciada/Autorizada ME/SGD
Pregão Eletrônico	Aberto	00007/2021	00019/2021	64455006185202133	Sim	Sim
Nº do Item	Tipo do Item	Tipo de Objeto do Item		Item		
126	Material	Bens Comuns		235238 - Sapato masculino		
Descrição Detalhada						
Sapato masculino, tipo: social, material: couro, cor: preta, características adicionais: com cadarço						
Quantidade Publicada		Unidade de Fornecimento				
154		Par				

Detalhes do Item	Solicitações do Item	UASGs do Item	Fornecedores do Item
------------------	----------------------	---------------	----------------------

Fornecedores

Classificação	Fornecedor	Marca do Material	Quantidade Homologada	Quantidade Autorizada	Valor Unitário Homologado (R\$)	Valor Unitário Renegociado (R\$)	Ação
1º	31.206.933/0001-63 - INOVARE EQUIPAMENTOS E PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO LTDA	top flex	154	308	76,9900	-	Visualizar

[Pesquisar Item SRP](#) [Nova Consulta](#)

MÉDIA

R\$ 13,97

MEDIANA

R\$ 13,97

MENOR

R\$ 9,68

Quantidade total de registros: 2

Registros apresentados: 1 a 2

FILTROS APLICADOS

Descrição

Esfera

Período da Compra

MEIA VESTUÁRIO MASCULINO, MEIA DE VESTUARIO MASCULINO Federal Comprado Últimos 30 dias

RESULTADO 1

DADOS DA COMPRA**Identificação da Compra:** 00024/2021**Número do Item:** 00170**Objeto da Compra:** Pregão Eletrônico - Eventual aquisição de material de copa, cozinha e vestuário para o HGuSGC.**Quantidade Ofertada:** 185**Valor Proposto Unitário:** R\$ 9,68**Valor Unitário do Item:** R\$ 9,68**Código do CATMAT:** 3972**Descrição do Item:** MEIA VESTUÁRIO MASCULINO, MEIA DE VESTUARIO MASCULINO**Descrição Complementar:****Unidade de Fornecimento:** UNIDADE**Modalidade da Compra:** Pregão**Forma de Compra:** SISRP**Marca:** NOVA MESA**Data do Resultado:** 30/03/2022**DADOS DO FORNECEDOR****Nome do Fornecedor:** NOVA MESA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E UTILIDADES LTDA**CNPJ/CPF:** 23407763000157**Porte do Fornecedor:** Pequena Empresa**DADOS DO ÓRGÃO****Número da UASG:** 160545 - HOSPITAL DA G. S. GABRIEL DA CACHOEIRA**Órgão:** COMANDO DO EXERCITO**Órgão Superior:** MINISTERIO DEFESA

RESULTADO 2

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00005/2022

Número do Item: 00006

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Aquisição de uniformes especiais para o Ministério da Defesa (MD).

Quantidade Ofertada: 300

Valor Proposto Unitário: R\$ 30

Valor Unitário do Item: R\$ 18,26

Código do CATMAT: 3972

Descrição do Item: MEIA VESTUÁRIO MASCULINO, MEIA DE VESTUARIO MASCULINO

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISPP

Marca: SELENE

Data do Resultado: 07/04/2022

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: LIMA DIAS ROUPAS E ACESSORIOS LTDA

CNPJ/CPF: 01342660000113

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 110404 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Órgão: MINISTERIO DEFESA

Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA



Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais



ATA SRP



Ministério da Economia

Consultas

Ambiente: **PRODUÇÃO**

Visualizar Item SRP

12/05/2022 20:27:51

Órgão

36201 - FUNDACAO OSWALDO CRUZ

UASG Gerenciadora

254445 - INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS

Modalidade de Licitação

Pregão Eletrônico

Modo de Disputa

Aberto

Nº da Licitação

00262/2021

Nº da IRP

00201/2021

Nº do Processo

25386001580202139

Compra Nacional

Sim

Gerenciada/Autorizada ME/SGD

Não

Nº do Item

1

Tipo do Item

Material

Tipo de Objeto do Item

Bens Comuns

Item

3972 - Meia vestuário masculino

Descrição Detalhada

MEIA ALGODÃO;CANO LONGO;BRANCA; Nº10;TAM 38/43

Quantidade Publicada

80

Unidade de Fornecimento

Par

Detalhes do Item

Solicitações do Item

UASGs do Item

Fornecedores do Item

Fornecedores		Fornecedor				Marca do Material	Quantidade Homologada	Quantidade Autorizada	Valor Unitário Homologado (R\$)	Valor Unitário Renegociado (R\$)	Ação
1º	33.518.624/0001-54 - TECHNAV SOLUCOES EM EQUIPAMENTO E COMERCIO ATACADISTA E					ARTENGO	80	0	10,7100	-	Visualizar

Pesquisar Item SRP

Nova Consulta



Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais



ATA SRP



Ministério da Economia

Consultas

Ambiente: **PRODUÇÃO**

Visualizar Item SRP

12/05/2022 20:32:20

Órgão

52131 - COMANDO DA MARINHA

UASG Gerenciadora

783810 - CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM NATAL

Modalidade de Licitação

Pregão Eletrônico

Modo de Disputa

Aberto/Fechado

Nº da Licitação

00012/2021

Nº do Processo

63133000175202164

Compra Nacional

Não

Gerenciada/Autorizada ME/SGD

Não

Nº do Item

68

Tipo do Item

Material

Tipo de Objeto do Item

Bens Comuns

Item

150489 - Boné

Descrição Detalhada

Boné, boné

Quantidade Publicada

3215

Unidade de Fornecimento

Unidade

Detalhes do Item

Solicitações do Item

UASGs do Item

Fornecedores do Item

Fornecedores							
Classificação	Fornecedor	Marca do Material	Quantidade Homologada	Quantidade Autorizada	Valor Unitário Homologado (R\$)	Valor Unitário Renegociado (R\$)	Ação
1º	25.215.938/0001-50 - NALTIC BRAZIL COMERCIO DE BRINDES LTDA	PRÓPRIA	3215	0	16,5000	-	Visualizar

Pesquisar Item SRP

Nova Consulta



Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais



ATA SRP



Ministério da Economia

Consultas

Ambiente: **PRODUÇÃO**

Visualizar Item SRP

12/05/2022 21:25:11

Órgão

36000 - MINISTERIO DA SAUDE

UASG Gerenciadora

257051 - DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - LESTE RR

Modalidade de Licitação

Pregão Eletrônico

Modo de Disputa

Aberto/Fechado

Nº da Licitação

00003/2022

Nº do Processo

25063000839202177

Gerenciada/Autorizada ME/SGD

Sim

Nº do Item

19

Tipo do Item

Material

Tipo de Objeto do Item

Bens Comuns

Item

150489 - Boné

Descrição Detalhada

Nome: Boné 0,

Quantidade Publicada

70

Unidade de Fornecimento

Unidade

Detalhes do Item

Solicitações do Item

UASGs do Item

Fornecedores do Item

Fornecedores							
Classificação	Fornecedor	Marca do Material	Quantidade Homologada	Quantidade Autorizada	Valor Unitário Homologado (R\$)	Valor Unitário Renegociado (R\$)	Ação
1º	36.782.020/0001-09 - NEX TEXTIL ROUPAS E ACESSORIOS LTDA	NEXTEXTIL	70	0	20,5500	-	Visualizar

Pesquisar Item SRP

Nova Consulta



Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais



ATA SRP



Ministério da Economia

Consultas

Visualizar Item SRP

Ambiente: **PRODUÇÃO** 12/05/2022 21:26:09

Órgão

52121 - COMANDO DO EXERCITO

Modalidade de Licitação

Pregão Eletrônico

Modo de Disputa

Aberto/Fechado

Nº da Licitação

00021/2021

Nº da IRP

00001/2022

Nº do Processo

64536034279202101

Gerenciada/Autorizada ME/SGD

Não

UASG Gerenciadora

160086 - GABINETE DO MINISTRO DO EXERCITO-MEX-DF

Nº do Item

39

Tipo do Item

Material

Tipo de Objeto do Item

Bens Comuns

Item

150489 - Boné

Descrição Detalhada

Boné em tadel, na cor a defenir, modelo tipo Americano, com bordado frontal do Símbolo do Exército Brasileiro e com bordado lateral direito com o símbolo do Gabinete do Comandante do Exército.

Quantidade Publicada

150

Unidade de Fornecimento

Unidade

Detalhes do Item

Solicitações do Item

UASGs do Item

Fornecedores do Item

Fornecedores

Classificação	Fornecedor	Marca do Material	Quantidade Homologada	Quantidade Autorizada	Valor Unitário Homologado (R\$)	Valor Unitário Renegociado (R\$)	Ação
1º	10.432.571/0001-59 - COPATT COMERCIO E SERVICOS PERSONALIZADOS LTDA	COPATT	150	0	31,8900	-	Visualizar

Pesquisar Item SRP

Nova Consulta



MÉDIA

R\$ 56,18

MEDIANA

R\$ 56,18

MENOR

R\$ 55,93

Quantidade total de registros: 2

Registros apresentados: 1 a 2

FILTROS APLICADOS

Descrição

CINTO VESTUÁRIO\, MATERIAL:COURO\, COR:PRETA\, TAMANHO:110 CM\, USO:MASCULINO\, MODELO:SOCIAL

Forma da Compra Modalidade da Compra Esfera

SISPP**Pregão****Federal**

RESULTADO 1

DADOS DA COMPRA**Identificação da Compra:** 00005/2022**Número do Item:** 00007**Objeto da Compra:** Pregão Eletrônico - Aquisição de uniformes especiais para o Ministério da Defesa (MD).**Quantidade Ofertada:** 140**Valor Proposto Unitário:** R\$ 100**Valor Unitário do Item:** R\$ 55,93**Código do CATMAT:** 344396**Descrição do Item:** CINTO VESTUÁRIO, MATERIAL:COURO, COR:PRETA, TAMANHO:110 CM, USO:MASCULINO, MODELO:SOCIAL**Descrição Complementar:****Unidade de Fornecimento:** UNIDADE**Modalidade da Compra:** Pregão**Forma de Compra:** SISPP**Marca:** COURO MANIA**Data do Resultado:** 07/04/2022**DADOS DO FORNECEDOR****Nome do Fornecedor:** LIMA DIAS ROUPAS E ACESSORIOS LTDA**CNPJ/CPF:** 01342660000113**Porte do Fornecedor:** Pequena Empresa**DADOS DO ÓRGÃO****Número da UASG:** 110404 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA**Órgão:** MINISTERIO DEFESA**Órgão Superior:** MINISTERIO DEFESA

RESULTADO 2

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00035/2021

Número do Item: 00004

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Aquisição de uniformes e roupas (traje social)

Quantidade Ofertada: 14

Valor Proposto Unitário: R\$ 100

Valor Unitário do Item: R\$ 56,4285

Código do CATMAT: 344396

Descrição do Item: CINTO VESTUÁRIO, MATERIAL:COURO, COR:PRETA, TAMANHO:110 CM, USO:MASCULINO, MODELO:SOCIAL

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISPP

Marca: ATELIE CARLA RIBEIRO

Data do Resultado: 14/12/2021

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: ATELIER CARLA RIBEIRO LTDA

CNPJ/CPF: 24552725000150

Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 070023 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIAS

Órgão: JUSTICA ELEITORAL

Órgão Superior: JUSTICA ELEITORAL

Ambiente: **PRODUÇÃO**

Visualizar Item SRP

13/05/2022 10:38:31

Órgão		UASG Gerenciadora				
52121 - COMANDO DO EXERCITO		160086 - GABINETE DO MINISTRO DO EXERCITO-MEX-DF				
Modalidade de Licitação	Modo de Disputa	Nº da Licitação	Nº da IRP	Nº do Processo	Compra Nacional	Gerenciada/Autorizada ME/SGD
Pregão Eletrônico	Aberto/Fechado	00021/2021	00001/2022	64536034279202101	Não	Não

Nº do Item	Tipo do Item	Tipo de Objeto do Item	Item
39	Material	Bens Comuns	150489 - Boné

Descrição Detalhada

Boné em tadel, na cor a defenir, modelo tipo Americano, com bordado frontal do Símbolo do Exército Brasileiro e com bordado lateral direito com o símbolo do Gabinete do Comandante do Exército.

Quantidade Publicada	Unidade de Fornecimento
150	Unidade

Detalhes do Item	Solicitações do Item	UASGs do Item	Fornecedores do Item
------------------	----------------------	---------------	----------------------

Fornecedores

Classificação	Fornecedor	Marca do Material	Quantidade Homologada	Quantidade Autorizada	Valor Unitário Homologado (R\$)	Valor Unitário Renegociado (R\$)	Ação
1º	10.432.571/0001-59 - COPATT COMERCIO E SERVICOS PERSONALIZADOS LTDA	COPATT	150	0	31,8900	-	Visualizar

[Pesquisar Item SRP](#) [Nova Consulta](#)



Sistema Integrado de
Administração de
Serviços Gerais

ATA SRP

Ministério da
Economia

Consultas

Ambiente: **PRODUÇÃO**

Visualizar Item SRP

12/05/2022 20:53:06

Órgão

52131 - COMANDO DA MARINHA

UASG Gerenciadora

786700 - HOSPITAL NAVAL DE LADARIO

Modalidade de Licitação

Pregão Eletrônico

Modo de Disputa

Aberto

Nº da Licitação

00001/2021

Nº da IRP

00008/2020

Nº do Processo

63063003114202049

Compra Nacional

Sim

Gerenciada/Autorizada ME/SGD

Sim

Nº do Item

140

Tipo do Item

Material

Tipo de Objeto do Item

Bens Comuns

Item

439776 - Cartão identificação

Descrição Detalhada

Cartão identificação, material: pvc, comprimento: 54 mm, largura: 85 mm, tipo impressão: frente,verso, personalizado conforme modelo, características adicionais: protetor de crachá rígido,jacaré,regulador bolinha, aplicação: identificação de funcionários

Quantidade Publicada

1000

Unidade de Fornecimento

Unidade

Detalhes do Item

Solicitações do Item

UASGs do Item

Fornecedores do Item

Fornecedores

Classificação	Fornecedor	Marca do Material	Quantidade Homologada	Quantidade Autorizada	Valor Unitário Homologado (R\$)	Valor Unitário Renegociado (R\$)	Ação
1º	35.663.840/0001-19 - IDCONTROLL IDENTIFICACAO E TECNOLOGIA LTDA	propria	1000	0	4,6400	-	Visualizar

Pesquisar Item SRP

Nova Consulta



Sistema Integrado de
Administração de
Serviços Gerais

ATA SRP

Ministério da
Economia

Consultas

Ambiente: **PRODUÇÃO**

Visualizar Item SRP

12/05/2022 20:55:11

Órgão

26419 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO RS

UASG Gerenciadora

158141 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R GRANDE SUL

Modalidade de Licitação

Pregão Eletrônico

Modo de Disputa

Aberto

Nº da Licitação

00004/2021

Nº da IRP

00005/2021

Nº do Processo

23419000269202112

Compra Nacional

Não

Gerenciada/Autorizada ME/SGD

Não

Nº do Item

28

Tipo do Item

Material

Tipo de Objeto do Item

Bens Comuns

Item

439776 - Cartão identificação

Descrição Detalhada

Cartão identificação, material: pvc, comprimento: 54 mm, largura: 85 mm, tipo impressão: frente,verso, personalizado conforme modelo, características adicionais: protetor de crachá rígido,jacaré,regulador bolinha, aplicação: identificação de funcionários

Quantidade Publicada

1590

Unidade de Fornecimento

Unidade

Detalhes do Item

Solicitações do Item

UASGs do Item

Fornecedores do Item

Quantidade Homologada

1590

Data da Assinatura da Ata

20/07/2021

Vigência da Ata

20/07/2021 a 20/07/2022

Resumo das quantidades da Gerenciadora + Participantes

Contratada

0

Empenhada

0

Saldo para Contratação

1590

Saldo para Empenho

1590

Resumo das quantidades das Caronas

Máximo para Adesões

3180

Aguardando Autorização

500

Autorizada

0

Contratada

0

Empenhada

0

Saldo para Adesão

3180

Gestores vinculados

Nome	Telefone
ALANA BLUM SARAIVA NUNES	(54) 3449-3341

Nome	Telefone
LUANA LAZZARI	(54) 3260-2400
GILSON SEBASTIAO DERETTI JUNIOR	
ZAIONARA GORETI RODRIGUES DE LIMA	(53) 3233-8730
ROSANE SOARES DE CARVALHO DUARTE	(53) 3233-8730
ALESSANDRA RUIZ TREVISOL	(53) 3233-8730
SUELEN PATRICIA DOS SANTOS	(54) 3349-3363
SILVIA OZORIO ROSA	(51) 3415-8236
EDINETE RITA FOLLE CECCONELLO	(54) 3345-8025
ROSSANO AGLIARDI DESINI	(51) 3601-3516
JAQUELINE IAROSZESKI	(54) 3321-7523
MAIARA JULIANE FAUST	
MARCIO CRISTIANO DOS SANTOS	
FLAVIO WERLE DE CAMARGO	(54) 3449-3341
JESSICA RODRIGUES SZULZEVSKI	(55) 9675-3535
DEBORA GABRIEL DE MELO	(55) 9916-4186
ADRIANA DE OLIVEIRA	(51) 3547-9609
TATIANA WEBER	(54) 3449-3313
GRAZIELLE MARIN LEITE	(54) 3449-3363
VERONICA GOBBO	(51) 3930-6005
PATRICIA CZERVINSKI	(54) 3449-3333
PATRICIA CICHOTA	(54) 3345-8025
CLISMAN PIAZZETTA	(54) 3449-3363
WALTER FERNANDO SOUZA FERREIRA	(53) 3233-8703
KARINE DE OLIVEIRA FONSECA	(54) 3449-3333
CAUE HAASE PACHECO	(51) 3247-8400
CLAUDERSON PIAZZETTA	(54) 3449-3363
ADRIANO BARBOSA MENDONCA	(53) 3233-8728
DARLEI CECCONELLO	(54) 3345-8025
CAMILA LINO PEREIRA	(54) 3324-8141
PAULA ZONATTO	(54) 3455-3241
ALAOR RIBEIRO DE SOUZA	(51) 9239-8260
UADY ROCHA SESSIM	(51) 3601-3511
SUYANE LAMARI CABRAL	(51) 9997-7006
PEDRO DIAS DE CASTRO NOBREGA	
VINICIUS RAFAEL MACHADO	(54) 3204-2134
CAROLINE FORNASIER SANCHES	(54) 3449-3333
JAIR BRUSCHI JUNIOR	(51) 8119-1816
ANDRE MAREK	(54) 3324-8114
LEONARDO ROSA PAIXAO	(51) 3415-8533
LENON GOMES MEDEIROS	(51) 3930-6005
CAMILA VANESSA DOBROVOLSKI	(54) 3455-3241

Nome	Telefone
MARCOS ANTONIO PECCIN JUNIOR	(54) 3260-2442
CRISTIANE BRAUNER	
SILVANIA SEGATI	(54) 3345-8025
LELIEN FRITSCH	(51) 3247-8417
WESLEY DIAS DE LIMA	(51) 3637-4405
GREICE DANIELA BACK	(54) 3324-8141
MARCELO LAUER MOTA	(51) 3547-9609
MARCINE FLORIANO PREDIGER	(54) 3324-8141
RAFAELA SOARES DIONISIO DA SILVA	(21) 7138-0261
ANDRE LUIZ DA ROSA	
ANDREIA REGINA MALLMANN CARNEIRO	(54) 9948-4720
THIAGO GRASSEL DOS REIS	
ECLEIA BORCHARTT ZEMPER	
MARCELO BROCH	
ELENISSE CAMACHO MEDEROS TORRES	(97) 3471-1470
ALEXSANDER LEMOS FERREIRA	(51) 3320-7126

Locais de Entrega

Município/UF para Entrega	Quantidade
85111 - Alvorada/RS	110
85413 - Bento Gonçalves/RS	300
85898 - Canoas/RS	500
86371 - Erechim/RS	160
86550 - Farroupilha/RS	115
87734 - Osório/RS	150
88153 - Rio Grande/RS	200
89532 - Vacaria/RS	40
89591 - VERANÓPOLIS/RS	15

[Pesquisar Item SRP](#)[Nova Consulta](#)



Sistema Integrado de
Administração de
Serviços Gerais

ATA SRP

Ministério da
Economia

Consultas

Ambiente: **PRODUÇÃO**

Visualizar Item SRP

12/05/2022 21:01:22

Órgão

12000 - JUSTICA FEDERAL

UASG Gerenciadora

90019 - JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - SC

Modalidade de Licitação

Pregão Eletrônico

Modo de Disputa

Aberto/Fechado

Nº da Licitação

00036/2021

Nº da IRP

00010/2021

Nº do Processo

0001287-64.2021

Compra Nacional

Não

Gerenciada/Autorizada ME/SGD

Não

Nº do Item

2

Tipo do Item

Material

Tipo de Objeto do Item

Bens Comuns

Item

439776 - Cartão identificação

Descrição Detalhada

Material: Pvc 0, Aplicação: Identificação De Funcionários 0, Comprimento: 54 NaN, Largura: 85 NaN, Características Adicionais: Protetor De Crachá Rígido/Jacaré/Regulador Bolinha 0, Tipo Impressão: Frente/Verso, Personalizado Conforme Modelo 0,

Quantidade Publicada

300

Unidade de Fornecimento

Unidade

Detalhes do Item

Solicitações do Item

UASGs do Item

Fornecedores do Item

Fornecedores

Classificação	Fornecedor	Marca do Material	Quantidade Homologada	Quantidade Autorizada	Valor Unitário Homologado (R\$)	Valor Unitário Renegociado (R\$)	Ação
1º	11.383.230/0001-01 - AMAZONAS COMERCIO DE ADESIVOS E BRINDES LTDA	FAB. PROP/CONF. DESC	300	0	4,0900	-	Visualizar

Pesquisar Item SRP

Nova Consulta

MÉDIA

R\$ 49,11

MEDIANA

R\$ 49,11

MENOR

R\$ 49,11

Quantidade total de registros: 1

Registros apresentados: 1 a 1

FILTROS APLICADOS

Descrição	UF	Modalidade da Compra	Esfera
CAPA CHUVA\, CAPA DE CHUVA	CE	Pregão	Federal

RESULTADO 1

DADOS DA COMPRA**Identificação da Compra:** 00007/2021**Número do Item:** 00019**Objeto da Compra:** Pregão Eletrônico - Material de sinalização**Quantidade Ofertada:** 296**Valor Proposto Unitário:** R\$ 123,3**Valor Unitário do Item:** R\$ 49,11**Código do CATMAT:** 3905**Descrição do Item:** CAPA CHUVA, CAPA DE CHUVA**Descrição Complementar:****Unidade de Fornecimento:** UNIDADE**Modalidade da Compra:** Pregão**Forma de Compra:** SISRP**Marca:** PLASTICOR**Data do Resultado:** 14/10/2021**DADOS DO FORNECEDOR****Nome do Fornecedor:** PLANED COMERCIO E SERVICOS EIRELI**CNPJ/CPF:** 20776492000119**Porte do Fornecedor:** Pequena Empresa**DADOS DO ÓRGÃO****Número da UASG:** 160044 - 23 BATALHAO DE CACADORES/MEX - CE**Órgão:** COMANDO DO EXERCITO**Órgão Superior:** MINISTERIO DEFESA



Sistema Integrado de
Administração de
Serviços Gerais

ATA SRP

Ministério da
Economia

Consultas

Ambiente: **PRODUÇÃO**

Visualizar Item SRP

12/05/2022 21:12:27

Órgão

14000 - JUSTICA ELEITORAL

UASG Gerenciadora

70016 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO G.DO SUL

Modalidade de Licitação

Pregão Eletrônico

Modo de Disputa

Aberto

Nº da Licitação

00014/2021

Nº da IRP

00005/2021

Nº do Processo

0001966-80.2021

Compra Nacional

Sim

Gerenciada/Autorizada ME/SGD

Não

Nº do Item

10

Tipo do Item

Material

Tipo de Objeto do Item

Bens Comuns

Item

3905 - Capa chuva

Descrição Detalhada

seladas através do processo termo eletrônico, capuz fixo ajustado por cordão, fechamento frontal com zíper e sobre lapa afixada pro velcro, punhos com acabamento reto.

COR AMARELA

TAMANHO M

Quantidade Publicada

10

Unidade de Fornecimento

Unidade

Detalhes do Item

Solicitações do Item

UASGs do Item

Fornecedores do Item

Fornecedores

Classificação	Fornecedor	Marca do Material	Quantidade Homologada	Quantidade Autorizada	Valor Unitário Homologado (R\$)	Valor Unitário Renegociado (R\$)	Ação
1º	36.648.141/0001-62 - VANDERSON LUIZ DE JESUS MARQUES 09698062726	Plasticor/Kalipso	10	0	30,0000	-	Visualizar

Pesquisar Item SRP

Nova Consulta



Sistema Integrado de
Administração de
Serviços Gerais

ATA SRP

Ministério da
Economia

Consultas

Ambiente: **PRODUÇÃO**

Visualizar Item SRP

12/05/2022 21:09:18

Órgão

26274 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA

UASG Gerenciadora

154043 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA

Modalidade de Licitação

Pregão Eletrônico

Modo de Disputa

Aberto/Fechado

Nº da Licitação

00006/2022

Nº da IRP

00003/2022

Nº do Processo

23117001553202291

Compra Nacional

Sim

Gerenciada/Autorizada ME/SGD

Não

Nº do Item

4

Tipo do Item

Material

Tipo de Objeto do Item

Bens Comuns

Item

3905 - Capa Chuva

Descrição Detalhada

CAPA DE CHUVA EM TREVIRA AMARELA TAM. G. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO.

Quantidade Publicada

50

Unidade de Fornecimento

Unidade

Detalhes do Item

Solicitações do Item

UASGs do Item

Fornecedores do Item

Fornecedores

Classificação	Fornecedor	Marca do Material	Quantidade Homologada	Quantidade Autorizada	Valor Unitário Homologado (R\$)	Valor Unitário Renegociado (R\$)	Ação
1º	06.921.384/0001-61 - VDM EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA E UNIFORMES LTDA	BRASCAMP	50	0	20,5000	-	Visualizar

Pesquisar Item SRP

Nova Consulta



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
Rodovia CE-341, s/n Km 02 , - Bairro Parque Novo Paracuru - CEP 62680-000 - Paracuru - CE - www.ifce.edu.br

JUSTIFICATIVA

Processo: 23824.000570/2022-25

Interessado: Campus Paracuru do IFCE

JUSTIFICATIVAS DA PESQUISA DE PREÇOS – IN 73/2020

Considerando à IN nº 73/2020, encaminha-se a consolidação dos dados da pesquisa de preços, elaborada para Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - *campus* Paracuru para o IF Sudeste MG.

Requisições a que se aplicam

A Pesquisa de Preços referente aos uniformes dos postos de Porteiro e Copeira elaborados conforme planilha constante no processo SEI 23824.000570/2022-25.

Identificação do Agente Responsável pela cotação (Art. 3º, inciso I, IN 73/2020)

MARCELO DA SILVA DE SOUZA - SIAPE 2419014

Caracterização das fontes consultadas (Art. 3º, inciso II, e Art. 5º, IN 73/2020)

Fontes de pesquisa descritas na IN 73/2020.

I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico <https://paineldeprecos.planejamento.gov.br/>, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

§1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II.

Justificativa para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados (Art. 3º, inciso V, e Art. 6º, § 2º, IN 73/2020)

A definição do método para estabelecer o preço de referência para a contratação é tarefa discricionária do gestor público. Assim, em razão dos preços coletados, a média dos preços foi a

metodologia utilizada, uma vez que os dados estão dispostos de forma homogênea.

Listagem dos fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas (Art. 5º, § 2º, inciso III, IN 73/2020)

Não se aplica neste caso, uma vez que não houve pesquisa direta com fornecedores.

Caso não tenha sido identificado nenhum preço no Painel de Preços ou contratações similares de outros entes públicos, justifica-se (Art. 5º, § 1º, IN 73/2020)

Não se aplica.

Itens em que não foi possível a pesquisa de ao menos 03 (três) preços, justifica-se (Art. 6º, § 4º, IN 73/2020)

Não se aplica neste caso.

Por todo o exposto, declaro que a **pesquisa realizada está de acordo com a Instrução normativa nº 73/2020** do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo da Silva de Souza, Tecnólogo em Gestão Financeira**, em 13/05/2022, às 15:31, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3724296** e o código CRC **8893772B**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
CAMPUS PARACURU

QUADRO GERAL DO VALOR ESTIMADO

Item	Tipo de Serviço	Unidade de Serviço	Quantidade a contratar	Valor unitário do serviço	Valor total do serviço mensal	Valor total do serviço anual	Valor total do serviço 36 meses
2	Prestação de Serviço de Copeira - 44h	posto	1	R\$ 3.515,59	R\$ 3.515,59	R\$ 42.187,04	R\$ 126.561,12

**INSTITUTO FEDERAL**

Ceará

Campus Paracuru

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO****CAMPUS PARACURU****PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇO**

Discriminação dos Serviços		
A	Data da elaboração da proposta	
B	Município	Paracuru/Ce
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	CE000092/2022
D	Nº de meses de execução contratual	36

Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Copeira	Posto	1

Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Copeira
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5134-25
3	Salário Nominativo da Categoria Profissional	R\$ 1.262,14
4	Faixa	1º Faixa
5	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Copeira
6	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/22

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base		R\$ 1.262,14
B	Adicional Periculosidade		R\$ 0,00
C	Adicional Insalubridade		R\$ 0,00
D	Adicional Noturno		R\$ 0,00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		R\$ 0,00
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado		R\$ 0,00
G	Outros (especificar)		R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 1			R\$ 1.262,14

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	R\$ 105,14
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	R\$ 152,72
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		20,43%	R\$ 257,86

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 304,00
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 38,00
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho) = RAT AJUSTADO (FAP X RAT)	3,00%	R\$ 45,60
D	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 22,80
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 15,20
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 9,12
G	INCRA	0,20%	R\$ 3,04
H	FGTS	8,00%	R\$ 121,60

TOTAL SUBMÓDULO 2.2		36,80%	R\$ 559,36
Base de Cálculo do Submódulo 2.2 = Total do Módulo 1 + Total Submódulo 2.1			
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			VALOR (R\$)
A	Transporte	-	R\$ 0,00
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	-	R\$ 480,46
C	Assistência Médica e Familiar	-	R\$ 0,00
D	Cesta Básica	-	R\$ 88,04
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			R\$ 568,50
QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAS E DIÁRIOS			
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários			VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		R\$ 257,86
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições		R\$ 559,36
2.3	Benefícios Mensais e Diários		R\$ 568,50
TOTAL DO MÓDULO 2			R\$ 1.385,71
MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,15%	R\$ 1,94
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,04%	R\$ 0,50
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	1,46%	R\$ 18,43
D	Aviso Prévio Trabalhado	0,65%	R\$ 8,16
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,24%	R\$ 3,00
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	2,54%	R\$ 32,06
TOTAL DO MÓDULO 3		5,07%	R\$ 64,09

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,93%	R\$ 11,74
B	Ausências Legais	0,28%	R\$ 3,53
C	Licença Paternidade	0,02%	R\$ 0,25
D	Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ 0,38
E	Afastamento Maternidade	0,00%	R\$ 0,00
F	Ausência por doença	1,66%	R\$ 20,95
Subtotal		2,92%	R\$ 36,85
Incidência do submódulo 2.2		1,07%	R\$ 13,56
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		3,99%	R\$ 50,41

Submódulo 4.2 - Intra jornada		%	VALOR (R\$)
A	Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL SUBMÓDULO 4.2		0,00%	R\$ 0,00

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			VALOR (R\$)
4.1	Ausências Legais		R\$ 50,41
4.2	Intra jornada		R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 4			R\$ 50,41

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes	-	R\$ 42,29
B	Materiais	-	R\$ 0,00
C	Equipamentos	-	R\$ 0,00
D	Outros (especificar)	-	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 5		-	R\$ 42,29

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	3,00%	R\$ 84,14
B	Lucro	6,79%	R\$ 196,15
C	TRIBUTOS	12,25%	
C.1	PIS	1,65%	R\$ 58,01
C.2	COFINS	7,60%	R\$ 267,18
C.3	ISS	3,00%	R\$ 105,47
TOTAL DO MÓDULO 6		22,04%	R\$ 710,95

a)	Tributos % = To =	12,25%
	100	
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po =	R\$ 3.084,93
c)	Po / (1 - To) = P1 =	R\$ 3.515,59
	Valor dos Tributos = P1 - Po	R\$ 430,66

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ 1.262,14
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	R\$ 1.385,71
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	R\$ 64,09
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$ 50,41
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	R\$ 42,29
Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ 2.804,64

F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$ 710,95
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 3.515,59
PREÇO TOTAL MENSAL		R\$ 3.515,59
PREÇO TOTAL ANUAL		R\$ 42.187,04
PREÇO TOTAL 36 MESES		R\$ 126.561,12



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
CAMPUS PARACURU

BENEFÍCIOS DIÁRIOS E MENSAIS

VALE TRANSPORTE				
QTDE/MÊS	VLR.UNIT.	VLR.TOTAL/ MÊS	PART.EMPREG.6% s/s	VALOR LÍQUIDO (indicado na planilha)
	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Não haverá fornecimento de vale transporte				
VALE ALIMENTAÇÃO				
QTDE/MÊS	VLR.UNIT.	VLR.TOTAL/ MÊS	PART.EMPREG.	VALOR LÍQUIDO (indicado na planilha)
21	R\$ 23,11	R\$ 485,31	R\$ 0,23	R\$ 480,46
Dias úteis segundo o TCU = 20,98 (Acórdão TCU nº 1904/2007 Plenário - pag.15)				
CESTA BÁSICA -				
QTDE/MÊS	VLR.UNIT.	VLR.TOTAL/ MÊS	PART.EMPREG.	VALOR LÍQUIDO (indicado na planilha)
1	R\$ 88,04	R\$ 88,04		R\$ 88,04
Valor conforme convenção coletiva de trabalho CCT CE 000092/2022				



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
CAMPUS PARACURU

CUSTO DOS UNIFORMES

Item 2 - Prestação de Serviço Copeira				
ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	VR UNT	VR TOTAL
Calças comprida ou saia, em tecido a escolher, na cor a combinar	unid	2	R\$ 86,79	R\$ 173,58
Camisa de manga curta, em tecido a escolher, na cor preta, botões frontais e gola estilo camisa	unid	2	R\$ 32,01	R\$ 64,02
Avental em plástico resistente, na cor branca, com tiras no pescoço e nas laterais para amarrar	unid	2	R\$ 23,82	R\$ 47,64
Touca copalcozinha em rendinha com aba, na cor a combinar	unid	3	R\$ 15,03	R\$ 45,09
Pares de sapato social antiderrapante, sem salto e confortável, na cor preta	unid	2	R\$ 75,63	R\$ 151,26
Pares de meias soquete fina, na cor preta	unid	2	R\$ 10,43	R\$ 20,86
Crachá com foto e identificação	unid	1	R\$ 5,04	R\$ 5,04
CUSTO ANUAL POR POSTO				R\$ 507,49
CUSTO MENSAL POR POSTO				R\$ 42,29

MEMÓRIA DE CÁLCULO E NOTA EXPLICATIVAS À PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇO					
Item da Planilha	Descrição	Fundamentação Legal	Percentual	Memória de cálculo	Notas Explicativas
2.1 A	13º Salário	Art. 7º, VIII, CF/88	8,33%	(1/12)*100	Percentual estimado conforme orientações da Instrução Normativa 05/2017 da MPDG e seus anexos, como também compatível com a utilização da sistemática de conta-vinculada.
2.1.B	Férias e Adicional de Férias	Art. 7º, XVII, CF/88	12,10%	$\frac{(1/11) \times 100 = 9,09\% \times 9,075\%}{[(1/3) \times (1/11)] \times 100 = 3,03\% = 3,025\%}$	Conforme orientações da IN 05/2017 e seus anexos. Percentual adequado a sistemática de conta vinculada.
2.2 A	INSS	Art. 22, Inciso I, da Lei nº 8.212/91	20,00%		Percentual fixado em legislação.
2.2 B	Salário Educação	Art 212, § 5º da CF e Art. 3º, Inciso I, Decreto n.º 87.043/82	2,50%		Percentual fixado em legislação.
2.2 C	SAT = RAT AJUSTADO (SAT X FAP)	SAT - Art. 202, Decreto nº 3048/99. RAT - Inciso II, art 22, Lei 8.212/91. FAP - Decreto 6.957/2009.	3,00%		RAT é o risco de acidente de trabalho e FAP é o fator acidentário de Prevenção. RAT reajustado = RAT x FAP (ambos informados na GFIP). O RAT varia de 1 a 3% variando de acordo com o risco de acidente de trabalho (leve/médio e grave). O FAP consiste em um multiplicador variável num intervalo contínuo de cinco décimos (0,5000) a dois inteiros (2,0000), aplicado com quatro casas decimais, considerando o arredondamento na quarta casa decimal, a ser aplicado sobre a alíquota de 1%, 2% ou 3%. Nesse sentido, as alíquotas do RAT serão reduzidas em até 50% ou majoradas em até 100% em razão do desempenho da empresa em relação a sua respectiva atividade, aferida pelo FAP. Para a presente licitação foi considerado a alíquota máxima para o RAT abrangendo assim todos os tipos de empresa. Princípio da igualdade de competição previsto Art.37, inciso XXI da CF/88. O licitante deverá comprovar seu RAT através da apresentação de Relatório Fap/WEB ou GFIP no momento de envio das propostas.
2.2 D	SESI/SESC	Art. 30, Lei 8.036/90	1,50%		Percentual fixado em legislação.
2.2 E	SENAI/SENAC	Decreto Lei nº 6.246/44 SENAI e Decreto Lei nº 8.621/46 (SENAC)	1,00%		Percentual fixado em legislação.
2.2 F	SEBRAE	Art. 8º, Lei n.º 8.029/90	0,60%		Percentual fixado em legislação.
2.2 G	INCRA	Lei n.º 7.787/89 e DL n.º 1.146/70	0,20%		Percentual fixado em legislação.
2.2 H	FGTS	Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF	8,00%		Percentual fixado em legislação.
3. A	Aviso Prévio Indenizado	Art 7º, XXI da CF/88 e § 1º do art. 477 e 487 da CLT.	0,15%	$\frac{((1/12) \times 5,55\%)}{}$ x 100	Custa 30 (trinta) dias de trabalho. É calculado considerando a probabilidade de acontecer mediante base estatística, normalmente pesquisando-se a RAIS para o serviço. No estudo supracitado, foi considerado que 5,55% de empregados demitidos não trabalham durante o aviso prévio. Fundamento: estudo realizado pelo STF sobre fixação de percentual máximo para encargos na terceirização de mão de obra que foi utilizado no acórdão TCU nº 1904/2007.
3. B	FGTS s/ aviso prévio indenizado		0,04%	$(8\% \times 0,46\%) \times 100$	Alíquota de FGTS 8% x 0,46% percentual do Aviso prévio Indenizado.
3. C	Multa do FGTS S/ Aviso Indenizado	Lai nº 8.36/90 e Decreto nº 99.684/90	1,46%	$(4\% \times 36,40\%) \times 100$	Foi utilizado o Percentual 4% do Anexo XII da Instrução Normativa 05/2017 da MPDG - Conta Vinculada - Item Multa do FGTS sobre aviso prévio indenizado e trabalhado. Esta percentual deve ser rateado nos itens 3.C e 3.F do Módulo 3 - Provisão para rescisões da planilha de formação de custo. Este Percentual foi recentemente alterado de 5% para 4% por conta do art. 12 da lei nº 13.932 de 11/12/2019, que extingue a cobrança da contribuição social de 10% (dez por cento) devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa. Este percentual de 4% foi rateado conforme IN 05/2017, considerando 36,40% dos empregados são demitidos na modalidade aviso prévio indenizado. (Percentual adequado para 36 meses de contratação).
3. D	Aviso Prévio Trabalhado	Art. 7º, XXI, CF/88 e parágrafo único do Art. 488 CLT	0,65%	$\frac{[(1/30) \times 7]}{}$ / 12	Percentual estimado conforme Acórdão 1.904/2007 TCU Plenário. É o valor repassado para pagar o funcionário enquanto este não trabalha durante o período de aviso prévio. Apesar de não haver lei complementar para disciplinar essa matéria, a doutrina e a jurisprudência aconselham que o funcionário seja avisado de sua dispensa e, a partir de então, ele passa a receber seu último salário referente a 30 dias de serviço, dos quais 7 ele tem direito a ausentar-se do trabalho para ter tempo de procurar por outro emprego ou, se preferir, trabalhar 2 horas a menos por dia durante o período de 30 dias. Neste tempo em que o empregado não presta serviço, a Contratada terá de pagar, ao mesmo tempo, o funcionário que está saindo mais aquele que está entrando no posto e, por isso, há de constar esse item da planilha de custos. (Percentual adequado para 36 meses de contratação).
3. E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado		0,71%	$(36,8\% \times 1,94\%) \times 100$	Alíquota de encargos 36,80% x 1,94% percentual do Aviso prévio Indenizado.
3. F	Multa do FGTS S/ Aviso trabalhado	Lai nº 8.36/90 e Decreto nº 99.684/90	2,54%	$(4\% \times 44,57\%) \times 100$	Foi utilizado o Percentual 4% do Anexo XII da Instrução Normativa 05/2017 da MPDG - Conta Vinculada - Item Multa do FGTS sobre aviso prévio indenizado e trabalhado. Esta percentual deve ser rateado nos itens 3.C e 3.F do Módulo 3 - Provisão para rescisões da planilha de formação de custo. Este Percentual foi recentemente alterado de 5% para 4% por conta do art. 12 da lei nº 13.932 de 11/12/2019, que extingue a cobrança da contribuição social de 10% (dez por cento) devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa. Este percentual de 4% foi rateado conforme IN 05/2017, considerando 44,57% dos empregados são demitidos na modalidade aviso prévio trabalhado.
4.1 A	Férias e Adicional de férias (1/3)	Art. 7º, XVII, CF/88	0,93%	$\frac{[(1+1/3)/12]}{}$ x 100	Provisão de férias proporcionais ao período em que o empregado substituto ficou à disposição da Administração para a cobertura do empregado residente, afastado por quaisquer dos motivos previstos em Lei. Fundamento: IN nº 05/2017.
4.1 B	Ausências Legais	arts. 473 e 83 da CLT	0,28%	$\frac{[(1/30)/12]}{}$ x 100	Acórdão 6771/2009 TCU Plenário. Ausências ao trabalho asseguradas ao empregado pelo art. 473 da CLT (morte de cônjuge, ascendente, descendente; casamento; nascimento de filho; doação de sangue; alistamento eleitoral; serviço militar; comparecer a juízo). De acordo com dados estatísticos do IBGE, cada empregado falta um dia por ano, a esse título. Nesse caso a provisão será de: $\frac{[(1/30)/12] \times 100 = 0,28\%}{}$.
4.1 C	Licença paternidade	art. 7º, inciso XIX, da CF/88	0,02%	$\frac{[(5/30)/12] \times 1,5\% \times 100 = 0,02\%}{}$ Caso a empresa seja cadastrada no Programa Empresa Cidadã: $\frac{(20/30)/12 \times 1,5\% = 0,08\%}{}$	Concede ao empregado o direito de ausentar-se do serviço por cinco dias quando do nascimento de filho. De acordo com o IBGE, nascem filhos de 1,5% dos trabalhadores no período de um ano. Caso a pessoa jurídica seja cadastrada no Programa Empresa Cidadã, disciplinado pela Lei 11.770/2008, poderá prorrogar por 15 (quinze) dias a duração da licença-paternidade além dos 5 (cinco) dias previstos na Constituição Federal (a empresa deverá comprovar).
4.1 D	Ausência por acidente de trabalho	Lei nº 6.367/76 e art. 473 da CLT	0,03%	$\frac{[(15/30)/12] \times 0,78\%}{}$ x 100	O empregador assume o ônus financeiro pelo prazo de 15 dias, no caso de acidente de trabalho previsto no art. 131 da CLT (art. 27 do Decreto nº 89.312, de 23/01/84). Tomando como base dados do Ministério da Previdência e Assistência Social, baseados em informações prestadas pelos empregadores, por meio da GFIP, estima-se que 0,78% (zero vírgula setenta e oito por cento) dos empregados se acidentam no ano.
4.1 E	Afastamento maternidade	Art. 7º, Inciso XVIII da CF/88 e Art.392 da CL	0,00%		Benefício devido a pessoa que se afasta de sua atividade, por motivo de nascimento de filho, aborto não criminoso, adoção ou guarda judicial para fins de adoção. Lei nº 8.213/1991, Art. 72, § 3º: ônus suportado pelo INSS. A remuneração que seria pago à beneficiária do afastamento maternidade (titular) é utilizado para pagar o substituto. Portanto, não há esse custo para a empresa.
4.1 F	Ausência por doença	CLT Art.131 inciso III, art.201 inciso I e art.476	1,66%	$\frac{[(5,96/30)/12]}{}$ x 100	Percentual estimado conforme Manual de orientações para preenchimento da planilha de custo e formação de preço do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação 2011. Ausença por Doença: 5,96 dias/ano IBGE.
4.2 A	Intervalo para Repouso ou Alimentação			Não haverá intervalo intrajornada.	O intervalo intrajornada é concedido em razão do disposto no artigo 71 da CLT, que dispõe ser obrigatória a concessão de um intervalo mínimo de uma hora para refeição e descanso, quando a jornada de trabalho exceder de seis horas. O § 4º do referido preceito estabelece o pagamento do período concernente ao intervalo não concedido com o acréscimo de no mínimo 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal de trabalho.
6. A	Custos Indiretos	Instrução Normativa nº 05/2017 MPDG/SEGES	x%	Determinado pela empresa	São os custos envolvidos na execução contratual decorrentes dos gastos da contratada com sua estrutura administrativa, organizacional e gerenciamento de seus contratos, tais como as despesas relativas a: funcionamento e manutenção da sede, tais como aluguel, água, luz, telefone, o Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, dentre outros; pessoal administrativo; material e equipamentos de escritório; supervisão de serviços; seguros. Alíquota de 3% dentro do limite previstos dos Cadernos Técnicos/2019/SEGES para contratação de limpeza e conservação no estado do Ceará.
6. B	Lucro	Instrução Normativa nº 05/2017 MPDG/SEGES	x%	Determinado pela empresa	É o ganho decorrente da exploração da atividade econômica. O lucro é calculado mediante incidência de um percentual sobre o faturamento. Para fins de legislação do imposto de renda o lucro pode ser real, presumido ou arbitrado. Alíquota de 6,79% dentro do limite previstos dos Cadernos Técnicos/2019/SEGES para contratação de limpeza e conservação no estado do Ceará.
6. C.1	PIS	Art. 195, inciso I da CF/88 e LC 07/1970	1,65%	Alíquota de 1,65%.	Com intuito de viabilizar a participação de todos os tipos de empresas, seja as que seguem regime Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real, optou-se em utilizar na planilha de formação de custo as maiores alíquotas para PIS e COFINS, no caso 1,65% e 7,60%, pertencente a regime de Lucro Real (não cumulativo). Princípio da igualdade de competição previsto Art.37, inciso XXI da CF/88.
6. C.2	COFINS	Art. 239 da CF/88 e Leis Complementar 70/1991	7,60%	Alíquota de 7,60% .	Com intuito de viabilizar a participação de todos os tipos de empresas, seja as que seguem regime Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real, optou-se em utilizar na planilha de formação de custo as maiores alíquotas para PIS e COFINS, no caso 1,65% e 7,60% , pertencente a regime de Lucro Real (não cumulativo). Princípio da igualdade de competição previsto Art.37, inciso XXI da CF/88.
6. C.3	ISS	Código Tributário do Município de Paracuru Lei nº 977/05.	3,00%	Alíquota de 3%	Percentual fixado em legislação. Alíquota de Serviço de Copeira - 3%.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
CAMPUS PARACURU**

PROCESSO 23824.000034/2022-20

QUADRO GERAL DO VALOR ESTIMADO DO SERVIÇO

Item	Tipo de Serviço	Unidade de Serviço	Quantidade a contratar	Valor unitário do serviço	Valor total do serviço mensal	Valor total do serviço anual	Valor total do serviço 36 meses
1	Prestação de Serviço de Portaria - 44h	posto	1	R\$ 3.948,00	R\$ 3.948,00	R\$ 47.376,03	R\$ 142.128,09

**INSTITUTO FEDERAL**

Ceará

Campus Paracuru

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
CAMPUS PARACURU**

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇO

Discriminação dos Serviços		
A	Data da elaboração da proposta	
B	Município	Paracuru/Ce
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	CE000092/2022
D	Nº de meses de execução contratual	36

Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Porteiro	Posto	1

Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Porteiro
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5174-10
3	Salário Nominativo da Categoria Profissional	R\$ 1.409,72
4	Faixa	5º Faixa
5	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Porteiro
6	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/22

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base		R\$ 1.409,72
B	Adicional Periculosidade		R\$ 0,00
C	Adicional Insalubridade		R\$ 0,00
D	Adicional Noturno		R\$ 0,00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		R\$ 0,00
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado		R\$ 0,00
G	Outros (especificar)		R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 1			R\$ 1.409,72

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	R\$ 117,43
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	R\$ 170,58
			R\$ 0,00
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		20,43%	R\$ 288,00

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 339,54
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 42,44
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho) = RAT AJUSTADO (FAP X RAT)	3,00%	R\$ 50,93
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 25,47
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 16,98
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 10,19
G	INCRA	0,20%	R\$ 3,40
H	FGTS	8,00%	R\$ 135,82
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		36,80%	R\$ 624,76
Base de Cálculo do Submódulo 2.2 = Total do Módulo 1 + Total Submódulo 2.1			

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			VALOR (R\$)
A	Transporte	-	R\$ 0,00
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	-	R\$ 480,46
C	Assistência Médica e Familiar	-	R\$ 0,00
D	Cesta Básica	-	R\$ 88,04
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			R\$ 568,50

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 288,00
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	R\$ 624,76
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 568,50
TOTAL DO MÓDULO 2		R\$ 1.481,26

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,15%	R\$ 2,16
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,04%	R\$ 0,56
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	1,46%	R\$ 20,58
D	Aviso Prévio Trabalho	0,65%	R\$ 9,12
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalho	0,24%	R\$ 3,35
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalho.	2,54%	R\$ 35,81
TOTAL DO MÓDULO 3		5,07%	R\$ 71,58

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,93%	R\$ 13,11
B	Ausências Legais	0,28%	R\$ 3,95
C	Licença Paternidade	0,02%	R\$ 0,28
D	Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ 0,42
E	Afastamento Maternidade	0,00%	R\$ 0,00
F	Ausência por doença	1,66%	R\$ 23,40
Subtotal		2,92%	R\$ 41,16
Incidência do submódulo 2.2		1,07%	R\$ 15,15
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		3,99%	R\$ 56,31

Submódulo 4.2 - Intra jornada		%	VALOR (R\$)
A	Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL SUBMÓDULO 4.2		0,00%	R\$ 0,00

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			VALOR (R\$)
4.1	Ausências Legais		R\$ 56,31
4.2	Intra jornada		R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 4			R\$ 56,31

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes	-	R\$ 41,60
B	Materiais	-	R\$ 0,00
C	Equipamentos	-	R\$ 0,00
D	Outros (especificar)	-	R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 5		-	R\$ 41,60

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	6,00%	R\$ 183,63
B	Lucro	6,79%	R\$ 220,27
C	TRIBUTOS	12,25%	
C.1	PIS	1,65%	R\$ 65,14
C.2	COFINS	7,60%	R\$ 300,05
C.3	ISS	3,00%	R\$ 118,44
TOTAL DO MÓDULO 6		25,04%	R\$ 887,53

a)	Tributos % = To =	12,25%	
	100		
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po =		R\$ 3.464,37
c)	Po / (1 - To) = P1 =		R\$ 3.948,00
Valor dos Tributos = P1 - Po			R\$ 483,63

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ 1.409,72
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	R\$ 1.481,26
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	R\$ 71,58
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	R\$ 56,31
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	R\$ 41,60
Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$ 3.060,47
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$ 887,53
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 3.948,00
PREÇO TOTAL MENSAL		R\$ 3.948,00
PREÇO TOTAL ANUAL		R\$ 47.376,03
PREÇO TOTAL 36 MESES		R\$ 142.128,09



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
CAMPUS PARACURU

PROCESSO 23824.000034/2022-20

BENEFÍCIOS DIÁRIOS E MENSAIS

VALE TRANSPORTE				
QTDE/MÊS	VLR.UNIT.	VLR.TOTAL/ MÊS	PART.EMPREG.6% s/s	VALOR LÍQUIDO (indicado na planilha)
	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Não haverá fornecimento de vale transporte				
VALE ALIMENTAÇÃO				
QTDE/MÊS	VLR.UNIT.	VLR.TOTAL/ MÊS	PART.EMPREG.	VALOR LÍQUIDO (indicado na planilha)
21	R\$ 23,11	R\$ 485,31	R\$ 0,23	R\$ 480,46
Dias úteis segundo o TCU = 20,98 (Acórdão TCU nº 1904/2007 Plenário - pag.15)				
CESTA BÁSICA -				
QTDE/MÊS	VLR.UNIT.	VLR.TOTAL/ MÊS	PART.EMPREG.	VALOR LÍQUIDO (indicado na planilha)
1	R\$ 88,04	R\$ 88,04		R\$ 88,04
Valor conforme convenção coletiva de trabalho CCT CE 000092/2022				



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
CAMPUS PARACURU

PROCESSO 23824.000570/2022-25

CUSTO DOS UNIFORMES

Item 1 - Prestação de Serviço Porteiro				
ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	VR UNT	VR TOTAL
Calça Social	unid	2	R\$ 39,63	R\$ 79,26
Camisa tipo social de mangas curtas, contendo emblema da empresa de forma visível	unid	2	R\$ 60,33	R\$ 120,66
Par de sapatos social na cor preta	par	2	R\$ 82,43	R\$ 164,86
Par de meias social	par	2	R\$ 12,88	R\$ 25,76
Boné ou quepe com emblema da empresa	unid	1	R\$ 22,98	R\$ 22,98
Cinto em couro, na cor preta, de boa qualidade	unid	1	R\$ 47,45	R\$ 47,45
Crachá com foto e identificação	unid	1	R\$ 5,04	R\$ 5,04
Capa de chuva	unid	1	R\$ 33,20	R\$ 33,20
CUSTO ANUAL POR POSTO				R\$ 499,21
CUSTO MENSAL POR POSTO				R\$ 41,60

MEMÓRIA DE CÁLCULO E NOTA EXPLICATIVAS À PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇO					
Item da Planilha	Descrição	Fundamentação Legal	Percentual	Memória de cálculo	Notas Explicativas
2.1 A	13º Salário	Art. 7º, VIII, CF/88	8,33%	(1/12)*100	Percentual estimado conforme orientações da Instrução Normativa 05/2017 da MPDG e seus anexos, como também compatível com a utilização da sistemática de conta-vinculada.
2.1.B	Férias e Adicional de Férias	Art. 7º, XVII, CF/88	12,10%	$\frac{(1/11) \times 100}{(1/3) \times (1/11)} = 9,075\%$ e $\frac{(1/11) \times 100}{(1/3) \times (1/11)} \times 100 = 3,03\% = 3,025\%$	Conforme orientações da IN 05/2017 e seus anexos. Percentual adequado a sistemática de conta vinculada.
2.2 A	INSS	Art. 22, Inciso I, da Lei nº 8.212/91	20,00%		Percentual fixado em legislação.
2.2 B	Salário Educação	Art 212, § 8º da CF e Art. 3º, Inciso I, Decreto n.º 87.043/82	2,50%		Percentual fixado em legislação.
2.2 C	SAT = RAT AJUSTADO (SAT X FAP)	SAT - Art. 202, Decreto nº 3048/99. RAT - Inciso II, art. 22, Lei 8.212/91. FAP - Decreto 6.957/2009.	3,00%		RAT é o risco de acidente de trabalho e FAP é o fator acidentário de Prevenção. RAT reajustado = RAT x FAP (ambos informados na GFIP). O RAT varia de 1 a 3% variando de acordo com o risco de acidente de trabalho (leve/médio e grave). O FAP consiste em um multiplicador variável num intervalo contínuo de cinco décimos (0,5000) a dois inteiros (2,0000), aplicado com quatro casas decimais, considerando o arredondamento na quarta casa decimal, a ser aplicado sobre a alíquota de 1%, 2% ou 3%. Nesse sentido, as alíquotas do RAT serão reduzidas em até 50% ou majoradas em até 100% em razão do desempenho da empresa em relação a sua respectiva atividade, aferida pelo FAP. Para a presente licitação foi considerado a alíquota máxima para o RAT abrangendo assim todos os tipos de empresa. Princípio da igualdade de competição previsto Art.37, inciso XXI da CF/88. O licitante deverá comprovar seu RAT através da apresentação de Relatório FapWEB ou GFIP no momento de envio das propostas.
2.2 D	SESI/SESC	Art. 30, Lei 8.036/90	1,50%		Percentual fixado em legislação.
2.2 E	SENAI/SENAC	Decreto Lei nº 6.246/44 SENAI e Decreto Lei nº 8.621/46 (SENAC)	1,00%		Percentual fixado em legislação.
2.2 F	SEBRAE	Art. 8º, Lei n.º 8.029/90	0,60%		Percentual fixado em legislação.
2.2 G	INCRA	Lei n.º 7.787/89 e DL n.º 1.146/70	0,20%		Percentual fixado em legislação.
2.2 H	FGTS	Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF	8,00%		Percentual fixado em legislação.
3. A	Aviso Prévio Indenizado	Art 7º, XXI da CF/88 e § 1º do art. 477 e 487 da CLT.	0,15%	$((1/12) \times 5,55\%) \times 100$	Custa 30 (trinta) dias de trabalho. É calculado considerando a probabilidade de acontecer mediante base estatística, normalmente pesquisando-se a RAIS para o serviço. No estudo supracitado, foi considerado que 5,55% de empregados demitidos não trabalham durante o aviso prévio. Fundamento: estudo realizado pelo STF sobre fixação de percentual máximo para encargos na terceirização de mão de obra que foi utilizado no acórdão TCU nº 1904/2007.
3. B	FGTS s/ aviso prévio indenizado		0,04%	$(8\% \times 0,46\%) \times 100$	Alíquota de FGTS 8% x 0,46% percentual do Aviso prévio Indenizado.
3. C	Multa do FGTS S/ Aviso Indenizado	Lai nº 8.36/90 e Decreto nº 99.684/90	1,46%	$(4\% \times 36,40\%) \times 100$	Foi utilizado o Percentual 4% do Anexo XII da Instrução Normativa 05/2017 da MPDG - Conta Vinculada - Item Multa do FGTS sobre aviso prévio indenizado e trabalhado. Esta percentual deve ser rateado nos itens 3.C e 3.F do Módulo 3 - Provisão para rescisões da planilha de formação de custo. Este Percentual foi recentemente alterado de 5% para 4% por conta do art. 12 da lei nº 13.932 de 11/12/2019, que extingue a cobrança da contribuição social de 10% (dez por cento) devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa. Este percentual de 4% foi rateado conforme IN 05/2017, considerando 36,40% dos empregados são demitidos na modalidade aviso prévio indenizado. (Percentual adequado para 36 meses de contratação).
3. D	Aviso Prévio Trabalhado	Art. 7º, XXI, CF/88 e parágrafo único do Art. 488 CLT	0,65%	$((1/30) \times 7) / 12$	Percentual estimado conforme Acórdão 1.904/2007 TCU Plenário. É o valor repassado para pagar o funcionário enquanto este não trabalha durante o período de aviso prévio. Apesar de não haver lei complementar para disciplinar essa matéria, a doutrina e a jurisprudência aconselham que o funcionário seja avisado de sua dispensa e, a partir de então, ele passa a receber seu último salário referente a 30 dias de serviço, dos quais 7 ele tem direito a ausentar-se do trabalho para ter tempo de procurar por outro emprego ou, se preferir, trabalhar 2 horas a menos por dia durante o período de 30 dias. Neste tempo em que o empregado não presta serviço, a Contratada terá de pagar, ao mesmo tempo, o funcionário que está saindo mais aquele que está entrando no posto e, por isso, há de constar esse item da planilha de custos. (Percentual adequado para 36 meses de contratação).
3. E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado		0,71%	$(36,8\% \times 1,94\%) \times 100$	Alíquota de encargos 36,80% x 1,94% percentual do Aviso prévio Indenizado.
3. F	Multa do FGTS S/ Aviso trabalhado	Lai nº 8.36/90 e Decreto nº 99.684/90	2,54%	$(4\% \times 44,57\%) \times 100$	Foi utilizado o Percentual 4% do Anexo XII da Instrução Normativa 05/2017 da MPDG - Conta Vinculada - Item Multa do FGTS sobre aviso prévio indenizado e trabalhado. Esta percentual deve ser rateado nos itens 3.C e 3.F do Módulo 3 - Provisão para rescisões da planilha de formação de custo. Este Percentual foi recentemente alterado de 5% para 4% por conta do art. 12 da lei nº 13.932 de 11/12/2019, que extingue a cobrança da contribuição social de 10% (dez por cento) devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa. Este percentual de 4% foi rateado conforme IN 05/2017, considerando 44,57% dos empregados são demitidos na modalidade aviso prévio trabalhado.
4.1 A	Férias e Adicional de férias (1/3)	Art. 7º, XVII, CF/88	0,93%	$((1+1/3)/12/12)$	Provisão de férias proporcionais ao período em que o empregado substituto ficou à disposição da Administração para a cobertura do empregado residente, afastado por quaisquer dos motivos previstos em Lei. Fundamento: IN nº 05/2017.
4.1 B	Ausências Legais	arts. 473 e 83 da CLT	0,28%	$((1/30)/12) \times 100$	Acórdão 6771/2009 TCU Plenário. Ausências ao trabalho asseguradas ao empregado pelo art. 473 da CLT (morte de cônjuge, ascendente, descendente, casamento; nascimento de filho; doação de sangue; alistamento eleitoral; serviço militar; comparecer a juízo). De acordo com dados estatísticos do IBGE, cada empregado falta um dia por ano, a esse título. Nesse caso a provisão será de: $((1/30)/12) \times 100 = 0,28\%$.
4.1 C	Licença paternidade	art. 7º, inciso XIX, da CF/88	0,02%	$((5/30)/12) \times 1,5\% \times 100 = 0,02\%$ Caso a empresa seja cadastrada no Programa Empresa Cidadã. $(20/30/12) \times 1,5\% = 0,08\%$	Concede ao empregado o direito de ausentar-se do serviço por cinco dias quando do nascimento de filho. De acordo com o IBGE, nascem filhos de 1,5% dos trabalhadores no período de um ano. Caso a pessoa jurídica seja cadastrada no Programa Empresa Cidadã, disciplinado pela Lei 11.770/2008, poderá prorrogar por 15 (quinze) dias a duração da licença-paternidade além dos 5 (cinco) dias previstos na Constituição Federal (a empresa deverá comprovar).
4.1 D	Ausência por acidente de trabalho	Lei nº 6.367/76 e art. 473 da CLT	0,03%	$((15/30)/12) \times 0,78\% \times 100$	O empregador assume o ônus financeiro pelo prazo de 15 dias, no caso de acidente de trabalho previsto no art. 131 da CLT (art. 27 do Decreto nº 89.312, de 23/01/84). Tomando como base dados do Ministério da Previdência e Assistência Social, baseados em informações prestadas pelos empregadores, por meio da GFIP, estima-se que 0,78% (zero vírgula setenta e oito por cento) dos empregados se acidentam no ano.
4.1 E	Afastamento maternidade	Art. 7º, Inciso XVIII da CF/88 e Art.392 da CL	0,00%		Benefício devido a pessoa que se afasta de sua atividade, por motivo de nascimento de filho, aborto não criminoso, adoção ou guarda judicial para fins de adoção. Lei nº 8.213/1991, Art. 72, § 3º: ônus suportado pelo INSS. A remuneração que seria paga à beneficiária do afastamento maternidade (titular) é utilizado para pagar o substituto. Portanto, não há esse custo para a empresa.
4.1 F	Ausência por doença	CLT Art.131 inciso III, art.201 inciso I e art.476	1,66%	$((5,96/30)/12) \times 100$	Percentual estimado conforme Manual de orientações para preenchimento da planilha de custo e formação de preço do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação 2011. Ausência por Doença: 5,96 dias/ano IBGE.
4.2 A	Intervalo para Repouso ou Alimentação			Não haverá intervalo intrajornada.	O intervalo intrajornada é concedido em razão do disposto no artigo 71 da CLT, que dispõe ser obrigatória a concessão de um intervalo mínimo de uma hora para refeição e descanso, quando a jornada de trabalho exceder de seis horas. O § 4º do referido preceito estabelece o pagamento do período concernente ao intervalo não concedido com o acréscimo de no mínimo 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal de trabalho.
6. A	Custos Indiretos	Instrução Normativa nº 05/2017 MPDG/SEGES	x%	Determinado pela empresa	São os custos envolvidos na execução contratual decorrentes dos gastos da contratada com sua estrutura administrativa, organizacional e gerenciamento de seus contratos, tais como as despesas relativas a: funcionamento e manutenção da sede, tais como aluguel, água, luz, telefone, o Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, dentre outros; pessoal administrativo; material e equipamentos de escritório; supervisão de serviços; seguros; Alíquota de 3% dentro do limite previstos dos Cadernos Técnicos/2019/SEGES para contratação de limpeza e conservação no estado do Ceará.
6. B	Lucro	Instrução Normativa nº 05/2017 MPDG/SEGES	x%	Determinado pela empresa	É o ganho decorrente da exploração da atividade econômica. O lucro é calculado mediante incidência de um percentual sobre o faturamento. Para fins de legislação do imposto de renda o lucro pode ser real, presumido ou arbitrado. Alíquota de 6,79% dentro do limite previstos dos Cadernos Técnicos/2019/SEGES para contratação de limpeza e conservação no estado do Ceará.
6. C.1	PIS	Art. 195, inciso I da CF/88 e LC 07/1970	1,65%	Alíquota de 1,65%.	Com intuito de viabilizar a participação de todos os tipos de empresas, seja as que seguem regime Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real, optou-se em utilizar na planilha de formação de custo as maiores alíquotas para PIS e COFINS, no caso 1,65% e 7,60%, pertencente a regime de Lucro Real (não cumulativo). Princípio da igualdade de competição previsto Art.37, inciso XXI da CF/88.
6. C.2	COFINS	Art. 239 da CF/88 e Leis Complementar 70/1991	7,60%	Alíquota de 7,60% .	Com intuito de viabilizar a participação de todos os tipos de empresas, seja as que seguem regime Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real, optou-se em utilizar na planilha de formação de custo as maiores alíquotas para PIS e COFINS, no caso 1,65% e 7,60%, pertencente a regime de Lucro Real (não cumulativo). Princípio da igualdade de competição previsto Art.37, inciso XXI da CF/88.
6. C.3	ISS	Código Tributário do Município de Paracuru Lei nº 977/05.	3,00%	Alíquota de 3%	Percentual fixado em legislação. Alíquota de Serviço de Copeira - 3%.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS
GERAIS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP Nº 65/2022 - MURCOCCONT (11.06.05.01.01)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Juiz de Fora-MG, 13 de Maio de 2022

IFCE_- _ESTUDOS_TCNICOS_PRELIMINARES.pdf

Total de páginas do documento original: 120

(Assinado digitalmente em 03/06/2022 13:26)

SYLVIA LORRAYNE DA COSTA GENTIL

COORDENADOR

1379852

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifsudestemg.edu.br/documentos/>
informando seu número: **65**, ano: **2022**, tipo: **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP**, data de
emissão: **13/05/2022** e o código de verificação: **b0b3e0b2e4**